



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COLONOS E COLÔNIAS —
UMA AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE
COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA NA BAHIA NA
SEGUNDA METADE DO SÉC. XIX

HENRIQUE JORGE BUCKINGHAM LYRA

SALVADOR — BAHIA
FEV. — 1982

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE MESTRADO

COLONOS E COLÔNIAS —

UMA AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE COLONIZAÇÃO
AGRÍCOLA NA BAHIA NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XIX

por:

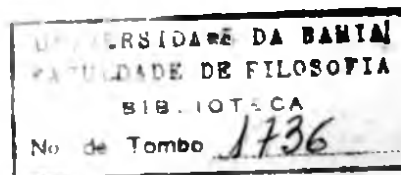
HENRIQUE JORGE BUCKINGHAM LYRA

Orientador: Prof. UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO

Dissertação apresentada à UFBA.
como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em
Ciências Sociais.

SALVADOR — BAHIA

Fev./1982



A minha mãe,
a minha filha, Goia,

dedico este trabalho.

Ao Prof. Ubiratan Castro de Araújo, pela ines
timável orientação e, sobretudo, pelo interess
se, zelo e dedicação com que se desincumbiu deste
encargo, possibilitando-me a conclusão deste
trabalho;

ã Profa. Katia M. de Queiroz Mattoso, pelas
criteriosas observações e críticas que em mui
to contribuíram para o desenvolvimento da dis
sertação;

ao Centro de Recursos Humanos da UFBA., que fa
cilitou elementos para a pesquisa e, es;ecial
mente, a sua Diretora, Profa. Guaracy Adeodato
Alves de Souza, pelo generoso apoio;

ã Associação Brasileira de Estudos Populacion
ais — ABEP, pelo financiamento possibilita
do na fase de coleta de dados (Concurso ABEP/
FORD, 1979);

ã equipe que, com toda dedicação e empenho,
prestou-me seu auxílio na fase de coleta de
dados: Augusto César Barrocas, Hamilton Olive
ira Jr., Janete Aguiar Ribeiro e Mariãng
ela de Mattos Nogueira;

a Tania Penido Monteiro e Maria Antonieta de
Campos Tourinho, colegas e incentivadoras cons
tantes, e

a Goia Midlej, Neuza Oliveira e Ana Maria Guerr
eiro, pela colaboração prestada na revisão
bibliográfica e leitura dos originais, mas, so
bretudo, pelo estímulo que me incentivou a con
cluir esta tarefa,

meus agradecimentos.

S U M Á R I O

	Pág.
RESUMO	
INTRODUÇÃO	6
1 A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO NA BAHIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	17
2 PROBLEMAS DE OCUPAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA A PARTIR DE 1850	38
2.1 EXCEDENTE POPULACIONAL	
2.2 VAZIO DEMOGRÁFICO DO SUL DA PROVÍNCIA	
3 POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO NA BAHIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	65
4 AS EXPERIÊNCIAS COLONIZADORAS — COLÔNIAS NACIONAIS	82
5 AS EXPERIÊNCIAS COLONIZADORAS — COLÔNIAS ESTRANGEIRAS	125
CONCLUSÃO	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191

RESUMO

Estudo da colonização agrícola le
vada a efeito na Bahia no século
XIX, especificamente no período
de 1850 a 1889, com a abordagem
dos seguintes tópicos: a) a polí
tica de colonização na primeira
metade do século XIX — períodos
colonial e imperial; b) problemas
de ocupação de mão-de-obra após 1850,
como principal justificativa para a cria
ção de colônias agrícolas; c) a po
lítica de colonização no período
de 1850 a 1889 e d) as experiên
cias colonizadoras com nacionais
e estrangeiros — experiências prá
ticas de colonização na Bahia nes
se período. Análise de como a oli
garquia agrária escravista, resis
tente às mudanças, gerenciou esse
processo de colonização baseado
na pequena propriedade e no traba
lho livre, o qual ia de encontro
aos seus interesses.

INTRODUÇÃO

A história da colonização na Bahia no século XIX é sobretudo a história de experiências intentadas ao longo do período, mas que não desencadearam um processo importante tanto do ponto de vista da expressão quantitativa de contingente populacional na Província, quanto da transformação de relações sociais pela difusão de novas relações de trabalho ou mesmo pelo estabelecimento de diferentes relações de troca capazes de influenciar as práticas tradicionais. Ao contrário, nos diferentes períodos de uma política de imigração e colonização a nível imperial, tudo o que se pôde localizar foram as várias experiências de insucesso da colonização na Bahia.

A política de estabelecimento de colônias agrícolas no Brasil iniciou-se em 1808 quando foi promulgado por D. João VI, um decreto de cessão de terras a estrangeiros, a partir daí, percorreu um caminho marcado por modificações legais, acontecimentos políticos e problemas econômicos que, direta ou indiretamente, influenciaram os rumos dessa política.

As primeiras colônias criadas, a partir de 1818, foram estabelecidas em sesmarias doadas para tal fim, a estrangeiros, por D. João VI, de acordo com o decreto de 1808. Esses estrangeiros se incumbiram de formar as diversas colônias, mas, para essas primeiras experiências, não dispunha ainda o Brasil de uma regulamentação legal que as dirigisse.

Com a independência e a organização do Império no Brasil, uma série de leis e decretos imperiais começa a se definir uma política nacional de colonização.

Janaína Amado chama a atenção para o fato de que essa política de colonização era regida por uma sucessão interminável de leis, portarias e decretos os quais modificavam constantemente os direitos e obrigações dos colonos, que obedeciam a leis diferentes segundo a data em que estavam no país¹.

Porém, não são os direitos e deveres dos colonos que eram modificados. Em 1830, por exemplo, a lei orçamentária suprimiu as verbas para o Programa de Colonização. Desse ano, até 1834, praticamente se anulou a imigração estrangeira para o Brasil, até que, nesse último ano, conforme Thales de Azevedo, "... um Ato Adicional, promulgado pela Regência, transferia a competência em matéria de colonização às províncias, sem que estas tivessem recursos suficientes nem se definissem suas atribuições"². Portanto, pouco tempo após ter iniciado, a colonização foi colocada sob a égide provincial, sujeita dessa forma a orientações diversas em cada Província que fosse implementada.

Essas constantes modificações legislativas demonstram que não existia ainda, na primeira metade do século XIX, uma certa direção e objetividade na política de colonização, a qual se caracterizava, no entanto, como uma política permissiva de acesso à terra por parte de imigrantes estrangeiros.

Na década de 1840, setores da lavoura cafeeira, representados pelo Senador Vergueiro, implementaram em suas

propriedades o sistema de parceria, procurando utilizar os imigrantes como força de trabalho. Tal atitude, além de satisfazer as necessidades de mão-de-obra para a lavoura do café, pode ser vista como uma nítida reação desses setores à política imperial de estabelecimento de estrangeiros como proprietários de terra.

A partir de 1850, com a promulgação da Lei de Terras, criou o Governo um instrumento legal que definia as formas de acesso à terra e uma política de colonização, dessa feita, mais voltados para satisfazer os interesses de alguns setores da lavoura nacional, interessados em utilização de mão-de-obra.

Na Bahia, a colonização agrícola teve início ~~em~~ 1818, no mesmo ano em que foram estabelecidas diversas colônias em outros pontos do país. Da mesma forma que para o resto do Brasil, essas colônias foram estabelecidas por cessão gratuita de terras, em região desocupada (Sul da Bahia), com objetivo de povoamento.

A partir de 1850, no entanto, a política de colonização na Bahia ganhou nova feição. Dessa feita, foram estabelecidas tanto colônias nacionais como estrangeiras, objetivando solucionar a falta de braços, alegada pelas autoridades provinciais e proveniente da abolição do tráfico de escravos.

Através dos dados apresentados por Francisco Vicente Vianna³, podem ser distinguidos três momentos da colonização baiana no século XIX:

- . 1818 a 1828 — colonização estrangeira;
- . 1857 a 1870 — colonização nacional;
- . 1873 — retorno à colonização estrangeira.

Durante a segunda metade do século XIX, a colonização ocupou um lugar de destaque entre as preocupações dos governantes provinciais na Bahia, tendo sido levadas a efeito várias experiências de criação de núcleos coloniais. No entanto, tendo em vista a inexistência de pesquisas sobre o assunto, tais experiências se encontram quase que completamente ignoradas.

Procuramos, neste trabalho, definir de que forma foi encaminhado o processo de colonização na Bahia, dirigido pelo Governo, com participação da elite agrária local, escravista e resistente às mudanças. Em outras palavras, como foi gerida uma política voltada para o incremento da pequena propriedade e do trabalho livre, por uma oligarquia agrária vinculada ao regime mercantil escravista, justamente em um momento em que se acelerava a própria desestruturação das relações servis de produção.

O ano de 1850 foi estabelecido como marco cronológico inicial, em virtude da abolição do tráfico de escravos e a promulgação da Lei de Terras, ambos ocorridos nesse ano e diretamente relacionados com o impulso tomado pela política de colonização no período em estudo.

As experiências colonizadoras da primeira metade do século XIX são apresentadas nesse trabalho para que se possa perceber como se iniciou o esboço da política de colonização

ção e também marcar as diferenças que existiram entre os núcleos criados nesse período e os posteriores a 1850.

Para marco final, foi estabelecido o ano de 1889, em virtude das transformações político-econômicas ocorridas nesse ano, além de representar legalmente o fim do trabalho escravo e ser o ano da Proclamação da República. Além do mais, representa o marco final da principal fonte documental utilizada.

Foram utilizadas basicamente duas fontes na elaboração do presente trabalho: a documentação sobre a colonização baiana, intitulada *Colonos e Colônias* e as Falas dos Presidentes da Província da Bahia.

Essa primeira fonte, *Colonos e Colônias*, encontra-se depositada no Arquivo Público do Estado, na Seção Histórica, em cinco maços, que cobrem o período de 1828 a 1889, assim distribuídos:

- . Maço 4604 — de 1855 a 1858;
- . Maço 4605 — de 1875 a 1876;
- . Maço 4606 — de 1957 a 1884;
- . Maço 4607 — de 1848 a 1888;
- . Maço 4608 — de 1828 a 1889.

Todos os documentos existentes nos cinco maços são manuscritos. Essa documentação representa a coletânea de correspondências enviadas à presidência da Província sobre assuntos diretamente relacionados com a Colonização. Além da correspondência propriamente dita (cartas, ofícios, memorandos, etc.), constam desta documentação alguns relatórios dos direto

res de colônias sobre a situação administrativa, financeira, econômica, moral e social das colônias, além de contratos para importação e estabelecimento de colonos, propostas para a criação de colônias e seus regulamentos, quadros demonstrativos da população, dos objetos, víveres e produtos cultivados nessas colônias; constam ainda mapas geográficos, documentos de avaliação da situação das colônias, elaborados por comissões nomeadas pela presidência da Província; pedidos de engajamento de colonos, entre outros.

Para as colônias estabelecidas na primeira metade do século XIX, a documentação pesquisada se mostrou muito deficiente. Poucos foram os documentos localizados, deixando várias lacunas, como, por exemplo, a trajetória percorrida pela Colônia Leopoldina a partir da sua criação até esta se transformar em um conjunto de propriedades rurais autônomas, além de informações a respeito de maiores detalhes quanto ao funcionamento, organização e produção dessa e das demais colônias desse período.

Sobre as colônias criadas a partir de 1850, encontramos uma quantidade razoável de informações. No entanto, a grande variedade de assuntos tratados nos diversos documentos não permitiu uma certa padronização de informações, nem para todas as colônias, nem tampouco para a mesma colônia, durante os anos de sua existência. Além disso, vários dos documentos encontrados, como alguns regulamentos e contratos, parecem que não passam de simples "propostas", sem, no entanto, sabermos se estas propostas chegaram ou não a serem oficializadas e le

vadas a efeito.

Para suprir, em parte, as deficiências da documentação dos maços *Colonos e Colônias*, utilizamos as Falas dos Presidentes da Província, relativas ao período 1850 a 1889. Essa fonte, além de conter algumas informações complementares sobre a vida das colônias e sobre a população livre rural, fornece indicações da postura da camada dirigente frente a colonização, ou seja, as justificativas e os objetivos oficiais da política de colonização.

A maior parte das Falas do período pesquisado apresentava um tópico específico sobre a colonização, sendo, exatamente, essa parte das Falas alvo da pesquisa. Com poucas exceções, foram pesquisados outros tópicos dessa documentação tais como os relacionados com agricultura, terras públicas, entradas e saída de estrangeiros, entre outros.

Como documentação de apoio, foram utilizadas as coleções de Leis do Império, Leis da Província e os Livros da Alfândega de Salvador. Na primeira fonte, pouco foi o material encontrado relativo à Bahia, indicando dessa forma que o encargo decisório sobre a colonização, no período, estava mais voltado para a Província do que para o Império. Nas leis provinciais, foram localizadas algumas leis de criação de colônias, leis referentes à consolidação de acordos de empréstimos entre particulares e o Governo para a importação de colonos e estabelecimento de colônias, entre outras.

Os livros da Alfândega (livros de entrada e saída de passageiros), embora tenham tomado bastante tempo do período

do dedicado à pesquisa, mostraram-se bastante problemáti
cos quanto à sua utilização. Composto de 100 volumes, cobrin
do o período de 1855 a 1964, portanto cem anos, deles foram
utilizados, no presente estudo, apenas os resultados obtidos
para a chegada de estrangeiros na Bahia, no período de 1856 a
1864. Os principais motivos que levaram a tal procedimento, fo
ram os seguintes: primeiro, a falha da documentação nos perío
dos de 1865 a 1873, onde não existe nenhum dado anotado nos
Livros da Alfândega; segundo, porque achamos necessário observar
qual o fluxo migratório que se dirigiu para a Bahia no pe
ríodo que precedeu a abolição do tráfico de escravos e conseque
nte surgimento de situação de "crise de mão-de-obra". Além
disso, o registro desses livros para o período de 1856 a 1864
mostrou-se mais completo e confiável do que para os períodos
posteriores. Nesse período, eram registrados apenas os estran
geiros vindos do exterior, tornando mais fácil a sua utiliza
ção do que nos períodos posteriores, quando são registrados
todos os passageiros (estrangeiros e brasileiros), vindos não
só do exterior como também das demais províncias do Império e
até mesmo do interior baiano.

A bibliografia consultada para a realização do tra
balho pode ser classificada em três tipos: obras de caráter
geral, que abordam as questões mais amplas sobre o capitalis
mo e aquelas mais específicas sobre o escravismo no Brasil;
as que tratam da economia baiana, desde as obras consideradas
"clássicas", até os estudos recentes sobre a vida econômica e
política da Bahia; e, finalmente, a bibliografia sobre coloni

zação propriamente dita. Esta última trata, sob os mais variados ângulos e enfoques, a colonização como, por exemplo, a colonização no século XIX no Sul do país, a colonização no Brasil no século XX e alguns poucos estudos que, de maneira vaga, se referem às colônias estabelecidas na Bahia no século XIX.

Um dos maiores problemas apresentados na elaboração do trabalho e, podemos mesmo dizer, na elaboração de hipóteses, foi, justamente, a ausência de pesquisas e estudos sobre o tema, especificamente para a Bahia. De modo geral, as obras que se referem à colonização na Bahia limitam-se a pequenas referências ou pequenas descrições sem nenhuma preocupação maior a nível de aprofundamento. Nesses trabalhos, geralmente as vias de explicação para o processo de colonização limitam-se sempre a argumentos que se resumem à não adaptação dos estrangeiros ao clima baiano, à indolência dos nacionais, à péssima qualidade dos terrenos das colônias, entre outros.

Entretanto, os rumos tomados pelo processo de colonização na Bahia obedeceram a influências outras, muito mais relacionadas com a decadência do escravismo do que simples inadaptação, ineficiência ou mesmo qualidade de terras.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos: o primeiro trata da política de colonização e dos núcleos estabelecidos na Bahia na primeira metade do século XIX.

No Capítulo 2, procuramos focar algumas questões sobre a ocupação de mão-de-obra, na Bahia, a partir de 1850. Tendo sido a falta de braços para a lavoura a justificativa de maior peso para a criação de núcleos coloniais, nes

se: Capítulo, levantamos algumas pistas sugestivas de que a situação era completamente oposta, que a Província da Bahia, no período, tinha como problema um excedente populacional de socupado em vez de falta de braços. Também nesse Capítulo, foi levantada a situação demográfica do Sul da Província, local onde foram implantadas as colônias agrícolas.

O Capítulo 3 trata da política de colonização na segunda metade do século XIX, os novos rumos tomados e as motivações da criação de núcleos coloniais.

Nos Capítulos 4 e 5, são estudadas as experiências colonizadoras levadas a efeito com elementos nacionais e com estrangeiros, respectivamente.

NOTAS À INTRODUÇÃO

- ¹ Cf. AMADO, J. *Conflito social no Brasil: a Revolta dos "Mucker"*. São Paulo, Símbolo, 1978. p.28.
- ² AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, A Nação/Instituto Nacional do Livro, 1975. p.77.
- ³ Cf. VIANNA, Francisco Vicente. *Memórias sobre o Estado da Bahia*. Salvador, Typ. do Diario da Bahia, 1893.

1 A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO NA BAHIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Podemos dizer que na primeira metade do século XIX, sob o mesmo rótulo, encontravam-se três tipos diferentes de colonização estrangeira: uma colonização para povoamento (política do Governo Central), a colonização estrangeira para a grande lavoura, incentivada através do sistema de parceria e subordinada aos fazendeiros de café e, por último, a colonização escravista, aquela que utilizava como força de trabalho a mão-de-obra escrava, como era o caso da Colônia Leopoldina.

Desenvolveu-se ainda, nesse mesmo período, um tipo de colonização com nacionais (militares), cujo objetivo era principalmente a proteção de viajantes e colonos contra os Índios da Região Sul, no caso específico da Bahia, e a proteção de fronteiras, no caso do Extremo Sul do País.

Até que os portos do Brasil fossem abertos ao comércio estrangeiro em 1808, a imigração que para aqui se dirigiu, resumiu-se praticamente aos portugueses, tendo sido insignificante o número de estrangeiros de outras nacionalidades a se fixarem no Brasil colonial.

Em 25 de novembro de 1808, D. João VI assinou um decreto permitindo a concessão de Sesmarias e estrangeiros que no Brasil viessem residir, nas mesmas condições que eram

concedidas a brasileiros e portugueses ¹. Dessa data em diante, o Brasil, além de estar aberto à imigração estrangeira, proporcionava um meio de fixação a esses imigrantes — o campo. Prosseguindo nessa perspectiva de fixação do imigrante na área rural, em 1818 D. João VI proporcionou a criação de várias colônias agrícolas, colônias essas formadas por estrangeiros e situadas em diversos pontos do país, inclusive na Bahia. Para a formação dessas colônias, o Governo Central além de ceder gratuitamente as terras onde se assentariam, contribuía também para o pagamento de passagens e diárias para os colonos recém-chegados.

Os principais objetivos a serem alcançados com a criação desses núcleos coloniais eram: povoamento de áreas virgens, aumento da produção de alimentos, ocupação territorial e garantia de fronteiras. Tais colônias se caracterizavam por adotarem um sistema baseado na exploração da pequena propriedade e na utilização do trabalho livre, pois essa era uma das condições para o seu estabelecimento — a não utilização do trabalho escravo.

As colônias agrícolas criadas no início do século passado, além dos seus objetivos primeiros (povoamento, ocupação territorial, produção de alimentos, etc.) estavam intimamente ligadas aos compromissos assumidos com a Inglaterra a partir de 1810, restringindo o tráfico de escravos às possessões portuguesas, com promessa de gradual abolição. Para que tais compromissos pudessem ser realmente cumpridos,

fazia-se necessário uma certa preparação, pois, sendo a economia brasileira montada em bases secularmente solidificadas na exploração do trabalho escravo, a ameaça de extinção da sua única fonte de reposição de mão-de-obra acarretaria um abalo considerável nas suas bases. Por isso, a implantação, no Brasil, de uma nova forma de produção precisava ser incrementada.

Muito embora em 1750 o governo português tenha proporcionado a vinda de colonos açorianos para o Brasil, os quais foram fixados em vários trechos do litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com objetivo de se estabelecer uma ocupação efetiva dessa região ², tal iniciativa de colonização não pode ser considerada como fazendo parte do processo de criação de colônias agrícolas no Brasil. Principalmente por esta se tratar de uma experiência isolada e sem nenhuma continuidade pelo governo português. Tomamos portanto, como marco do início do processo de colonização dirigida no Brasil, a década de 1810, quando foram criadas as primeiras colônias agrícolas brasileiras, com objetivos explícitos de colonização.

Todas as colônias estabelecidas nesse primeiro período de colonização dirigida obedeciam às mesmas características: eram criadas através da doação de sesmarias e localizadas em regiões distantes e pouco povoadas. Dessa forma, esperava-se que elas cumprissem o seu papel de povamento e ocupação efetiva das regiões colonizadas, além de alargar as

fronteiras agrícolas.

Situa-se, portanto, a política de colonização iniciada no Brasil no princípio do século XIX, como uma política nitidamente demográfica, coincidindo assim com os objetivos de uma verdadeira política voltada para os princípios da colonização agrícola.

Uma particularidade, porém, deve ser ressaltada: o regime de colonização estabelecido ia frontalmente de encontro ao regime de trabalho e ao sistema fundiário predominantes no Brasil do século XIX.

Como já foi anteriormente citado, era proibido nas colônias agrícolas a utilização do trabalho escravo; no entanto, não existia nenhuma proibição quanto à utilização do trabalho assalariado. Por outro lado, a concessão ou venda de lotes favorecia ao desenvolvimento da pequena propriedade.

Thales de Azevedo considera a colonização brasileira do século XIX uma política revolucionária, pois o Governo Imperial responsabilizava-se "por abrir uma brecha na estrutura paternalista e escravocrata da nascente sociedade brasileira, com a criação de colônias povoadas exclusivamente por homens livres, brancos, não apenas portugueses, explorando, com a agricultura de subsistência, a pequena propriedade"³.

Dessa forma, é bastante compreensível que a política de colonização apoiada pelo Governo Imperial não satisfizesse aos interesses de elite latifundiária brasileira.

E, em oposição à política do Governo Imperial, de características nitidamente demográficas, surge a política manifesta da por representantes de certos setores da lavoura, interessados muito mais "em obtenção de mão-de-obra para as suas fazendas, do que numa política geral de povoamento que, só remotamente, poderia vir a satisfazer seus interesses mais urgentes"⁴.

Em São Paulo, o Senador Nicolau de Campos Vergueiro, principal defensor do ponto de vista dos proprietários, desaprovava as medidas do Governo Imperial de formação de colônias agrícolas "alegando entre outras razões, a incompatibilidade entre esse tipo de colonização e o interesse dos proprietários"⁵. A incompatibilidade citada por Vergueiro situa-se, certamente, no fato de que a política imperial permitia ao imigrante o acesso à terra, o que não interessava de modo algum aos fazendeiros.

No que se refere à legislação brasileira sobre a colonização e imigração, saliente Janaina Amado, que tal legislação era extremamente confusa:

Ora os imigrantes estavam a cargo do Governo Imperial, ora do provincial, às vezes inteiramente abandonados porque se cortavam as verbas a eles destinadas. Uma sucessão interminável de leis, portarias e decretos modificava constantemente os direitos e obrigações dos colonos, que obedeciam a leis diferentes segundo a data em que entravam no país.⁶

Tal situação não estava ligada apenas a uma tentativa no sentido de aperfeiçoar a política de colonização por parte do Governo central, obedecia também ao jogo de interes

ses e às pressões exercidas por parte da oligarquia agrária. E tais pressões foram tão agudas que se desenvolveu, principalmente em São Paulo, ainda na primeira metade do século XIX, um sistema de colonização baseado no contrato de parceria. Desta forma, conseguiram os fazendeiros de café uma medida conciliadora entre os seus interesses e o interesse do Governo Imperial. Embora tendo conseguido conciliar esses dois interesses, o sistema de parceria não satisfazia a um terceiro interessado — o colono. E por não atender ao interesse do colono, em pouco tempo começou a entrar em crise. Tendo sido incrementado no início da década de 1840, por iniciativa do Senador Vergueiro, esse sistema entusiasmou os fazendeiros de café nos primeiros anos de sua adoção, porém, cedo os colonos começaram a demonstrar descontentamento ⁷. E pelo nível das queixas dos colonos, nota-se a situação desvantajosa a que estes estavam submetidos.

Desde a sua chegada às fazendas, os colonos já contavam com uma pesada dívida proveniente do transporte e alimentação a bordo. O sistema de compra de gêneros em armazém do próprio fazendeiro aumentava esta dívida mantendo-os cada vez mais dependentes. De todas as maneiras, os colonos eram espoliados, desde os cálculos na conversão da moeda aos preços dos níveis adquiridos nos armazéns.

As terras que cultivavam eram sempre as menos produtivas, e eles eram obrigados a realizar trabalhos extras não especificados nos seus contratos. Inclusive, por não serem católicos, encontravam grandes dificuldades para reali

zar atos civis como casamentos, registros de nascimento de filhos, etc; dada a forte ligação existente entre a Igreja Católica e o Estado.

O momento agudo da crise do sistema de parceria, implantado na região cafeeira de São Paulo, chegou ao seu clímax em 1857, quando um dos vários conflitos ocorridos entre colonos e fazendeiros assumiu o caráter de uma grande revolta, na fazenda Limeira, de propriedade do Senador Vergueiro, a primeira na adoção do sistema de parceria⁸. A partir daí, os fazendeiros paulistas deixam progressivamente de adaptar em suas propriedades o sistema de colonização baseado nos contratos de parceria.

Embora o objetivo do Governo Imperial fosse orientar a colonização no sentido do povoamento de áreas virgens, as pressões exercidas pelos fazendeiros de café fizeram com que a colonização do período ganhasse também um caráter de importação de mão-de-obra para ser utilizada nas grandes fazendas.

No caso específico da Bahia, os rumos percorridos pela colonização, nesse período, obedeciam unicamente às diretrizes do Governo Imperial, sem nenhuma interferência ou participação dos fazendeiros locais.

Em virtude da situação de dificuldades por que estava passando a lavoura baiana nesse período, aguçadas principalmente depois das lutas pela Independência, em 1822, e pela mudança da conjuntura internacional em 1837⁹, os fazendeiros

deiros baianos não estavam em condições de se lançarem em uma empreitada que, mesmo com auxílio do Governo Central, requeria um grande investimento, como era a importação de colonos nos moldes dos fazendeiros de café de São Paulo.

Por essa razão é que não se desenvolveu na Bahia, na primeira metade do século XIX, uma política de colonização voltada para o interesse de importação de mão-de-obra. Apenas por iniciativa oficial, foram criadas na Bahia, nesse período, cinco colônias agrícolas de povoamentos sendo três formadas por estrangeiros, uma por nacionais (militares) e uma mista (formada por estrangeiros e nacionais). A fundação dessas colônias obedeceu à seguinte cronologia:

- . 1818 — Colônia do Rio Salsa (mista);
- . 1818 — Colônia Leopoldina (estrangeira);
- . 1822 — Colônia São Jorge da Cachoeira de Itabuna (estrangeira), também conhecida como Colônia São Jorge dos Ilhéus;
- . 1828 — Colônia Santa Januária (estrangeira);
- . 1840 — Colônia Mucury (nacional).

A colônia do Rio Salsa foi criada por iniciativa oficial e levada a efeito pelo Capitão-general Conde de Palma, nas margens do Rio Salsa, afluente do Pardo ¹¹. Era formada por estrangeiros, de nacionalidade alemã, e por soldados brasileiros, casados e com suas famílias. Pouco se sabe sobre a história dessa colônia, havendo notícias de que, em 1823, o Governo Provincial estava disposto a prestar socorros aos colonos ali estabelecidos, o que indica que já nes

sa época a colônia estava passando por sérias dificuldades ¹¹.

*Até o ano de 1827 há ideia de ter alli permanecido alguma gente invalida da má que foi escólhida; porém d'essa epocha em diante não pode ser encontrado documento que provasse a extinção legal d'esta colonia, que completamente desapareceu.*¹²

As poucas informações encontradas sobre essa colônia atribuem o seu rápido fracasso à qualidade dos colonos estabelecidos, geralmente considerados como gente de "péssima qualidade".

A segunda, a Colônia Leopoldina, formada por suíços e alemães, foi fundada em 1818 pelo cônsul hamburguês Pedro Peyckr e pelos naturalistas Freyreiss e Morhardt, que depois se juntaram aos suíços Abrão Laughan e David Pache.¹³ Situava-se nas margens do rio Peruípe, na Comarca de Caravelas, Sul da Bahia e foi estabelecida pelos seus fundadores que, depois de escolhido o local apropriado para realizarem seus planos, dirigiram-se ao governo e receberam cinco sesmarias de mata virgem, correspondendo cada uma delas a meia légua quadrada. "Em homenagem à Imperatriz D. Leopoldina, que muito contribuiu para que lhes fossem dadas estas terras, denominaram os colonos a pequena aldeia de Leopoldina"¹⁴.

Segundo o Dr. Toelsner, médico da colônia, o governo brasileiro nunca contribuiu com auxílio ou sustento para os colonos, os quais "com poucos meios financeiros e escassa mão-de-obra, somente com a ajuda de alguns negros, tiveram que iniciar e realizar o penoso trabalho de arrotear o solo"¹⁵. Vale ressaltar que essa colônia foi a única a utilizar mão-

de-obra escrava em todo o processo de colonização ocorrido na Bahia no século XIX,

Já no ano de 1848, a Leopoldina era composta de 38 fazendas particulares, nas quais trabalhavam 1.267 escravos, 130 brancos, além de 40 proprietários, numa população total de 1.437 pessoas ¹⁶.

Tendo em vista a utilização do trabalho escravo, inclusive em larga escala, essa colônia não era considerada, na época, como uma colônia agrícola, muito embora tenha conservado sempre o nome de "colônia", e às vezes até citada como exemplo bem sucedido de colonização.

Desde os primeiros anos de existência, a colônia Leopoldina dedicou-se ao cultivo de café, chegando a contribuir em cerca de 60% na produção cafeeira da Província da Bahia, em 1842, e em mais de 90%, em 1853 ¹⁷.

TABELA Nº 1

PRODUÇÃO DE CAFÉ DA COLÔNIA LEOPOLDINA 1836-1953

ANOS	SACAS DE 60 K
1836	6.610
1842	8.570
1848	entre 16.158 e 17.138
1851	17.138
1853	24.483

FONTE: SEPLANTEC - CPE - *A inserção da Bahia na evolução nacional-1a. etapa - 1850 - 1889.* Salvador, 1978. v.2 p.139.

Além do café, cultivavam-se na colônia, para consumo interno, diversas frutas como: abacaxi, jaca, laranja, manga, banana, além de fruta-pão, mamona, cana-de-açúcar, algodão, fumo, milho, mandioca e vários legumes ¹⁸.

No final da década de 1840, algumas notícias sugerem que a Colônia Leopoldina passou por momentos de crise. Dr. João Conrado Zang, médico da colônia, em relatório enviado ao Presidente da Província, em 1847, relata que a crise da Colônia Leopoldina devia-se principalmente a constantes epidemias; intrigas entre os colonos; morte de grande parte dos fazendeiros opulentos; falta de terras e carestia dos escravos e dos gêneros ¹⁹. As notícias posteriores, no entanto, evidenciam que essa crise ocorrida na colônia não foi capaz de provocar grandes abalos na sua estrutura produtiva.

Embora essa colônia utilizasse basicamente o trabalho escravo, tudo indica, que mesmo após a extinção do tráfico de escravos, em 1850, ela continuou a manter um certo processo de desenvolvimento, sem que a "raridade" ou o alto preço dos escravos tivessem agido de forma a diminuir a sua produtividade. Não são os dados relativos à produção de café demonstram tal afirmativa, pois a produção de 1853 foi bastante significativa e superior aos anos anteriores, como a própria população escrava, que em 1848 era de 1.267 escravos, quase duplicou na década seguinte, passando para 2.000 escravos em 1858.

Esse aumento da população parece estar relacionado

do muito mais a uma elevada taxa do seu crescimento vegetativo do que à incorporação de mão-de-obra por compra, conforme sugere o médico da colônia, Dr. August Toelsner, ao afirmar que os escravos aí existentes no ano de 1858, em número de 2.000, eram quase todos ali nascidos e criados tendo recebido tratamento humanitário e vivido em "decentes e respeitáveis núcleos familiares" ²⁰. Referindo-se ainda aos escravos, diz o médico da colônia que "Todos são batizados, educados como cristãos e bem tratados. A maioria dos rapazes são admitidos ao estudo de um ofício, as meninas são instruídas em trabalhos caseiros".

Francisco Vicente Vianna considera que a Colônia Leopoldina se desenvolveu, "chegou a um certo grau de prosperidade e emancipou-se" ²¹.

Em 1861, o Presidente da Província da Bahia anuncia que "A Colônia Leopoldina no Sul não existe mais, pois que está toda transformada em fazendas de café de ricos proprietários, quasi todos estrangeiros" ²².

Em 1888, em decorrência da Lei de Abolição da Escravatura no Brasil, os escravos das fazendas de café que formavam a Colônia Leopoldina, abandonaram seus respectivos senhores, causando dessa maneira, a desarticulação e ruína dos fazendeiros da antiga colônia. "Para a Leopoldina representou esse decreto (libertação de escravos) o golpe mortal. Os emancipados abandonaram as propriedades rurais (...) vem a desorganização e a miséria. As grandes e prósperas fazendas de café decaem rapidamente. Os proprietários que possuem

recursos repatriam-se, os menos aventureiros emigram para as cidades da Bahia e Rio de Janeiro, e a terra exuberante é abandonada por não existirem braços para colherem os frutos" ²³.

Portanto, são setenta anos depois de estabelecida, a Colônia Leopoldina, por causa da utilização de escravos, entrou num processo de desestruturação.

Porém, não existiram apenas essas duas colônias criadas na Bahia, na primeira metade do século XIX. Em 1822, foi estabelecida em Ilhéus, também na região Sul da Bahia, a Colônia de São Jorge dos Ilhéus, formada por 28 casais de alemães, num total de 161 indivíduos de ambos os sexos, "dentre os quais alguns ferreiros, padeiros, relojoeiros, alfaiates, carapinas e machinista" ²⁴. Esses colonos vieram às custas de um tal Pedro Weylls e um seu sócio, "para se estabelecerem na Sesmaria, que para esse fim lhes fora concedida em 1818. Era pela maior parte gente morigerada, e que trouxe ferramentas, algum dinheiro, e meios de estabelecer-se" ²⁵. Em virtude da falta de preparativos para receber os colonos, e da ocupação da cidade de Salvador pelas tropas portuguesas, nas lutas de Independência, viram-se os colonos privados tanto dos objetos que importavam como de exportarem os produtos da colônia. "Abandonarão por isso a colônia pela Vila de Ilheos, onde muitos succumbirão de enfermidades e à falta de recursos" ²⁶. O Governo Imperial para solucionar tal problema concedeu, após as lutas pela Independência, a quantia de 4.384\$300 réis para que no espaço de dois anos pudesse suprir os colonos com uma diária de 170 réis para os solteiros

ros e 300 réis para os chefes de família, além de providências de derrubada de matas e preparação de roçados à margem esquerda do rio Cachoeira a 3 ou 4 léguas distantes da Vila de Ilhéus. Com tais atitudes conseguiu-se salvar os restos da colônia e estabelecê-la definitivamente. Sem notícias que nos permitissem acompanhar o desenvolvimento dessa colônia agrícola, sabemos que em 1855 a colônia São Jorge dos Ilhéus achava-se ocupada por plantações de cacau e outros gêneros de cultura. "Ignora-se também o número de estrangeiros ali residentes; (em 1855) mas pequena tem sido a emigração, e quase todos os fazendeiros ou são brasileiros, ou descendentes dos antigos colonos"²⁷.

Pelo visto, não se pode dizer que essa colônia tenha "fracassado", pois o que demonstra a fala do presidente da Província no ano de 1857 é que, da mesma forma que a Colônia Leopoldina, a Colônia de São Jorge dos Ilhéus se transformou no decorrer do tempo em fazendas autônomas, perdendo sua característica inicial de colônia agrícola. A última notícia a respeito dessa colônia, é a Lei provincial nº 819 de 23 de junho de 1860, a qual cria "uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino na Colônia denominada São Jorge dos Ilhéus"²⁸. O que vem a confirmar que essa colônia já devia apresentar em 1860 uma certa população que embora pequena, justificasse a existência de uma escola criada pelo Governo Provincial.

Segundo Wanderley Pinho, o reinício da cultura do cacau, ocorrida na segunda metade do século XIX no Sul da Ba

hia, deu-se através desses colonos estabelecidos às margens do Rio Cachoeira ²⁹. Desse modo, atrela-se diretamente o processo de colonização baiana à emergência de um produto agrícola de exportação.

Outra tentativa de colonização estrangeira foi feita em 1828 com a criação da Colônia Santa Januária, estabelecida no lugar denominado Rio do Engenho, quatro léguas acima da povoação de Taperoá, atual cidade do mesmo nome, localizada na região vizinha à cidade de Valença. Para povoar a Colônia, vieram do Rio de Janeiro 222 irlandeses formando 101 famílias. A localidade era considerada saudável e com terras férteis. Foram tomadas as providências necessárias para o estabelecimento dos colonos como derrubada de matas, roçados, construção de um pequeno engenho para ralar mandioca, edificação de quantidade suficiente de casas para todos os colonos; uma casa para botica, uma para o cirurgião, outra para o capelão, e também uma capela. Enfim, toda a infra-estrutura para o estabelecimento da colônia a ser criada. Deu-se também ferramentas para o trabalho da lavoura e ração diária a cada indivíduo.

*Nada bastou para constatar a má escolha dos colonos, os quais dados a embriaguez e a todos os vícios, abandonaram a colônia, vendendo as ferramentas, e espalhando-se por diferentes lugares, apenas se lhes suspendeu a diária. De uma semelhante colônia resta pois, somente a triste lembrança de sua existência.*³⁰

Na década de 1840 uma outra experiência foi feita de criação de colônia agrícola, desta vez nacional — a Co

lônia Militar do Mucury. Foi estabelecida, em 1845, às margens do Rio Mucury, junto à lagoa Arara, Extremo Sul da Bahia, em lugar pouco salubre e sujeito a febres endêmicas, havendo logo em começo falecido 17 pessoas, inclusive o comandante da Colônia ³¹. Três anos após a sua fundação, essa colônia encontrava-se totalmente desestruturada. Segundo o capitão de Engenheiros, chefe da comissão de Exploração do Mucury e Belmonte, Innocencio Vellozo Pedreira, os motivos dos embaraços da colônia eram: o pouco escrúpulo na escolha do seu pessoal; a má escolha do local da colônia; a inaptidão dos comandantes que a dirigiram, geralmente velhos e ignorantes, e o excessivo militarismo que caracterizava o estabelecimento muito mais como um destacamento militar do que como uma colônia agrícola ³².

Os objetivos dessa colônia eram o estabelecimento de focos de população em áreas despovoadas, que se dedicassem ao trabalho agrícola, sem a utilização do braço escravo. Era formada por indivíduos pobres e suas famílias, alguns desses indivíduos já tendo sido militares e suas profissões mais constantes eram: alfaiate, carapina, meirinho, pescador, marinheiro, caixeiro e enfermeiro. Apenas 5 colonos, dentre os chefes de família, já haviam trabalhado na agricultura, sendo que desses 5 um trabalhou apenas durante um ano, e outro declarou ter trabalhado na agricultura com o pai, no tempo de solteiro ³³. Dentre os colonos engajados, estavam portanto pessoas que não correspondiam diretamente aos interesses de uma colônia agrícola. Ademais, entre os colonos en

gajados estavam pessoas de idade bastante avançada e doentes ³⁴. Outros aspectos são citados pelo chefe da comissão de exploração do Mucury e Belmonte quanto ao fracasso da colônia, como os motins dos colonos e o desvio de verbas pelos comandantes da colônia, e concluiu o seu relatório dizendo que "He difficilimo compor no Brasil huã companhia de agricultores livres e que he ainda mais difficil encontrar homens que a dirijão convenientemente ..." ³⁵.

Das 116 pessoas que viviam na Colônia Mucury, em 1848, incluindo aí homens, mulheres e crianças, 54 eram brancos, 46 pardos, 4 crioulos, 4 cabras, 7 índios e 1 preta forra. Muito embora não se disponha de mais dados relativos à composição racial das populações das colônias nacionais, por esse quadro da Colônia Mucury se pode notar que mais da metade da população era gente de cor, que provavelmente deveria ser ou ex-escravos ou descendentes de escravos.

Depois de gastos mais de 25 contos de réis com a Colônia Mucury, o Governo Provincial, após ter nomeado uma comissão para exame da colônia, resolveu por acto de 6 de junho de 1849, dissolvê-la ³⁶. Portanto, das 5 colônias agrícolas estabelecidas na Bahia na primeira metade do século XIX, podemos dizer que duas delas, a Leopoldina e a São Jorge dos Ilhéus cumpriram um papel importante no povoamento e ocupação econômica da região Sul da Bahia. A primeira foi a responsável pela produção de café da Província durante quase todo o século passado, e a segunda, responsável pelo reinício do cultivo do cacau naquela região.

NOTAS AO CAPÍTULO 1

- 1 Cf. VIANNA, H. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1972, v.3. p.116.
- 2 Cf. TAVARES, V.P. et alii. *Colonização dirigida ao Brasil; suas possibilidades na Região Amazônica*. 2.ed. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974, p.14.
- 3 AZEVEDO, T. de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, A Nação/DAC/SEC, 1975, p.76.
- 4 VIOTTI DA COSTA, E. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Difel, 1966, p.65.
- 5 Ibidem, p.66.
- 6 Cf. AMADO, J. *Conflito social no Brasil; a revolta dos "Mucker"*. São Paulo, Símbolo, 1978, p.28.

"Entre 1824 e 1847 a imigração esteve a cargo do governo imperial, mas em 1830 as verbas a ela destinadas foram suspensas (...). Como exemplo da mudança da legislação, os imigrantes entrados até 1827 tinham direito, pelo contrato que assinaram, a vários benefícios (passagens pagas, lote de terra gratuito medindo 160.000 braças quadradas, subsídios de 160 réis diários no primeiro ano e 80 no segundo, cidadania brasileira, liberdade de culto, isenção de impostos por dez anos.etc.). Os chegados a partir de 11/14/1827 tinham direito só a alguns desses benefícios. Os que vieram depois de 15/12/1830, a nenhum benefício. Já os chegados a partir de 4/12/1851 podiam, entre outras coisas, receber gratuitamente um lote de 100.000 braças quadradas nas terras devolutas cedidas à Província pelo Governo imperial em 1848, desde que cultivassem e não vendessem o lote durante certo prazo. A lei de Terras (1850) e a lei de 30/11/1854 que aplicou seus princípios as áreas de colonização, entretanto, proibiam a doação de terras, exigindo para sua venda um prazo nunca abaixo do mínimo fixado (300\$000 réis o lote de 100.000 braças quadradas), com pagamento no prazo máximo de cinco anos. Estas modificações continuaram pelos tempos, só vindo a situação a se acalmar depois de 1870" (Ibidem, loc. cit.).

7 A propósito, observar Emília Viotti da Costa:

"Os colonos reagiam como podiam: abandonavam o trabalho co

locando o proprietário em situação de desespero. Queixavam-se também de sua sorte, manifestando sua desilusão. Julgavam-se espoliados em todos os sentidos. Diziam que os proprietários reservavam para o trabalho do escravo os cafés mais produtivos, entregando-lhes os mais novos que ainda não estavam produzindo de maneira compensadora, ou então os mais velhos e murrados, de escassa produção. Outro motivo de descontentamento era o sistema de contas feito para deduzir do lucro sobre a produção obtida. Consideravam desonestos os cálculos de conversão de moeda, e a contagem dos juros que corriam sobre os adiantamentos. Reclamavam contra o peso das dívidas que os sobrecarregava já ao chegar à fazenda, em virtude dos preços da viagem e transporte até a sede, agravadas com o correr do tempo. Apontavam a mesquinhez das somas adiantadas antes do fim da safra, dois, cinco, dez mil-réis, que os obrigava a recorrer ao armazém da fazenda para as compras, como um dos fatores responsáveis por esse endividamento progressivo, do qual não viam maneira de escapar. Diziam que, nessas armazéns, os víveres eram vendidos a preços mais elevados do que nas vilas próximas. Queixavam-se ainda dos pesos em medidas utilizados, e que, no seu entender, funcionavam sempre a favor dos proprietários. Consideravam injusta a obrigação de dividir com estes os excedentes dos gêneros alimentícios cultivados. Referiam-se às dificuldades encontradas no trato com os senhores, às suas arbitrariedades, tolhendo os movimentos dos colonos, interditando-lhes o ausentar-se da fazenda sem sua ordem expressa e obrigando-os a outros serviços não especificados em contrato, como a construção ou reparo de estradas e caminhos, conserto de cercas etc. O desconforto das casas que lhes eram concedidas, a lembrar senzalas, constituía outro motivo de desagrado. Havia ainda os problemas de ordem religiosa criados do fato de não serem reconhecidos os casamentos por escritura, o único possível para aqueles que não professavam o catolicismo. As mesmas complicações surgiam para os recém-nascidos: os pais viam-se obrigados a batizá-los na igreja católica, para poderem obter um registro. Sentiam-se desamparados, sem ter a quem recorrer em caso de dissídio, uma vez que a Justiça estava sempre a serviço dos patrões. Enfim, consideravam-se espoliados pelos senhores e reduzidos à condição de verdadeiros escravos". (VIOTTI DA COSTA, E. op. cit., p. 86-7).

8 Ibidem, p.87.

9 ALMEIDA, R. Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. *Planejamento*, Salvador, CPE, 1(1): 29-30, set./out. 1973.

10 "Deve ter sido isso por 1818, ou talvez antes. Aos colonos juntaram-se soldados brasileiros, casados, que constituíam o destacamento de proteção ao núcleo. Não existem do

cumentos claros de sua história. Escreveu-se algures que esta colônia foi organizada com gente má. Sua denominação era "Colônia do Rio Salsa". Dom Francisco de Assis Mascarenhas empenhava-se, ao mesmo tempo, por promover a navegação do dito rio, nele estabelecendo povoações a fim de entreter relações comerciais com a Província de Minas. Em 1826 já haviam desaparecido dali quase todos os colonos alienígenas, restando a tropa, que constituía então o "Destacamento de São Francisco de Palma", ou "Quartel da Palma". (...) No ano de 1836, conforme ofício de 7 de junho, do juiz de direito de Ilhéus ao presidente da província, já havia desaparecido o "Destacamento". (CAMPOS, Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1981. p.207).

- 11 RELATÓRIO. Colonização estrangeira na Bahia. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. Maço 4606.
- 12 WANDERLEY, João Maurício. Fala recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, ... no dia 19 de março de 1855. Salvador, p.40.
- +13 NASSER, Hermann. *A Colônia Leopoldina — 1858*. Salvador, UFBA. Centro de Estudos Baianos, 1951 (Excerptos da dissertação do Dr. August Toelsner sobre a Colônia Leopoldina — 1858) p.4.
- 14 Ibidem, p.4.
- 15 Ibidem, loc. cit.
- 16 Cf. BEHMANN-EIRT, Carlos. Ofício enviado ... ao Juiz de Direito Caetano Vicente D'Almeida, em 29 de janeiro de 1848. In: Bahia. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.
- 17 BAHIA, SEPLANTEC. CPE. *A inserção da Bahia na evolução nacional; 1a. etapa — 1850-1889; atividades produtivas*. Salvador, 1978. v.2. p.136.
- 18 Cf. NASSER, op. cit., p.5.
- 19 Cf. BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4604.
- 20 NASSER, op. cit., p.4.
- 21 VIANNA, F.V. *Memórias sobre o Estado da Bahia*. Salvador, Typ. e encadernação de Diário da Bahia, 1893, p.191.

- 22 PINTO, Antonio da Costa. *Fala recitada na abertura da Assemblêa Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província ... no dia 19 de março de 1861.* Salvador, p.35.
- 23 WILDBERG, A. *Notícias históricas de Wildberg —1829-1842.* In: BAHIA. SEPLANTEC. CPE., op. cit. v.2. p.139.
- 24 SINIMBU, João Vieira Lins Cansação de. *Fala recitada na abertura da Assemblêa Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província ... em 1857,* Salvador, p.41.
- 25 *Ibidem,* loc. cit.
- 26 *Ibidem,* loc. cit.
- 27 *Ibidem,* loc. cit.
- 28 BAHIA. PROVÍNCIA. *Leis, decretos. Lei nº 809, de 23 de junho de 1880.* Livro 13/14, p.45.
- 29 PINHO, Joaquim de Wanderley de Araújo. *A cultura do cacau na Bahia. Diário Oficial do Estado da Bahia,* Salvador, 2 de julho de 1923. Edição Especial do Centenário, p.233.
- 30 *Fala de 1857,* cf. Nota 24, p.48.
- 31 Cf. RELATÓRIO. *Colonização estrangeira na Bahia.* In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias.* maço 4606.
- 32 Cf. PEDREIRA, Innocencio Vellozo. *Ofício de ... ao Presidente da Província, de 18 de dezembro de 1848.* In: BAHIA: Arquivo Público. *Colonos e Colônias.* maço 4607.
- 33 Cf. PEDREIRA, Innocencio Vellozo. *Relatório sobre os colonos de Mucury, feito por ... Capitão Engenheiro, chefe da comissão de Exploração de Mucury e Belmonte, em 20 de março de 1849.* In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias.* maço 4607.
- 34 *Idem,* *Relatório ao Presidente da Província, de 20 de abril de 1849.* In: BAHIA, Arquivo Público, op. cit., loc.cit.
- 35 *Ibidem.*
- 36 *Fala de 1857,* cf. Nota 24, p,43.

2 PROBLEMAS DE OCUPAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA A PARTIR DE 1850

2.1 EXCEDENTE POPULACIONAL

Durante toda a segunda metade do século XIX, um dos problemas que mais preocupou os governantes e a elite agrária baiana, foi a crise de mão-de-obra agrícola. A partir de 1850, com o término do tráfico de escravos, as expectativas da economia baiana pareciam ser de um verdadeiro colapso da produção agrícola — montada na cultura da cana-de-açúcar — em virtude da escassez de braços. A epidemia de *colera morbus* que se alastrou na província da Bahia, em 1855, matando grande número de gente livre e escrava, era também citada como um outro fator responsável pela referida crise. Tanto os governantes como os produtores de açúcar da Bahia atribuíam o declínio da economia à falta de braços para o trabalho agrícola, e tal suposição foi responsável não só pela importação de mão-de-obra estrangeira livre como pela formação de vários núcleos coloniais agrícolas na Bahia, na segunda metade do século XIX.

A criação dessas colônias agrícolas, embora já iniciadas desde o princípio do século XIX, começou a tomar maior impulso depois de cessado totalmente o tráfico de escravos, em 1850. Segundo Orlando Mello ¹, foram criadas no período de 1850 a 1864, em diversos Estados brasileiros — São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Rio

de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Maranhão, Pará, Piauí e Pernambuco — nada menos de 105 colônias agrícolas, entre colônias nacionais, estrangeiras e colônias de parceria, predominando a criação de colônias estrangeiras, e de parceria com estrangeiros, principalmente na região do café, em São Paulo. Como este autor registrou apenas a criação de uma colônia agrícola na Bahia nesse período — a colônia Sinimbu, (nacional) —, e na verdade foram criadas mais três (a colônia Nacional do Rio de Contas, a Nacional Agrícola e a Salto do Rio Pardo), esse número se eleva para, pelo menos, 108 colônias, se não tiver havido também outras omissões.

Essa proliferação de colônias agrícolas, é bom lembrar, parece ter acontecido em resposta à proibição do tráfico de escravos. Como já dito anteriormente, observa-se uma relação direta entre restrição ao tráfico de escravos e criação de colônias agrícolas, relação essa gerada a partir da crença de que com a não reposição contínua do trabalhador escravo houvesse um colapso na agricultura brasileira.

Segundo Conrad², as queixas relativas à falta de mão-de-obra sempre foram constantes durante todo o período em que predominou o regime escravista no Brasil. E essas queixas podem ser explicadas, segundo Novais³, pela própria dinâmica do escravismo brasileiro, que exigia uma constante reposição de mão-de-obra. Porém, só a partir de 1850, o problema da crise de mão-de-obra ganhou maiores proporções, principalmente a nível das preocupações dos dirigentes do País.

Embora não seja considerado, no discurso oficial dos presidentes da Província, como sendo o único motivo gerador da falta de braços, pois são feitas também referências à epidemia de *colera morbus* que, em 1855, matou grande número de escravos, e à evasão de escravos para o Sul do Império, a abolição do tráfico no entanto era considerada como a principal causa da falta de braços para a lavoura ⁴.

Cansação de Sinimbu, Presidente da Província da Bahia em 1857, chamou atenção para o fato de que a diminuição e o não aumento de braços estariam criando um processo de transferência de escravos das pequenas e médias propriedades — principais produtoras de alimentos — para as grandes propriedades da cultura de exportação. Esse fato estaria determinando não só a elevação dos preços dos gêneros alimentícios na província, como também, a longo prazo, uma verdadeira escassez de alimentos, pois considera Sinimbu que a falta de escravos ... "abateu se não matou quasi de todo a pequena cultura ..." ⁵.

Portanto, a partir de 1850, as Falas dos presidentes de Província da Bahia demonstram uma grande preocupação com a crise de mão-de-obra. São comuns nesses discursos expressões como "raridade de braços", "escassez de braços" etc ... Além disso, os presidentes da Província atribuíam a situação de crise por que estava passando a economia baiana, principalmente o açúcar, à falta de mão-de-obra, como considerou Luiz Antonio da Silva Nunes, Presidente da Província da Bahia no ano de 1876 ao afirmar que "...perdura a falta de bra

ços, uma das causas incontestáveis do estado de definhamento em que se acha a lavoura do País, e especificamente a da Bahia" ⁶.

No entanto, as constantes reclamações de falta de braços não eram apenas feitas pelos dirigentes políticos da Província. Os grandes produtores de açúcar também reclamavam por mão-de-obra. Conforme salienta Maria Antonieta de Campos Tourinho ⁷, os fazendeiros baianos, na segunda metade do século XIX, apresentam um discurso "lamentoso e pessimista" quanto ao futuro da lavoura baiana devido à falta de braços:

Diante da consumação da tão temida lei de abolição do tráfico, os produtores de açúcar, traumatizados pela dura realidade de que não haveria mais abastecimento africano de braços se sentem ameaçados pela diminuição da população escrava.⁸

Dessa forma, estando a Província da Bahia sem a sua única fonte de reposição de mão-de-obra — o tráfico de escravos, nada mais provável do que a suposição de uma imminente crise de braços. No entanto, mesmo sem a perspectiva da contínua reposição de escravos, será que já na segunda metade do século XIX não se teria formado um contingente populacional livre, que fosse capaz de ser utilizado como força de trabalho? O que realmente significou tal crise de mão-de-obra? apenas um medo do rompimento de um esquema secularmente estabelecido, ou realmente não existia na época disponibilidade de força de trabalho?

Para mensurar tal crise, faz-se necessário partirmos primeiro para o estudo da população da Província da Bahia

nesse período. Através de tal estudo, podemos inclusive obter subsídios para um melhor questionamento da problemática da mão-de-obra.

Para se estudar a população baiana no século XIX, sua composição e dinâmica, são inúmeras as dificuldades que se apresentam. Kátia Mattoso, por exemplo, salienta que "a população de Salvador no século XIX permanece ainda incôgnita", e lamenta o fato de que:

*Os estudos relativos à demografia histórica na Bahia ainda nos ensinaram sobre a dinâmica de uma população que aumenta numa cidade em decadência sendo o nosso conhecimento da relação numérica entre a população livre e a população escrava muito superficial.*⁹

Se isso acontece em relação à cidade de Salvador, para a área rural os problemas são bem maiores, em virtude da total ausência de pesquisas em demografia histórica.

Este trabalho não pretende, e nem poderia pretender, ser um trabalho conclusivo. Muito pelo contrário, tem por objetivo ser um instrumento capaz de suscitar questões e novas pesquisas que venham preencher a lacuna existente no estudo da população, e particularmente da mão-de-obra, na Bahia. A nível, então, preliminar, pode-se apenas fazer algumas considerações sobre a população baiana do século XIX.

A população trabalhadora agrícola na Bahia, no século XIX, estava dividida basicamente em dois blocos: livres e escravos. A população escrava, devido à extinção do tráfico, às alforrias, à evasão para outras províncias, principalmen

te para as regiões do café, e também por apresentar "uma taxa de mortalidade bem superior à de natalidade" ¹⁰, estava realmente em franco declínio ao iniciar a segunda metade do século XIX. A massa de trabalhadores livres, ao contrário, parecia tender a um crescimento acentuado.

O trabalho livre no setor agrícola, no Brasil escravista, no século XIX, e mesmo antes, tem sido atualmente alvo de vários estudos. Diversos autores têm encontrado subsídios que demonstram a existência, em diversas regiões do Brasil, de lavradores que não estavam diretamente engajados no sistema de produção baseado no trabalho escravo. Não se trata, também, de um fenômeno particularizado à segunda metade do século XIX. Segundo Maria Isaura de Queiroz, esses lavradores não constituíam uma "categoria social de formação recente"¹¹. Shepard Forman, estudando os camponeses brasileiros, principalmente os nordestinos, mostra que tal categoria existia desde os primórdios da colonização portuguesa, tornando-se cada vez mais numerosa no decorrer dos séculos XVIII e XIX. "Os poucos dados que dispomos [diz Forman] são, no entanto, suficientes para atestar claramente a existência de uma expressiva população camponesa livre no Brasil colonial ¹². Pesquisas realizadas no Estado de Alagoas pelo mesmo autor indicaram que "no século XIX a maioria dos moradores rurais daquela região eram camponeses livres" ¹³.

Ciro Cardoso chama atenção para o fenômeno tratado como "brecha camponesa", existente em lugares onde havia como "forma central de exploração da força de trabalho a es

crayidão negra: o Brasil, a área do Mar das Caraíbas (Antilhas, Guianas, parte da Venezuela, etc.) e o Sul dos Estados Unidos" ¹⁴. Dentre outras formas de "brecha camponesa", encontra-se a que era formada por escravos que cultivavam produtos agrícolas para subsistência no interior das fazendas, com a devida permissão dos seus senhores. Tal atividade já era mencionada desde o ano de 1700, indicando, dessa forma, que os escravos, ao se libertarem — pelo menos alguns deles —, já possuíam essa alternativa de se dedicarem ao campeonato livremente, embora sem possuírem terra.

Tais fatos vêm, inclusive, de encontro à idéia de que o trabalho livre era incompatível em uma sociedade onde predominava uma relação de produção do tipo escravista ¹⁵. É importante chamar atenção para o fato de que os trabalhadores livres não apenas se faziam presentes na área rural do Brasil escravista, mas que, a partir de certo momento, se tornaram a grande maioria da população rural.

Já em 1816/1818 Tollenare, por exemplo, em suas observações feitas na área rural de Pernambuco, dividiu a população agrícola não-escrava em três categorias: os senhores de engenho, grandes proprietários; os lavradores, espécie de rendeiros e os moradores, ou pequenos colonos ¹⁶.

Falando sobre os lavradores, diz Tollenare que eram geralmente brasileiros de origem branca, pouco mesclados de mulato, trabalhavam em terras de algum senhor de engenho o qual tinha o direito de expulsá-los sem nenhuma indenização.

Os lavradores arrendavam as terras geralmente por um ano e aplicavam o capital que dispunham em escravos e gado, pois poderiam levá-los nas suas andanças. Habitavam, em média, dois a três lavradores por engenho ¹⁷.

Os moradores eram "pequenos colonos aos quais os senhores de engenho concederam permissão de elevar uma cabana no meio do mato e de cultivar um pequeno pedaço de terra"¹⁸. Não possuíam, da mesma forma que os lavradores, contrato algum com os senhores de engenho, que podiam dispensá-los quando quisessem. Eram, em geral, "mestiços de mulatos, negros livres e índios" ¹⁹. Salienta Tollenare que esse contingente populacional podia ser considerado o verdadeiro povo brasileiro, tendo em vista o grande número de pessoas que viviam naquela condição. Segundo seus cálculos, os moradores representavam 95% da população rural não-escrava. Em um engenho visitado por Tollenare, um rico senhor de engenho tendo expulso da sua propriedade todos os lavradores e moradores, que os seus predecessores, menos abastados, haviam consentido que ali se estabelecessem, elevou o número de exilados a quase 600 indivíduos ²⁰. Roger Bastide, referindo-se à Bahia e a Pernambuco, cita que "de duzentas a trezentas pessoas agrupavam-se muitas vezes, em torno da casa do senhor de engenho" ²¹.

Por tais indicações, podemos notar que era realmente significativa a população rural não-escrava no Nordeste, e que, segundo alguns autores, era a única responsável pela produção de cereais para o consumo de toda a população.

Jacob Gorender dividiu em três categorias os indivíduos à margem da relação escravista de produção:

- . os homens livres assalariados na plantagem;
- . os homens livres agregados e
- . os pequenos cultivadores não-escravistas independentes ²².

Quanto aos primeiros, os assalariados, segundo Gorender, foram utilizados em maior escala em um primeiro momento de instalação e desenvolvimento da agricultura comercial no Brasil tendo em vista a natureza técnica do processo produtivo que requeria, em virtude da não qualificação dos escravos e dos índios, a utilização de um pequeno número de trabalhadores qualificados.

No seu desenvolvimento, o regime escravista tendeu a reduzir o mais possível o número de artífices assalariados dentro da plantagem, à medida em que os escravos foram adestrados para o exercício dos ofícios qualificados. ²³

O processo inverso ocorreu com as outras duas categorias — os agregados e os pequenos cultivadores não-escravistas independentes — que se avolumaram de maneira gradativa, chegando a representar uma população bastante significativa, em meados do século XIX.

Estudando a população de Sergipe na década de 30, século XIX, Mott surpreende-se com a pouca quantidade de escravos naquela província e, conseqüentemente, com o grande número de trabalhadores livres, fazendo a seguinte indagação:

Perguntamos: tirante os escravos empregados nos serviços domésticos, nas lavouras de subsistência e os "escravos de ganho", seriam os restantes suficientes e representariam a principal mão-de-obra para laborar os 400 e tantos engenhos existentes em Sergipe neste período? Nossa hipótese — baseada não apenas nestes números, mas também na familiaridade com as fontes manuscritas pesquisadas — é de que já nessa época, e mesmo antes, o trabalho "livre" devia representar em Sergipe uma variável muito mais significativa do que se tem pensado até então. Qual a ocupação de 82.629 homens de cor livres? Considerando que os não-brancos livres (ingênuos e libertos) representavam 51,5% do total dos habitantes de Sergipe e que, como maioria desprivilegiada, deviam encontrar o ganha-pão no trabalho agrícola, certamente em terras alheias, só nos resta concluir que, de fato, o trabalhador livre devia ser uma mão-de-obra, se não tão produtiva (?), ao menos numericamente quase duas vezes mais importante do que a representada pelos escravos.²⁴

No caso específico da Bahia, encontramos diversas referências que indicam a existência dessa população não diretamente engajada no sistema de produção escravista e, pelas descrições encontradas, assemelham-se aos "moradores", definidos por Tollenare, ou "agregados", no dizer de Gorder.

João Vieira Lins Cansanção de Sinimbu, Presidente da Província da Bahia em 1857, é quem melhor relata a situação desse contingente populacional.

Ninguém ignora, que nas fazendas de assucar ou suas proximidades existem individuos ou famílias pobres, que, não possuindo terras habitam n'ellas de graça, ou pagam uma insignificante renda, segundo a benevolencia do proprietário.²⁵

Viviam essas famílias em estado de desprezo, igno-
rância e miséria, causada principalmente pelo grande fazen-

deiro que, no processo de dilatação de suas propriedades,

...ia expelindo as famílias pobres, que não podendo sustentar a concorrência cedião espaço; muitas vezes vendendo as terras, de que por qualquer título tinham ficado de posse.²⁶

Essas famílias, nesse processo de deslocamento, passaram a ocupar dois pontos extremos: pequenos espaços de terra pouco férteis no litoral ou terras mais férteis no interior da província. Tanto no litoral como no interior, essa população não produzia a níveis que permitissem acumulação de riqueza. No primeiro caso, devido à pouca fertilidade do solo, e no segundo, por estarem situados em áreas de difícil acesso, sem comunicações e sem transportes que permitissem uma intensa comercialização dos seus produtos²⁷.

Um outro fator que agravava ainda mais a situação de penúria dessa população era a existência de constantes secas nas regiões Norte e Oeste da Província, por onde, segundo o Barão de São Lourenço "vegeta uma população numerosa sem propriedade, porque as extensas fazendas pertencem à senhorios muitos dos quais as não habitam"...²⁸. Segundo, portanto, dois testemunhos da época, os Presidentes da Província nos anos de 1857 e 1870, a grande propriedade rural era a principal responsável pela existência de uma camada da população formada por lavradores sem terras.

Segundo o "Quadro da população Livre e Escrava da Província da Bahia" feito pela Repartição da Polícia, em 1870²⁹, nota-se que a população escrava representava apenas 15,8%

da população total da Província. No censo de 1872, a população escrava representava um índice menor — 12,16% sobre a população total da Província, sendo, portanto, 87,84% da população composta por indivíduos livres.

TABELA Nº 2

**POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA NA PROVÍNCIA DA BAHIA
NO ANO DE 1872**

População livre	1.211.792	87,84
População escrava	167.824	12,16
Total	1.379.616	100

FONTE: Censo de 1872

Porém, vale chamar atenção para o fato de que, nesta estimativa geral, está incluída a população urbana, em que o peso dos escravos era menor. Mesmo assim, os dados sobre o Recôncavo (núcleo da produção açucareira) revelam também a grande supremacia da população livre sobre a população escrava: 22,8% de escravos e 77,2% de livres, segundo o "Quadro da população livre e escrava", já citado, efetuado em 1870.

Isto nos remete de volta à problemática da suposta crise de mão-de-obra. Estaria realmente a Província da Bahia com um problema de falta de pessoas que se prestassem ao trabalho agrícola na grande lavoura?

Como já foi dito, a "crise" de mão-de-obra era ge

ralmente citada como um problema que afligia diretamente a layoura do açúcar. No entanto, durante quase toda a segunda metade do século passado, a Bahia liberou anualmente quantidades significativas de escravos. De 1853 a 1861, foram despachados, pela Secretaria de Polícia, 12.370 escravos para fora da Província; de 1862 a 1870, 4.121 escravos; e de 1872 a 1875, nada menos que 5.319 escravos ³⁰. Que fatores, portanto, permitiam que os donos de engenho se desfizessem de tantos escravos? Estaria a própria situação de decadência da economia açucareira levando a esta transferência de mão-de-obra? Se assim o era, por que então a propalada "crise"?

Um outro fato que demonstra um excesso de população desocupada, é a própria criação de colônias formadas por nacionais.

Os colonos nacionais eram basicamente pessoas pobres: alguns, moradores da própria região onde se estabeleceram as colônias agrícolas, outros, flagelados de secas do Norte da Província. Através dos pedidos de atestado para engajamento nas colônias agrícolas nacionais, encontramos geralmente pessoas naturais das comarcas do Sul da Bahia e, através das falas dos Presidentes da Província, encontramos referências ao aproveitamento da população "vagante", flagelada pelas contínuas secas do Sertão baiano, para a formação de núcleos coloniais. Segundo ainda o discurso dos Presidentes da Província, essa população "vagante" era bastante numerosa e começava a preocupar os dirigentes locais que te

miam a proliferação do banditismo nessa camada de desocupados e miseráveis. Pelo que já foi apresentado neste trabalho, no tocante à existência de um contingente de população livre, chega-se à conclusão de que estava ocorrendo um processo de aumento dessa população pobre na área rural. Tal situação, inevitavelmente, estaria criando um grave problema social, como bem claro fica na fala do Presidente da Província João Vieira Lins Cansanção de Sinimbu, já citada, que se refere a essa população como vivendo em estado de aviltamento, desprezo, ignorância e miséria ³¹.

A situação desse contingente de lavradores pobres chega a tal ponto que começa a ocorrer um fluxo migratório do Centro e Norte para o Sul da Província, como foi o caso que deu origem à colônia do Rio Pardo, em 1857, e à colônia Comandatuba, por volta de 1867. Tal situação, já em 1860, é relatada ao Presidente da Província pelo Juiz da Paz de "Veruga", o Dr. Joaquim José Fonseca:

Quando em 18 de dezembro último sahi do arraial do Caximbo já se achavão mais de 40 famílias que de diferentes logares do centro, maxime do denominado "Gavião" do termo da villa de Minas do Rio de Contas, descerão tangidos pelo terrível flagelo da fome, as quaes estavam sendo socorridas pelos moradores mais abastados daquelle dito arraial ... ³²

Tais famílias, desprovidas de qualquer meio de subsistência, desejavam se fixar naquela região, e esse fato fez com que o Dr. Joaquim José Fonseca sugerisse ao Presidente da Província, a criação de um núcleo colonial:

Essa migração, movida pelo acazo, dá lugar a

*realizar-se com mais facilidade os projetos do digno antecessor de V.Exa. o Exmo. Senhor Senador Sinimbu, de assentar nas abundantes margens do Rio Pardo uma colônia agrícola, o que já por mais de uma vez fora frustrado, quiça por negligência de quem incumbia empregar esforços para semelhante fim ...*³³

No entanto, não parece que os dirigentes da Província estavam apenas interessados em resolver um problema social. O direcionamento desse contingente pobre para a Região Sul da Bahia deveria estar ligado a razões econômicas de peso. Não devemos esquecer que, a partir do final do século XIX e princípio do XX, foi exatamente nessa região que a lavoura do cacau veio substituir o açúcar nas pautas de exportação do Estado da Bahia. Em 1870, o Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins, declara que a Bahia depositava grandes esperanças nas comarcas do Sul, considerando já nesse ano como sendo essas comarcas "o celeiro da Província". Continua ainda a mesma fonte dizendo "sentir prazeres em vêr bem começado esse ensaio de colonização nacional, que deverá provocar naturalmente outros de maior importância, retirando da miséria e da vagabundagem, inumeras famílias que vegetam em certos lugares ao norte e no interior"³⁴.

E realmente, as comarcas do Sul da Bahia se apresentavam, até o final do século XIX, como uma área em potencial para a expansão agrícola, o que será visto mais detalhadamente adiante.

Estando, portanto, a Província da Bahia não apenas exportando escravos para as províncias do Sul do Império,mas

também procurando alocar como pequenos proprietários — através das colônias nacionais — o seu excedente da população rural, pode-se dizer que a "crise" que realmente existia na época era muito mais de liberação do que de falta de mão-de-obra.

Portanto, por trás do discurso da crise de mão-de-obra encontram-se várias questões. Em primeiro lugar, vale reforçar que, a partir de 1850 até o final do século XIX, a Província da Bahia se comportou como uma fonte liberadora de mão-de-obra. Não apenas a intensificação do tráfico de escravos interprovincial em direção ao Sul do Império ilustra tal afirmativa, como também o fato de que os colonos estrangeiros importados por essa Província, na sua grande maioria ou repatriaram-se aos seus países de origem ou foram transferidos para as colônias do Sul do Império. A própria criação de colônias nacionais — sempre levada a efeito para resolver um problema social de excedente populacional devido às constantes "secas" que periodicamente ocorriam na região Norte da Província — ilustram também que a crise realmente ocorrida na Província era muito mais de liberação de mão-de-obra do que de falta de braços.

No entanto, que problemas poderiam estar por trás da suposta crise de mão-de-obra?

De início, podemos considerar que a abolição do tráfico de escravos trouxe consigo um grande medo para a grande lavoura já em crise. Realmente, a possível falta de escrava

vos era vista como fatal para os donos de engenho. Em função dessa crise na grande lavoura, começou a ser incentivada, na segunda metade do século XIX, a política de imigração estrangeira. No entanto, como veremos na parte referente à colonização estrangeira, o problema dos grandes fazendeiros não chegou a ser resolvido por tal medida.

Um outro problema que parece estar implícito no discurso da crise de mão-de-obra, é o problema da desestruturação da pequena produção, gerada não apenas pela evasão de escravos das pequenas propriedades, mas também pelas secas constantes e pelas novas medidas adotadas, como o novo instrumento legal criado — a Lei de Terras de 1850, que deveria agir como elemento reorganizador do acesso à terra.

Segundo Kátia Mattoso, "Durante todo o século XIX, a situação de abastecimento da província da Bahia e, especialmente da cidade do Salvador, era irregular e deficiente"³⁵. Aliada a tal deficiência, já antiga, a pequena produção sofreu, a partir de 1850, um forte golpe. Exatamente objetivando compensar as perdas provenientes da situação de crise que se abateu sobre a pequena produção, crise essa gerada a partir das transformações ocorridas a partir de 1850, foi que se iniciou o processo de colonização nacional. Tal processo cumpriu, portanto, dois papéis: reorganização da pequena produção, ao mesmo tempo em que evitaria a evasão de mão-de-obra, fixando parte da volumosa população livre disponível em uma região propícia à expansão da fronteira agrícola.

2.2 VAZIO DEMOGRÁFICO DO SUL DA PROVÍNCIA

Durante a segunda metade do século XIX, a ocupação econômica da província da Bahia resumia-se basicamente a cana-de-açúcar, pecuária, fumo, algodão, diamante e, secundariamente, o cacau e o café ³⁶.

A cana-de-açúcar, embora disseminada por grande parte do território da Província, apresentava importância econômica apenas na Região do Recôncavo.

A pecuária processava-se no Vale do São Francisco, secundariamente na Chapada Diamantina e no Sertão baiano.

A atividade fumageira restringia-se ao Recôncavo e ao Norte da Província, especificamente nos municípios de Campo Formoso e Senhor do Bonfim.

A cultura do algodão encontrava-se, no período, disseminada por grande parte do território da Província, excetuando-se a Região Sul.

A exploração do diamante processava-se na região da Chapada Diamantina.

Além dessas culturas mais significativas e da exploração diamantífera, apresentava ainda a província da Bahia uma certa produção de cacau e café. Essas duas culturas localizavam-se basicamente no Sul da Província. O café, especificamente na Colônia Leopoldina e o cacau, principalmente

em Ilhéus, Porto Seguro e Carayelas. No entanto, essas duas atividades não chegaram a proporcionar, no período, uma ocupação efetiva dessa região³⁷.

A Região Sul da Bahia apresentava-se, durante todo o século XIX, como uma área pouco povoada e com abundância de terras, portanto, uma área em potencial para a expansão agrícola. Acreditamos que a criação de núcleos coloniais agrícolas naquela Região estava diretamente ligada a uma política governamental, no sentido de, muito mais que proporcionar a fixação de colonos como proprietários de terras, direcionar para aquela Região o excedente populacional existente na Província.

Pesquisando os registros de terras da comarca de Ilhéus, realizados entre 1857 e 1859, Angelina Garcez³⁸, faz o seguinte comentário: "A impressão que deixa o estudo desses registros é de um quadro de total liberdade para empossamento da terra e de extrema rarefação populacional"³⁹. Essa abundância de terras e rarefação populacional, no entanto, não são uma característica apenas para a década de 50 do século XIX. Tal situação continuou até o final do século XIX. Segundo Garcez,

Embora possa causar estranheza número tão reduzido de propriedades na região nessa década de 50 do século XIX, volta-se a aceitar o fato à leitura do Relatório Anual do Presidente da Província, João Rodrigues Chaves, datado de 1884, em que este afirma o interesse do Governo em "povoar o quanto antes as terras do Sul, ou arrendando-as em grandes massas a Companhias que possam cultivá-las ou retalhando-as em lotes que serão vendidos a crédito por 3 a 5 anos ou a dinheiro".⁴⁰

Demonstra-se assim que aquela rarefação populacional e o desinteresse pela posse das terras que pareciam estranhos na década de 50 do século passado, são reafirmados quase no final do século — as terras da região permaneciam desocupadas e inaproveitadas e o interesse por elas era praticamente nenhum. Nem companhias nem particulares se habilitavam a comprar terras em áreas tão persistentemente marginalizadas da vida econômica da Província.

A população das comarcas do Sul da Bahia, além de ser reduzida, apresentava em 1872 um índice bastante baixo de mão-de-obra escrava, o que vem a confirmar a hipótese de que, nessa região, era propício o acesso à terra, nas suas diversas formas.

TABELA Nº 3

POPULAÇÃO DE ALGUNS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CACAU BAHIA — 1872

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO LIVRE	POPULAÇÃO ESCRAVA	TOTAL
Alcobaça	2.916	543	3.459
Barcelos	1.556	460	2.016
Barra do Rio de Contas	3.102	510	3.612
Belmonte	3.861	462	4.323
Camamu	8.065	964	9.029
Canavieiras	2.933	189	3.122
Caravelas	3.826	205	4.031
Ilhéus	4.631	1.051	5.682
Maraú	2.399	362	2.761
Porto Seguro	3.044	124	3.168
Prado	2.008	218	2.226
Valença	14.625	1.521	16.146
TOTAL	52.966	6.609	59.575

FONTE: SEPLANTEC — *A inserção da Bahia na Evolução Nacional* — 1ª. etapa — 1850/1889 — Atividades Produtivas, v.2. p.175.

Pelos dados da tabela anterior podemos notar a pouca presença de escravos na região Sul da Bahia (apenas 11,1% em relação à população total), o que vem demonstrar a pouca utilização econômica das terras dessa região.

Aliado a essa situação de rarefação populacional e conseqüente abundância de terras nas comarcas do Sul da Bahia, começa a ganhar expressão, a partir de 1840, a lavoura do cacau. Segundo Garcez,

A lavoura do cacau ganha continuidade e maior expressão com a instalação de um núcleo de colonos alemães que, a partir do ano de 1822, ocupam um local à margem do Rio Cachoeira, e se dedicam ao cultivo mais intensivo. São do ano de 1834 em diante que o cacau passou a comparecer regularmente entre os produtos de exportação, ainda em pequena quantidade, começando com uma remessa de 447 sacas de 60 quilos, correspondendo a aproximadamente 29 toneladas.⁴¹

A partir daí, a exportação do cacau começou a apresentar uma contínua progressão que, segundo ainda Garcez, utilizando dados fornecidos por Gregório Bonder, foi a seguinte entre os anos de 1840 a 1890:

1840	-	6.877	arrobas	-	103 toneladas
1845	-	12.048	arrobas	-	193 toneladas
1850	-	20.261	arrobas	-	304 toneladas
1855	-	27.379	arrobas	-	411 toneladas
1860	-	38.629	arrobas	-	579 toneladas
1865	-	54.133	arrobas	-	812 toneladas
1870	-	81.046	arrobas	-	1.216 toneladas
1875	-	62.109	arrobas	-	932 toneladas
1880	-	111.244	arrobas	-	1.669 toneladas
1885	-	-	-	-	-
1890	-	233.505	arrobas	-	3.502 toneladas

Portanto, o fato de se ter criado colônias agrícolas na Região Sul da Bahia, justamente em um período em que a lavoura do cacau começava a despontar como uma alternativa de lavoura para exportação e considerando que essa região até o final do século XIX era uma área a ser povoada, leva a crer que tal iniciativa estava vinculada ao direcionamento de um contingente populacional que fosse capaz, ou de ser utilizado como força de trabalho ou de preparar os terrenos e iniciar as pequenas plantações para proporcionar, mais futuramente, um processo de concentração dessas pequenas propriedades. Isto realmente ocorreu a partir da última década do século XIX e princípio do XX, abrindo-se uma frente de expansão para a lavoura do cacau.

Conforme os dados sobre exportação do cacau anteriormente apresentados, nota-se, a partir de 1865, um crescimento mais expressivo dessa exportação. Segundo Garcez, tal crescimento ocorreu devido à introdução de novas variedades de cacau (o cacau Pará e o Maranhão), dotados de maior rusticidade e sendo menos exigentes quanto a solos e humidade⁴². Deve-se salientar, no entanto, que tal fato pode estar diretamente ligado à criação das quatro colônias agrícolas nacionais, estabelecidas em 1857 na região Sul da Bahia. São a colônia Sinimbu possuía, em 1861, 18.287 pés de cacau plantados pelos colonos ali estabelecidos, segundo o relatório do Diretor da colônia ao Presidente da Província, datado de 10 de agosto de 1861 ⁴³.

Um outro fato vem reforçar essa hipótese de deslocamento de mão-de-obra para o Sul da Bahia e abertura de frente de expansão. É que, mesmo tendo sido esse direcionamento populacional de forma a assegurar a posse da terra, através de um regime de colonização que previa a aquisição do lote pelo colono, isso realmente não ocorreu pois, mesmo para as colônias que alcançaram um certo grau de desenvolvimento — como a Cachoeira e a Comandatuba, o descaso provincial, como fica bastante evidente nas descrições da vida dessas e outras colônias baianas, levou a que esses núcleos desaparecessem de maneira brusca. Fica, portanto, na região, essa população de ex-colonos sem terras, disponíveis como força de trabalho e que já tinham iniciado pequenas culturas.

O certo é que o cacau, após 1900, passou a ser o principal produto de exportação do Estado da Bahia, tendo ocorrido uma verdadeira transferência, a nível de importância econômica, do Recôncavo para a Região Sul cacaeira. A partir de 1900,

mais de 20% das arrecadações do Estado resultavam da taxaço sobre o produto, sem falar no fato de que a sua exploraço responsabilizou-se pelo crescimento médio anual da ordem de 6,98% da população na zona produtora de Ilhéus e Itabuna, entre 1892 e 1920, passando de 7.629 para 105.892 habitantes.⁴⁴

NOTAS AO CAPÍTULO 2

- 1 Cf. MELLO, Orlando. *Causas que entorpecem o desenvolvimen-
to da lavoura nacional e meios de combatel-as.* Salvador,
Impresna Popular, 1898, p.17-22. Tese apresentada à Escola
Agrícola da Bahia para obtenção do grau de Engenheiro Agrô-
nono.
- 2 Cf. CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil —
1850-1899.* 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, ,
1978.
- 3 Cf. NOVAIS, F. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema co-
lonial — séculos XVI-XVIII.* 4.ed. São Paulo, Brasiliense,
1978. (Cadernos CEBRAP,17).
- 4 Cf. FALAS dos Presidentes da Província nos anos de 1857,1861,
1870, 1876 e 1822, entre outros.
- 5 SINIMBU, João V.L.Cansanção de. Fala recitada na abertura
da Assemblêa Legislativa da Bahia pelo Presidente da Provín-
cia ... no dia 1º de setembro de 1857, Salvador, p.97.
- 6 NENES, Luiz Antonio da Silva. Relatório com que o Excelen-
tíssimo Senhor Presidente ... abriu a Assemblêa Legislati-
va Provincial da Bahia no dia 1º de maio de 1876, Salvador,
p.105.
- 7 Cf. TOURINHO, Maria A. C. Dissertação sobre o Imperial Insti-
tuto Bahiano de Agricultura e a Escola Agrícola de São Ben-
to das Lages. (Em elaboração; a ser apresentada ao Mestrado
em Ciências Sociais da UFBA., 1982).
- 8 Ibidem.
- 9 MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Testamentos de escravos li-
bertos na Bahia no século XIX; uma fonte para o estudo de
mentalidades.* Salvador, UFBA./Centro de Estudos Baianos,1979.
p.9.
- 10 Cf. FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil.* 12.ed. São
Paulo, Nacional, 1974. p.119.

- 11 QUEIROZ, Ma. Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1976. p.33
- 12 FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Trad. Ma. Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p.54-5.
- 13 Ibidem, p.55.
- 14 CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979. p.135.
- 15 A esse respeito, ver o trabalho de EISENBERG, P. *O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 3, Santos, set. 1976. O autor mostra que, embora existissem certas incompatibilidades entre o trabalho livre e o escravo, esses dois tipos de trabalho coexistem no Brasil escravista.
- 16 Cf. TOLLENARE, L.F. *Notas dominicais*. Salvador, Livr. Progresso, 1956. p.85.
- 17 Ibidem, p.93-4.
- 18 Ibidem, p.95.
- 19 Ibidem, loc. cit.
- 20 Ibidem., p.94.
- 21 BASTIDE, R. *Brasil, terra de contrastes*. 8.ed. Rio de Janeiro, Difel, 1976. p.54.
- 22 Cf. GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 2.ed. São Paulo, Ática, 1978. p.287-97.
- 23 Ibidem, p.289.
- 24 MOTT, L.R.B. *Pardos e pretos em Sergipe, 1774-1851*. Separata da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, (18):11.
- 25 SINIMBU, J.V.L. Cansanção de. Fala recitada na abertura da Assembléa Legislativa pelo Presidente da Província ... no 1º de setembro de 1857. Salvador, p.88.

- 26 Ibidem, p.94.
- 27 Ibidem, p.94-5.
- 28 MARTINS, F.G. (Barão de São Lourenço). Relatório apresentado à Assemblêa Legislativa da Bahia pelo excelentíssimo ..., Presidente da Província, em 6 de março de 1870. p.54.
- 29 Cf. Quadro da População Livre e Escrava da Província da Bahia, feito em 1870 pela Repartição de Polícia da Bahia. In: MATTOSO, K.M.Q. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no séc. XIX*. São Paulo, HUCITEC, 1978. p.124-5.
- 30 Cf. NUNES, Luiz Antonio da Silva. Relatório com que o excelentíssimo Senhor Presidente ... abriu a Assemblêa Legislativa Provincial da Bahia no dia 19 de maio de 1876. Salvador, p.105-7.
- 31 Cf. SINIMBU, J.V.L. Cansanção de. Fala recitada na abertura da Assemblêa Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província ... no dia 19 de setembro de 1857. Salvador, p.94.
- 32 FONSECA, Joaquim José. Ofício do Juiz de Paz de Verruga... ao Presidente da Província, datado de fevereiro de 1860. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4607.
- 33 Ibidem, loc. cit.
- 34 Relatório de 1870, cf. Nota 28, p.35.
- 35 MATTOSO, op. cit., p.253.
- 36 Cf. BAHIA. SEPLANTEC. CPE. *A inserção da Bahia na evolução nacional; 1a. etapa — 1850-1889; atividades produtivas*. Salvador, 1978.
- 37 Ibidem.
- 38 GARCEZ, A. N.R. *Mecanismos de formação da propriedade caueira no eixo Itabuna/Ilhéus — 1890-1930; um estudo de História Agrária*. Salvador, UFBA./F.F.C.H., 1977. Dissertação de Mestrado.
- 39 Ibidem, p.46.
- 40 Ibidem, loc. cit.

41 Ibidem, p.50.

42 Ibidem, loc. cit.

43 Cf. BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4607.

44 BAHIA. SEPLANTEC: CPE. *A inserção da Bahia na evolução nacional; 2a. etapa — 1890-1930*. no prelo.

3 POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO NA BAHIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Não aconteceu na Bahia, à semelhança de São Paulo por exemplo, um conflito de interesses no que diz respeito à colonização.

Na região do café, como já referido anteriormente, o interesse dos fazendeiros contrapunha-se aos interesses do governo central. Os terratenentes paulistas empenharam-se em promover a imigração estrangeira para efetiva utilização como força de trabalho — como o caso da Firma Vergueiro e Cia., dirigida pelo Senador Vergueiro — em contrapartida à política imperial de povoamento.

Na Bahia, no entanto, não encontramos elementos que demonstrassem, por parte da elite agrária local, posturas diferentes da orientação oficial frente ao problema da colonização. Embora os produtores de açúcar reclamassem constantemente a falta de braços para o trabalho agrícola, tais protestos não foram capazes de proporcionar uma orientação da política colonizadora no sentido de incentivar a imigração assalariada, como no caso de São Paulo.

Embora tenha sido justificada como sendo uma política capaz de solucionar o problema da falta de braços para o trabalho agrícola, a orientação básica da colonização na Bahia se deu no sentido de povoar a Região Sul da Bahia,

através do regime de pequena propriedade. Dessa forma, a política de colonização baiana, nesse período, seguiu as mesmas características gerais de povoamento da colonização oficial do início do século XIX.

Foram incentivadas, na Bahia, na segunda metade do século XIX, duas formas de colonização: a colonização nacional e a colonização estrangeira. Esses dois tipos de colonização, embora tivessem características próprias, principalmente quanto aos mecanismos de estabelecimento, foram bastante semelhantes quanto à forma de funcionamento e ao papel que desempenharam.

No caso específico da colonização estrangeira, uma experiência de "parceria" enriqueceu o quadro da colonização na Bahia na segunda metade do século XIX. Tal experiência, no entanto, não chega a ser representativa de uma orientação da política de colonização nesse sentido. Os grandes produtores baianos, embora dispusessem de incentivos para o engajamento de colonos nas suas fazendas, limitaram sua participação no processo de colonização como meros incentivadores da política de colonização para povoamento do Sul da Província, na maioria dos casos, atuando como empresários da importação e estabelecimento de colonos em núcleos de fronteiras, em vez de os utilizarem como mão-de-obra nas suas propriedades.

A participação dos representantes da grande lavoura, quanto à determinação dos rumos da política de colonização baiana, pode ser considerada como praticamente nula,

podendo-se dizer que tal política ficou apenas às reдеas da orientação oficial.

O impulso tomado pela política de colonização na segunda metade do século XIX foi influenciado diretamente pelos seguintes fatos: a abolição do tráfico de escravos e a promulgação da **Lei de Terras**, ambos ocorridos no ano de 1850. A partir de então, a expectativa da iminente extinção do regime de trabalho escravo começava a se apresentar de forma concreta. Pelo menos, dessa data em diante, não haveria mais reposição de mão-de-obra escrava, e isso era um grave — embora já esperado e temido — problema para os fazendeiros brasileiros.

Por outro lado, o próprio texto da Lei de Terras de 1850 incentivava a criação de núcleos coloniais agrícolas, e a imigração estrangeira.

As medidas de gradual abolição do tráfico de escravos, como já visto, sempre motivaram o incremento da política de colonização na primeira metade do século XIX. Os tratados assinados com a Inglaterra a partir de 1810, nos quais se restringia a importação de escravos, motivaram a criação dos primeiros núcleos coloniais naquela mesma década. Após 1850, do mesmo modo, quando se extinguiu o tráfico de escravos, maior incremento foi dado à importação de trabalhadores livres.

O regime de colonização coexistiu durante setenta anos com o regime de trabalho escravo. Mesmo assim, al

guns autores consideram que a presença do trabalho livre era incompatível em uma sociedade escravista¹¹. Outros autores, atribuem à escravidão o pouco incremento da emigração estrangeira para o Brasil no século XIX. Fernando Carneiro, por exemplo, chegou à conclusão de que a existência da escravidão no Brasil foi um dos fatores que frearam tal processo migratório². De fato, são comuns as opiniões de representantes de governos estrangeiros sobre a cautela de dirigir seus compatriotas para um país onde poderiam ser tratados como escravos³.

A partir do momento em que se inicia a crise do regime escravista no Brasil, as perspectivas para a emigração estrangeira tornaram-se mais concretas. Só dessa maneira, pode-se compreender porque o poder político de uma sociedade escravista e latifundiária propunha uma política tão de encontro às suas antigas estruturas. O certo é que, desde o início do século XIX, o regime escravista já estava se transformando em um entrave para a formação e desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil. Portanto, o pretendido através da colonização não era a simples substituição do escravo pelo colono; segundo Fernando Henrique Cardoso, pretendia-se mais do que isso: desejava-se "inaugurar um novo padrão de produção, com novas formas de propriedade e novos tipos de relação de produção"⁴.

Obviamente, uma maior racionalidade na produção e relações de trabalho mais dinâmicas melhor favoreceriam ao pleno desenvolvimento do capitalismo até então freado pe

la estrutura arcaica do escravismo,

Isso se torna mais claro ao analisarmos as justificativas para a colonização, após 1850. Geralmente, no discurso oficial dos presidentes da província da Bahia, o que se encontra mais comumente é a idéia de que a colonização viesse a favorecer uma simples substituição do escravo pelo colono ⁵. Porém, com menos freqüência, encontram-se discursos onde se expressa nitidamente a preocupação de uma mudança mais profunda nas relações de trabalho e na dinâmica econômica da sociedade, como é o caso da fala recitada pelo Presidente da Província Antônio da Costa Pinto, da qual destacamos o seguinte trecho:

*Insistindo ainda na idéia da colonização europeia, lembra-vos-ei que, ainda quando o colono importado a custa dos coffres publicos deixa de applicar-se ao fim para que fôra destinado, nada perde o Estado com isso, ao contrario ganha muito, visto como o dinheiro que despender o poder público para introduzir no paiz um homem livre, paga-o elle no fim de certo numero de annos, mediante o imposto a que está sujeito como agente consumidor, e, pois, somadas as diversas quantias que paga esse individuo do imposto dos generos que consume, claramente vê-se que, no final de algum tempo, vem elle a remir o capital que despender o Estado para introduzi-lo aqui, lucrando por um homem livre, filho de uma civilização que, de dia em dia, se recomenda ao mundo pelos progressos que fez, e as conquistas que alcança.*⁶

Desse modo, fica bastante claro que a expectativa com a introdução de colonos residia no fato de que viessem eles ou não a se dedicar ao trabalho agrícola, eram, antes de mais nada, um trabalhador livre: um consumidor em po

tencial, um agente, portanto, dinâmico, necessário para o desenvolvimento de uma sociedade nos moldes capitalistas.

A partir do momento da abolição do tráfico de escravos, as críticas ao regime escravista tornaram-se cada vez mais incisivas. O vislumbre de maiores possibilidades de lucro através da exploração do trabalho livre, e a certeza de que o regime escravista estava condenado a desaparecer não deixavam outra saída.

As críticas ao regime escravista tornaram-se tão agudas que alguns autores atribuem o incremento da colonização e a introdução de colonos europeus como uma opção através da qual se tentou justificar, e de certo modo acelerar, a destruição do trabalho servil⁷.

José de Souza Martins chama atenção para o fato de que o colapso do regime de trabalho escravo gerou uma igual crise da grande propriedade, pois o cativo e o latifúndio, intimamente vinculados, sustentavam solidamente o "modo de ser da sociedade brasileira de então"⁸. Por causa disso, passou o governo a abrir uma brecha nas antigas estruturas de propriedade, através de medidas oficiais de colonização o que, segundo o autor citado, garantia um vínculo de dominação com os futuros pequenos proprietários de terra. Conclui José de Souza Martins:

De fato, a imigração e a colonização incidiram diretamente no âmago da estrutura da sociedade brasileira, ferindo as suas relações de propriedade e as suas relações de dominação. O processo tinha um forte caráter poli

tico e de classes. A ampliação do espaço geográfico e social ocupado pelo pobre não nas cia das lutas e reivindicações do pobre, mes mo porque o imigrante era fundamentalmente res trangeiro, vinha de outras sociedades, suas reivindicações e pressões não afetavam a nos sa. Por isso mesmo, é que o estabelecimento das correntes migratórias para o Brasil dos fins do século XIX e das primeiras décadas do sé culo XX, ainda que expressando a abertura de uma fenda na estrutura das relações sociais, se fez pelo patrocínio e gerência dos próprios fazendeiros. O espaço novo para o pobre nas cia do interesse velho do rico, era aberto pe la própria classe dominante, intencionalmente. Para essa o referencial da ação era a preser vação da então chamada grande lavoura e a preservação dos mecanismos então vigentes, de reprodução ampliada do capital. O capital di tava as regras, nem mais nem menos.⁹

Pelo visto, fica desmascarado o caráter "progres sista" que, às vezes, transparece nas atitudes oficiais de incentivar a pequena propriedade quando se estuda a coloni zação do século XIX. Da mesma forma, quando se considera, mesmo nos dias atuais, a colonização como uma política de intervenção agrícola das mais próximas da reforma agrária, não se pode esquecer que a política de colonização, sempre vem acompanhada de uma relação de poder sobre os colonos, por parte das elites dominantes, relação essa que também ocorre sistematicamente com todas as políticas governamen tais ditas de proteção aos "pequenos".

Textualmente, um dos objetivos citados na Lei de 18 de setembro de 1850, era o incentivo à colonização e à importação de trabalhadores livres:

O Governo fica autorizado a mandar vir annual mente à custa do Thesouro, certo número de

colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em Estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem..."¹⁰

Estabelece, ainda, a mesma lei que o produto da venda de terras públicas seria exclusivamente aplicado à medição das terras devolutas e à importação de colonos livres ¹¹. Além disso, autoriza o governo a estabelecer a Repartição Geral das Terras Públicas, "encarregada de dirigir a medição, divisão e descrição das terras devolutas, e sua conservação, de fiscalizar a venda e distribuição dellas, e de promover a colonização nacional e estrangeira"¹².

A partir de então, a colonização e a imigração contavam com um apoio financeiro de peso por parte do governo, representado pelo resultado da venda das terras devolutas, além de ser estabelecida a Repartição Geral das Terras Públicas para promovê-las.

No que tange às medidas relativas à posse da terra, no entanto, essa mesma lei agia de forma contrária aos interesses de promover a política de colonização. Ficam proibidas, a partir da Lei de 1850, as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra¹³.

*Os que se apossarem de terras devolutas ou alheias, e nellas derribarem matos, ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e demais soffrerão a pena de dous a seis mezes de prisão e multa de cem mil réis, além da satisfação do danno causado.*¹⁴

Dessa maneira, parece que a Lei de Terras estava

muito mais orientada no sentido de impedir o acesso à terra, provocando dessa forma uma liberação de mão-de-obra na área rural, do que fixar colonos agricultores, principalmente se levarmos em conta que essa mesma Lei "elevava o preço da terra e dificultava a sua aquisição (o art.14 determinava que os lotes deveriam ser vendidos em hasta pública com o pagamento à vista, fixando preços mínimos que eram considerados superiores aos vigentes no país..."¹⁵

Fernando Carneiro assim interpretou a Lei de Terras:

*A Lei de Terras, que virá depois, em 1850, obedecia à influência dos fazendeiros e proibía a cessão de terras por outro título que não fosse o de compra. Isso para dificultar a posse da terra por aquela gente que chegava da Europa com tal sonho. A legislação deveria ser de molde a permitir a lavoura latifundiária monopolizar todos os braços disponíveis."*¹⁶

A Lei de Terras, no entanto, previa o reconhecimento do direito de posse, para aqueles que, a partir da sua promulgação, fizessem o registro das terras apossadas no prazo de seis anos. No entanto, segundo o Governador da Bahia em 1894, "Essa lei não foi devidamente vulgarizada, de sorte que só foram legitimadas terras em favor de poucos, e destes quasi todos têm ampliado o seu terreno a outros lugares devolutos não incluídos na legitimação..."¹⁷ Se esse processo realmente ocorreu, e o mais provável é que tenha ocorrido, essa legislação não apenas dificultou o acesso à terra, mas foi a responsável pelo processo de desapropriação de muitos trabalhadores agrícolas independentes.

Desta maneira, a Lei de Terras de 1850, embora contendo dispositivos explícitos de incentivo à colonização, apresentava medidas restritivas ao acesso à terra que definim uma política impeditiva de um amplo processo de colonização por pequenos produtores ou imigrantes de poucos recursos. Favorecia, assim, um tipo de colonização controlada pelo Estado ou com respaldo financeiro externo significativo dos próprios imigrantes ou de companhias ou bancos estrangeiros. Isto impediu, para todo o período, o estabelecimento de uma política de colonização maciça, capaz de absorver grandes excedentes de população nacional ou estrangeira.

Ao se iniciar, portanto, a década de 50 do século XIX, o problema da colonização ganhou um impulso muito grande, e pelo menos a nível do discurso oficial, essa política precisava ser incrementada. Na Bahia, nessa mesma década, foram criadas várias colônias agrícolas nacionais e proporcionado o estabelecimento de colonos estrangeiros, os quais foram trazidos pelos fazendeiros Thomas Geremoabo e Hygino Pires Gomes. O primeiro, utilizando-os no regime de parceria, o segundo tentando estabelecê-los como pequenos proprietários. Nessa mesma década de 50, foi criada na Bahia a Associação Bahiana de Colonização.

É curioso notar que mesmo tendo sido justificada a colonização na Bahia como uma política capaz de resolver o problema da mão-de-obra, as medidas práticas adotadas iam frontalmente de encontro a tais princípios, pois como vereu

mos em outra parte deste trabalho, tanto os colonos estrangeiros importados como os nacionais foram estabelecidos em áreas distantes da região onde se localizava a suposta crise de braços (com exceção dos colonos trazidos por Geremoabó).

Não aconteceu, na Bahia, a situação que caracterizou a colonização na região do café, de confronto de interesses entre a política imperial de povoamento e o interesse dos fazendeiros por mão-de-obra. Na Bahia, tudo indica que a orientação oficial foi determinante nos rumos da política de colonização levada a efeito na segunda metade do século XIX, assemelhando-se portanto, à política colonial do início do século XIX com características de povoamento de áreas virgens.

Vista sempre como uma iniciativa importante, tanto por parte do governo como dos grandes proprietários rurais, não encontramos nenhuma opinião desfavorável quanto à política de colonização na Bahia. Ao contrário, depositavam-se imensas esperanças em tal experiência, principalmente nos colonos europeus.

As falas dos presidentes da Província são ricas em trechos elogiosos à colonização e à importação de colonos estrangeiros:

Essa matéria é d'aquellas que exige constantes cuidados, porque sem colonisação o nosso paiz não tardará a retrogradar na marcha da civilização em que tem dado tão agigantados passos.¹⁸

Sinimbu, principal incentivador da colonização na Bahia, assim se refere à importação de colonos estrangeiros:

*A introdução de colonos europeos no paiz é útil, porque além de ser o meio de argumentar fóra das regras ordinárias, a população, é também a importação da industria viva, se assim posso me expressar.*¹⁹

Quase vinte anos depois das declarações acima citadas, a colonização continuava a ser vista como uma solução para o progresso do país:

*Paiz novo, abundante de recursos, com uma população não homogenea, disseminada em vasto território, precisa o Brasil de colonizar-se para por em contingencia nas lutas das civilizações as immensas riquezas que em seu seio encerra.*²⁰

Em 1884, diz o Presidente da Província da Bahia, que o futuro do Brasil dependia,

*... principalmente de um bom systema de Colonização que possa atrair, com vantagens seguras, estrangeiros, não somente simples proletários e viciosos, que em grande escala affluirão ao Sul do Imperio, mas laboriosos e praticos na industria agricola, que venhão povoar as nossas terras desaproveitadas, empregando n'isto seus capitaes...*²¹

Para alcançar tais objetivos, a província empenhou-se em montar um esquema de propaganda para atrair imigrantes, não apenas na Europa como também nos Estados Unidos da América do Norte. Na documentação pesquisada, encontramos algumas notícias de sugestões para o estabelecimento de escritórios na Europa e Estados Unidos, com o objetivo de atrair imigrantes. Não encontramos, no entanto, referências quanto ao funcionamento desses escritórios. Contudo, alguns norte-americanos

foram incentivados a emigrar para a Bahia, na década de ses
enta, por terem tomado conhecimento de um folheto de pro
paganda elaborado pelo Governo da Província, no qual se fa
lava das vantagens que eram oferecidas aos estrangeiros que
nela se estabelecessem²².

Até mesmo os grandes fazendeiros baianos mantiver
am-se a favor da colonização e da importação de estrangeir
os, muito embora essa postura dos fazendeiros possa ser
bastante questionada pois, como transparece na documentação
pesquisada, embora com um discurso a favor da colonização,
o que se pode notar é que os latifundiários baianos sempre
se resguardaram muito no que diz respeito à importação de
colonos estrangeiros. Quando muito, a participação mais efet
iva dessa categoria no processo de colonização se deu co
mo empresários da colonização, com interesse apenas lucra
tivo no tráfico de colonos estrangeiros, como veremos pos
teriormente.

Durante as décadas de 50,60 e 70 do século XIX,
foram efetivados dois tipos de colonização na Bahia: nacio
nal e estrangeira. O maior peso e incentivos foram sempre
orientados para a criação de colônias estrangeiras, a tal
ponto que à primeira vista, se poderia caracterizar a polí
tica de colonização baiana desse período, como sendo uma
política voltada exclusivamente para a colonização com es
trangeiros.

No entanto, verifica-se que a colonização com na

cionais chegou a ser muito mais significativa nesse período, não apenas em número de colônias estabelecidas, como também a nível de desenvolvimento das colônias. A política de colonização nacional, apesar disso, pode ser considerada como uma política circunstancial, visto que quase sempre as colônias criadas exerciam um papel de resolver um problema social, de direcionar para regiões mais afastadas os flagelados das secas. Por outro lado, a colonização nacional só era pensada quando se constatava algum insucesso com colonos europeus ou por ser menos dispendiosa do que a colonização estrangeira.

Portanto, podemos distinguir dois aspectos da política de colonização no período em estudo: uma política sistemática (a colonização estrangeira) e uma política circunstancial (a colonização nacional). A primeira muito mais discutida, planejada e regulamentada, no entanto menos significativa do que a segunda, para a qual poucos eram os recursos e incentivos.

NOTAS AO CAPÍTULO 3

- 1 A esse respeito, ver o trabalho de EISENBERG, P. *O homem esquecido: o trabalhador livre nacional do século XIX*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 3. Santos, set./76. mimeog.
- 2 Cf. CARNEIRO, J.F. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, 1950. p.14 (Pu blicação avulsa, 2).
- 3 Na literatura pesquisada, encontra-se referência a esse ti po de problema como em VIOTTI DA COSTA, E. *Da senzala à co lônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967. v.3.t.2. e AMADO, J. *Conflito social no Brasil — a Revolta dos "Mu lker"*. São Paulo, Símbolo, 1978. Além disso, na documenta ção pesquisada, encontram-se referências a essas restrições.
- 4 CARDOSO, F.H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridio nal; o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p.194.
- 5 Referindo-se à colonização, diz o Presidente da Província da Bahia, João Maurício Wanderley, na sua fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia em 1854:

"Cumpre que procuremos jornaleiros, que substituão na gran de cultura os braços escravos. à proporção que forem fal tando..."

O Presidente da Província, João Antonio de Araújo Freitas, em fala recitada na Assembléia Legislativa da Bahia em 1872, louva a colonização como forma de introduzir trabalhadores livres

" ... que venham substituir pouco a pouco os escravos à me dida que vão faltando."
- 6 PINTO, Antonio da Costa. Fala recitada na abertura da As sembléia Legislativa da Bahia, pelo Presidente da Província ... no dia 19 de março de 1861. Salvador, p.33.4.
- 7 Mott, por exemplo, chega a tal conclusão estudando os dis

- 8 cursos da elite agrária sergipana. Cf. MOTT, L.R.B. *O imperial Instituto Sergipano de Agricultura e a ideologia do progresso*. Comunicação apresentada no SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO NORDESTE, 5, realizado na Universidade Federal de Sergipe, agosto de 1973. mimeog.
- 9 MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: SANTOS, J.V.T. *Colonos do vinho*; estudo sobre a subordinação do trabalho ao capital. São Paulo. p.9.
- 10 Ibidem, p.11.
- 11 BAHIA. PROVÍNCIA. Leis e decretos. *Lei nº 601, de 1850, art. 189*.
- 12 Ibidem, art. 199.
- 13 Ibidem, art. 219.
- 14 Ibidem, art. 19.
- 15 Ibidem, art. 29.
- 16 GRAZIANO DA SILVA, J.F. coord., *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1978. p.29. O autor se baseia em descrição de GUIMARÃES, A.P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, s.d.
- 17 CARNEIRO, J.F. , op. cit., p.12.
- 18 LIMA, Joaquim Manuel Rodrigues. Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa pelo Governador do Estado da Bahia ... em 7 de abril de 1894. Salvador, p.28.
- 19 WANDERLEY, João Maurício. Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província ... no 19 de março de 1854.
- 20 SINIMBU, J.V.L. Cansação de. Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província ... em 19 de setembro de 1857.
- 21 MACHADO, Antonio Cândido da Cruz. Fala com que o Exmº Sr. Comendadorabriu a 1a. sessão da vigésima legislatura

da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, no dia 19 de março de 1874.

- 21 SOUZA, Pedro Luiz Pereira de. Fala com que o Exm^o Sr. Con-
selheiro ... abriu a 1a. sessão da 23a. legislatura da As
sembléia provincial da Bahia, em 9 de abril de 1884.
- 22 BOACK, Henry. Carta ao Presidente da Província, datada
de 17 de maio de 1869. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos*
e Colônias. maço 4608.

4 AS EXPERIÊNCIAS COLONIZADORAS — COLÔNIAS NACIONAIS

Na Bahia, no período em estudo, foram estabelecidas sete colônias agrícolas formadas por nacionais. Todas elas foram localizadas no Sul da Bahia, por iniciativa oficial.

No ano de 1857, durante a presidência de João Vieira Lins Cansanção de Sinimbu, foi criada a maior parte dessas colônias. Nesse ano, foram estabelecidas as colônias Sinimbu, Nacional do Rio de Contas, Salto do Rio Pardo e Nacional Agrícola. Somente dez anos depois, foi recomeçado o processo de colonização por nacionais, sendo criada, em 1867, a Colônia Comandatuba. Em 1870, foi criada a Colônia Cachoeira e, em 1877, a Jequiriçã.

Embora iniciado o processo de colonização por nacionais, na Bahia, em 1857, só em 1860 se elaborou um regulamento que determinava as formas de implantação destas colônias. Mesmo assim, tudo leva a crer que esse Regulamento não chegou a ser oficializado e aplicado, uma vez que, em correspondências posteriores a 1860, os diretores das colônias reclamavam por um regulamento.

Vale ressaltar que, nesse período, por volta das décadas de cinquenta e sessenta, não eram muitos os incentivos do Império à colonização nacional, ficando a cargo da Província o papel de a promover ou não.

Na Bahia, pela atitude inovadora de João Vieira Lins Cansanção de Sinimbu, foi incentivada a criação desses núcleos, utilizando-se como colonos o elemento nacional.

Conforme o regulamento para as colônias ¹, elaborado pela presidência da Província, tais colônias deveriam ser estabelecidas por conta do Governo Imperial, devendo existir nelas uma pequena povoação para morada dos colonos, cujas casas seriam construídas por eles próprios e custeadas pelo Governo Provincial. Portanto, os colonos não residiriam de imediato nos seus próprios lotes, sendo alocados durante o espaço de seis meses em uma pequena vila, onde seriam construídas, além das habitações provisórias, prédios destinados ao funcionamento do serviço administrativo da colônia, para morada do Diretor, para funcionamento da escola, igreja, armazém, etc. A despesa de construção desses prédios caberia também ao Governo Provincial, o qual se responsabilizaria ainda pela demarcação dos terrenos e fornecimento de transporte para aqueles que não dispusessem de recursos desde seu lugar de origem até a sede da colônia.

Ninguém seria admitido na colônia sem que fosse "morigerado e robusto para o trabalho agrícola", devendo dirigir-se ao Diretor da colônia para solicitar admissão. Cada colono seria estabelecido em um lote de cem braças quadradas caso não tivesse família, de cento e cinquenta se a família fosse superior a três pessoas e de duzentas braças quadradas se tivesse família mais numerosa. A cada colono seriam dadas as seguintes ferramentas: uma enxada, uma foice, um machado, um ferro de cova e um facão. Caso o colono tivesse filho maior de quatorze anos, este receberia também um facão.

Todos os colonos entre dezoito e quarenta anos, sol

teiros ou casados sem filhos, eram obrigados a servirem na polícia da Colônia, sendo aquartelados quando o Diretor da Colônia julgasse preciso, e recebendo trezentos e vinte réis diários quando estivesse em efetivo serviço.

Os colonos rixosos, viciosos e perigosos seriam expulsos da colônia e perderiam o direito às terras e às benfeitorias feitas nos seus lotes.

Os colonos não adquiriam direito de propriedade à terra que lhes fora doada senão depois de ter residido na colônia pelo período de três anos ou depois de ter plantado e beneficiado a terra com notável aproveitamento. Só depois de preenchidas tais condições, o Presidente da Província, a requerimento do colono, passaria carta definitiva de concessão da terra "...com essa concessão definitiva requerirá o colono direito a propriedade da terra concedido p.q. possa dispor desta livremente por venda, troca ou doação." Caso o colono se retirasse da colônia antes do prazo mínimo de três anos, as benfeitorias lhe seriam pagas, a juízo do Diretor. Para garantir o recebimento de suas benfeitorias. o colono que quisesse se retirar da colônia deveria requerer ao Diretor que atestasse os motivos do seu afastamento.

Na colônia, ainda conforme o Regulamento estabelecido, haveria os seguintes funcionários: um diretor, ao qual competia administrar, desenvolver e proteger a colônia; agir como juiz; prender, confiscar, matricular e despedir os colonos; contratar empregados para executar serviços na colônia, além de abrir estradas utilizando o trabalho dos prô

prios colonos; um escrivão, cuja incumbência seria escriurar os livros da colônia e mantê-los em boa ordem, além de ajudar o diretor no que lhe fosse solicitado; um capelão, para efetuar as obrigações religiosas e ensinar as primeiras letras aos colonos e seus filhos (seria cobrada uma multa de quarenta réis aos colonos que não mandassem seus filhos maiores de sete anos e menores de doze anos para a escola); um farmacêutico, que deveria cuidar dos doentes e ter uma "botica" na colônia. Esses funcionários seriam nomeados e remunerados por conta do Governo Provincial.

É curioso que esse Regulamento para colônia nacional, tivesse previsto o acesso à terra pelos colonos não pela compra do lote, e sim pela permanência do colono durante três anos com desempenho satisfatório no que diz respeito aos cuidados e desenvolvimento da lavoura. Curioso também é o fato de que, embora tenha sido elaborado este Regulamento pela presidência da Província, várias colônias nacionais reclamam, em datas posteriores à sua elaboração, por um regulamento que viesse a estabelecer as normas de sua organização. Inclusive a falta de um regulamento para a colônia foi muitas vezes considerada como sendo um dos motivos responsáveis pela desestruturação de tais colônias.

Um outro documento encontrado e que tem relação com o assunto em estudo foi o "Regulamento para a Emigração (Nacional)" ². Da mesma forma que para o Regulamento de Colônias, citado anteriormente, não conseguimos comprovar se este foi efetivamente cumprido, pois, tratando-se de um do

cumento manuscrito, pode não ter passado de uma proposta não oficializada.

Durante o período que precedeu uma grande seca no sertão baiano, foi criado pela presidência da Província um Regulamento para emigração das famílias afetadas pela seca. Segundo tal regulamento, seriam nomeados pelo Governo comissários gerais, que se localizariam em povoações em que o governo os considerasse necessários sendo citadas as povoações de Urubu, Barra do Rio São Francisco, Juazeiro e Geremoabo e os quais teriam a função de promover e auxiliar a emigração das pessoas dessas povoações para o litoral. A emigração se processaria da seguinte forma: seriam organizadas caravanas formadas por cem emigrantes, as quais seriam entregues a um diretor que se responsabilizaria pela direção e governo dessas caravanas "até a efectiva entrega, no litoral, aos agentes do governo." A nomeação do diretor ficaria a cargo do comissário do local onde se formasse a caravana e, no caso em que uma caravana fosse formada por pessoas enviadas de diferentes municípios, a nomeação do diretor ficaria a cargo do comissário do lugar de onde partisse a caravana. Nas cidades de Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré, Valença ou de outras quaisquer que o governo julgasse necessário, haveria agentes encarregados de receber as caravanas e dar imediato destino aos emigrados.

Nesse Regulamento não existe nenhuma referência a que tal população flagelada pela seca fosse dirigida para alguma colônia agrícola. No entanto, ficou estabelecido, a par

tir de 1860, um mecanismo capaz de aliciar e dirigir o excedente populacional do sertão baiano.

Para as colônias, criadas em 1857 por Sinimbu, encontramos poucas informações, as quais, depois de organizadas, sugerem um quadro bastante elucidativo dessa primeira experiência de colonização nacional.

. Colônia Nacional do Rio de Contas

Foi fundada em 24 de junho de 1857, "no lugar denominado Ponta do Ingahy..." pelo Presidente da Província João Vieira Lins Cansação de Sinimbu, o qual declarou ter sido esta a primeira colônia nacional criada na Bahia. Não encontramos nenhuma referência quanto à localização exata desta colônia. Nesse mesmo ano se estabeleceram 64 famílias, num total de 271 pessoas, em ranchos provisórios. Tudo indica que havia uma certa disponibilidade por parte das pessoas para se engajarem como colonos, pois o Presidente da Província diz que tinha recebido, em 1857, inúmeros pedidos de pessoas que queriam se estabelecer na colônia, mas que estava sendo parco em concessões, pelo receio de que, por rápida aglomeração, não sofressem os colonos maiores privações³.

E, realmente, parece que a disponibilidade de gente era superior à capacidade de assentamento, pois encontramos, além de alguns pedidos individuais de atestado para estabelecimento na colônia, quatro abaixo assinados, feitos por chefes de famílias que, somados às assinaturas, formam um total de 135 chefes de famílias dispostos a se engajarem co

mo colono ⁴. No entanto, essa colônia foi estabelecida com apenas 64 famílias, menos da metade, portanto, dos candidatos disponíveis para engajamento.

No ano seguinte à sua criação, em 1858, noticia-se que a colônia lutava com embaraços, considerados, porém, como próprios da instalação da colônia ⁵. Em 1859, as notícias eram de que a colônia não estava correspondendo às expectativas de sua criação e também que não estava tendo nenhum incremento⁶. Viviam, em março desse ano na colônia, 56 famí

No final de 1859, a população da colônia decresceu ainda mais, porque quinze famílias abandonaram a colônia, caindo para 201 pessoas a sua população total. As causas do abandono dos lotes por essas quinze famílias foram as seguintes:

- . por fuga — 8 famílias;
- . por morte do chefe da família — 3 famílias;
- . por rescisão do contrato — 3 famílias e
- . por moléstia — 1 família.

Pelos motivos acima citados, nota-se que a grande maioria dessas quinze famílias abandonou a colônia certamente por insatisfação de estarem ali estabelecidas, pois o abandono do lote por fuga e por rescisão de contrato (num total de 11 famílias) indica atitudes tomadas deliberadamente por essas famílias em não permanecerem em uma situação que certamente não estava lhes agradando. Ao contrário, as outras

quatro famílias que também abandonaram seus lotes o fizeram por razões mais alheias ao fato de estarem ou não bem localizadas naquela colônia.

Na Colônia Nacional do Rio de Contas, cultivava-se mandioca, milho, feijão, cacau e café, segundo o seu Diretor "... na razão direta do número de braços de cada família e da aplicação ou negligência d'ellas..."⁸. Não dispomos, no entanto, de dados referentes à produção agrícola dessa colônia, porém a sua curta duração de existência nos leva a crer que ali não tenha chegado a se desenvolver satisfatoriamente nenhuma das culturas acima mencionadas.

No princípio do ano de 1860, as notícias enviadas pelo Diretor da Colônia ao Presidente da Província tratavam geralmente sobre a decadência da Colônia:

*Os colonos nunca assignarão documento algum de engajamento, e não havendo athe hoje um regulamento para a colonia, indirectamente se vê que a autoridade do director, e sem acção, é nula pela ausencia de meios a sua disposição para coagir os colonos que abandonarão os seus lotes e aquelles que não roteião como fora o desejar...*⁹

Referindo-se aos colonos, diz o Diretor da Colônia: "dizem elles que a Administração lhes prometera por Acto solene, 1º a fazer-lhe adiantamento em 3 prestações ... 2º uma capela, 3º um capelão e 4º um mestre de primeiras letras, 5º finalmente medir e vender-lhe os lotes por prazos razoáveis, e que de todas essas promessas apenas se realizarão duas prestações". Devido ao não cumprimento dessas promessas os colonos diziam que se achavam "... desligados de

qualquer compromisso com o governo visto que não partirão, d'elles as faltas". Diz ainda o Diretor nesse mesmo documento que a dita colônia é uma questão social das mais graves do país. Concluindo, cita as medidas que considera de precisão para a estabilidade da colônia:

1º uma escriptura de engajamento para firmar a obrigação, 2º um regulamento que proscruva e defina a obrigação dos colonos, e as atribuições e deveres do director, 3º a conclusão da capela, 4º ornamento e mais preciso para celebração das missas, 5º um capelão que lecionê as primeiras letras, 6º finalmente uma ambulância.¹⁰

Ao que tudo indica, tais medidas não foram tomadas pela Província, pois, em outubro de 1860, o Superintendente da Colônia comunicou ao Presidente da Província que os Colonos estavam cada vez mais dispersos, inclusive sem se dedicarem à lavoura, pois preferiam eles ocuparem-se no corte de jacarandá, e em trabalhar como jornaleiros¹¹, o que representava uma ameaça de extermínio para a Colônia. Sugere ao Presidente da Província que a única medida possível para solucionar o problema da colônia deveria ser uma reforma radical, que compreendesse inclusive a direção da colônia, ao seu ver "...causa principal de não ter a colônia prosperado"¹².

A partir de então, a ausência de informações sobre essa colônia demonstra o seu desaparecimento.

No caso específico dessa colônia, fica bastante claro a frágil estrutura sob a qual ela foi criada, pois dois anos após o seu estabelecimento, como demonstra o seu Dire

tor, ainda não tinham sido tomadas as providências básicas, para o funcionamento de uma colônia, como a venda dos lotes e a própria existência de um regulamento.

. Colônia Sinimbu

Sobre a Colônia Sinimbu, encontramos poucas informações: apenas um relatório do Diretor da colônia, datado de 10 de agosto de 1861 e notícias na Fala do Presidente da Província do mesmo ano. Orlando Mello faz referências ao ano de criação desta colônia agrícola como sendo 1857, durante a gestão do Presidente da Província João Vieira Lins Cansanção de Sinimbu¹³. Não encontramos informações quanto à sua exata localização. Há referências no relatório do diretor da Colônia que a maioria dos colonos nela estabelecidos era natural de Maraú, cidade que fica ao Sul da Bahia, fato esse que pode ser um indicador da localização da colônia nessa Região, local onde se costumou estabelecer as colônias agrícolas.

Em 1861, segundo o relatório de João Tavares de Mello, Diretor da colônia¹⁴, lá viviam 34 famílias de colonos e dois colonos solteiros, formando um total de 159 pessoas. Desse total, 86 eram homens e 73 mulheres. Nesses números estava incluído um escravo de propriedade de um dos colonos.

Essa população da colônia, em 1861, não representava no entanto seu momento de maior concentração populacio

nal, pois encontramos no mesmo relatório do referido Diretor a informação de que 18 famílias haviam abandonado o local, o que certamente ocasionou um decréscimo significativo na população da colônia. Os motivos que levaram esses colonos a abandonarem seus lotes foram os seguintes:

- . por morte — duas famílias;
- . por rescisão de contrato — três famílias;
- . por se empregarem no corte de jacarandá — quatro famílias;
- . por causa da destruição de sua plantação pelos pés dos bois dos tiradores de jacarandá — uma família; e
- . abandono sem justificativa — 8 famílias.

Por tais informações, pode-se ver que 15 entre as 18 famílias que abandonaram seus lotes o fizeram por motivos que, do mesmo modo da colônia do Rio de Contas demonstram não estarem satisfeitos com a permanência na colônia.

Eram cultivados, na colônia, basicamente o cacau, café e mandioca, existindo em 1861 aproximadamente 18.287 pés de cacau e 1.949 pés de café plantados em seus diversos lotes, além de mandioca para o sustento dos colonos.

Ainda no mesmo relatório, comenta o Diretor da Colônia a existência de um colono possuidor de um escravo, dizendo que tal fato era proibido segundo o artigo 69 do ato de 5 de fevereiro de 1857, onde se diz que o trabalho permanente na colônia deveria ser feito por homens livres, sõ sendo admissível o braço escravo nas derrubadas de matas e outros trabalhos próprios do começo do seu estabelecimento com

a devida permissão do Governo Provincial "...que dará [a permissão] somente nesses cazos e por tempo determinado: a transgressão de tais condições importa ao colono a perda do direito a terra e às benfeitorias"¹⁵. Comenta também o Diretor que, devido aos prejuízos que estava trazendo para a colônia a atividade do corte de jacarandá, com estrago das plantações pelos bois dos cortadores e o abandono dos lotes, proibiu aos colonos de se dedicarem a tal atividade. Encerrando o relatório, o Diretor pede ao Presidente da Província que fosse escrito e enviado um Regulamento para a colônia.

Na fala do Presidente da Província, em 1861, não encontramos outras senão as mesmas informações do relatório do Diretor da Colônia, o que indica que a Fala Presidencial deve ter sido elaborada a partir do relatório citado. Diz, no entanto, o Presidente da Província, que a colônia Sinimbu "...nenhum progresso apresenta... em virtude da direcção que ha tido ..."¹⁶.

Não se dispõe de informações que permitam uma comparação entre a situação da Colônia Sinimbu no ano de 1861 e em períodos anteriores, para que se possa averiguar se houve algum momento de maior desenvolvimento ou não na colônia. Em virtude da ausência de informações pós 1861, consideramos que a Colônia Sinimbu, pelo menos como colônia organizada, deixou de existir a partir dessa data.

. Colônia do Salto do Rio Pardo

Por ato da Presidência da Província de dezembro de

1857, foram iniciados os trabalhos para a criação desta colônia, que foi estabelecida às margens do Rio Pardo, no Município de Canavieiras, ao Sul da Bahia¹⁷. O motivo de sua criação foi o fato de que, no referido ano, ocorreu um fluxo de famílias pobres "...de diversos lugares do centro, principalmente do denominado — gavião — do Termo de Minas do Rio de Contas..."¹⁸, para a região onde foi estabelecida a colônia, em busca de alimentos que lhes faltavam. Portanto, essa colônia foi criada de forma particular, diferente das outras, pois aproveitava uma população de migrantes já estabelecida ou se estabelecendo no local onde foi criada. As demais colônias estabelecidas nesse mesmo ano parece terem utilizado como colonos os habitantes da própria região onde se implantaram.

Poucas informações foram encontradas sobre essa colônia. Uma delas, na Fala do Presidente da Província, em 1859, onde ele afirma que tal colônia não estava correspondendo ao fim de sua criação e que a mesma se achava agonizante. Outra informação — Relatório do diretor da colônia, referente ao ano de 1861 — esclarece que se ali achavam estabelecidas 53 famílias, sendo 91 pais e 147 filhos, num total de 238 pessoas. Embora o Diretor não cite mais nenhum dado relativo à colônia, diz crer em tal empreendimento, o qual considera "... um meio tão fácil de suprir a falta de braços, que todos os dias faz desvanecer as felizes esperanças dos Brasileiros"¹⁹.

No ano de 1862, o mesmo Diretor, dirigindo-se ao Presidente da Província, diz que, por ordem do Governo Geral, assinou um contrato para estabelecer no Salto do Rio Pardo uma

colônia de cem famílias brasileiras. Não existe no entanto... maiores referências desse Diretor a respeito do contrato celebrado, inclusive não esclarece com quem assinou tal contrato.

A partir daí, não encontramos nenhuma referência que demonstre a continuidade desta colônia nem tampouco se o referido contrato foi ou não cumprido.

As informações que encontramos a respeito desse empreendimento permitiram apenas indicar a sua existência durante o período de 1857 a 1862, portanto cinco anos. No entanto tais informações, por serem poucas e pouco significativas, não permitem avaliar se tal colônia, durante esses cinco anos, conseguiu alcançar um certo nível de organização e de produtividade. Talvez a própria ausência de informações seja um indicador de que a Salto do Rio Pardo não tenha passado de uma mera tentativa infrutífera de criação de uma colônia nacional.

. Colônia Nacional Agrícola

Apenas do ano de 1857 foram encontradas algumas informações sobre essa colônia, dentre elas alguns pedidos de atestado de conduta moral e religiosa feitos por pessoas que queriam se engajar como colonos²⁰. Esses atestados eram solicitados ao Delegado e ao Cura da Cidade onde residia o requerente. Enquanto em alguns pedidos de atestado a solicitação fosse apenas quanto à boa conduta moral e religiosa, em outros a solicitação era feita para que o delegado e o cura atestas

sem também que o requerente tinha amor ao trabalho e aptidão para a vida agrícola. Além desses atestados, era exigido ainda para o candidato a colono, uma declaração de que ele tinha ou não família.

Não foi possível, com o material pesquisado, estabelecer-se data de fundação desta colônia nem tampouco sua exata localização; sabe-se apenas que ficava na Comarca de Camamu, Sul da Bahia.

Em janeiro de 1857, a informação encontrada diz que os colonos estavam animados com a colônia²¹. Em setembro do mesmo ano, 54 chefes de família estabelecidos na colônia se dirigiram ao Presidente da Província, solicitando um capelão e licença para cortarem madeira para as construções da Colônia²². Pelo número de chefes de família que assinaram tal documento, podemos considerar que existia uma população considerável vivendo na colônia naquele ano de 1857. Em dezembro desse mesmo ano, as notícias encontradas mostram um quadro de sanimador quanto ao futuro da colônia. O Superintendente da colônia em ofício ao Presidente da Província fez o seguinte relato:

...contou-me a poucos dias pelo crioulo Rafael de tal, morador no rio acima que os colonos já não trabalham na Colonia por andarem alugando-se para ganharem farinha para sua subsistencia e de suas famílias, dizendo-lhes alguns que tendo ido procurar farinha em casa do Major Bernardino José de Magalhães e Aragão, este lhes disse que não fazia mais supprimento enquanto o Director lhe não pagasse um conto de reis que lhe estava devendo de farinha que lhe tinha vendido para a colônia...23

Devido a esse quadro apresentado pelo superintendente

da Colônia e da ausência de informações posteriores, é certo que essa colônia deve ter se extinguido em pouco tempo.

Pelo anteriormente apresentado, pode-se notar que, para o estabelecimento dessas colônias, a Província não chegou a exercer nenhuma obra de infra-estrutura nos locais, como estrada, construção de casas provisórias, etc. Pelo menos, não encontramos nenhuma referência à realização de tais serviços, como comumente aparece para outras colônias nacionais e estrangeiras. Nem mesmo dispunham essas colônias de regulamento, como é citado pelos diretores de duas delas. Além disso, os colonos não tinham nenhum vínculo legal pois, segundo o Diretor da Colônia Nacional do Rio de Contas, os colonos, três anos após a criação da colônia, ainda não tinham assinado documento algum de engajamento. O alto índice de abandono dos lotes pelos colonos serve também como indicador de que a situação na colônia não era, de certa forma, compensadora.

A partir do mesmo ano de suas criações, essas colônias começam a desaparecer como notícia, tanto das correspondências dos seus diretores como nas Falas dos Presidentes da Província. Em 1857, noticia-se o insucesso da Colônia Nacional Agrícola; em 1860, desaparecem as notícias sobre a Colônia Nacional do Rio de Contas; em 1861, é considerada a falência da Colônia Sinimbu; por fim, em 1862, encontra-se a última notícia sobre a Colônia do Salto do Rio Pardo e, conseqüentemente, sobre as colônias criadas na presidência de Sinimbu.

Essas quatro colônias parece terem sido criadas na mesma região ou, pelo menos, bastante próximas entre si. Apre

sentavam, de modo geral, população numericamente equivalente umas às outras. Os colonos engajados parecia não estarem satisfeitos com a vida na colônia, preferindo se dedicarem aos trabalhos de corte de jacarandá; além disso, as constantes queixas dos seus diretores sugerem que em todas elas faltava uma estrutura administrativa que permitisse o seu bom funcionamento.

As colônias imediatamente criadas depois da iniciativa de Sinimbu, a Colônia Comandatuba e a Cachoeira, respectivamente criadas em 1867 e 1870, alcançaram um nível de desenvolvimento muito superior às estabelecidas em 1857. Para essas colônias, inclusive, dispomos de maior quantidade de informações, o que torna possível uma melhor reconstituição de suas histórias.

. A Colônia Comandatuba

Sobre essa colônia nacional, não encontramos nenhuma referência nos maços "Colonos e Colônias". As únicas informações sobre ela foram encontradas nas falas dos Presidentes da Província.

Criada por volta do ano de 1867, situava-se na foz do rio Comandatuba, entre as Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro²⁴. O seu surgimento obedeceu a características que diferem das diversas colônias criadas no período em estudo. Foi estabelecida, a princípio, por iniciativa de um grupo de famílias pobres, do Norte da Província, especialmente da Vila do Con

de. Essas famílias, devido ao pouco lucro que tiveram nas limitadas e estéries terras que lavravam, resolveram emigrar para Comandatuba, e ali edificaram algumas casas de palha e fizeram pequenas plantações²⁵.

Tendo notícias de tal ocorrência, o Juiz de Direito da Comarca de Ilhéus, Dr. Antonio Gomes Villaça,concebeu a idéia de ali formar uma colônia de nacionais,aproveitando as famílias ali já estabelecidas. Tal colônia seria financiada pelos cofres públicos, e tendo o Juiz de Direito de Ilhéus comunicado sua idéia ao Presidente da Província,este enviou ... um engenheiro, que deu alinhamento das ruas e praças da futura povoação, e marcou o lugar em que se devião edificar a capella e o cemitério, comprometendo-se os immigrantes a tirar a madeira necessária para a construção dessas obras,e a fazer toda a obra de carapina²⁶.

Em 1867, a Colônia Comandatuba contava com 154 pessoas, cultivava mandioca, mamona, arroz, feijão, milho e também café e cacau. Segundo a fala presidencial do ano de 1868, a colônia produziu no ano de sua criação, 521 alqueires de farinha, 400 de cacau, 200 de mamona e 50 de feijão. Esse fato indica que os colonos já deviam estar ali estabelecidos há algum tempo pois, em menos de um ano, com tão pouco tempo de cultivo, não conseguiriam colheita de um produto como o cacau.

TABELA Nº 4

POPULAÇÃO DA COLÔNIA COMANDATUBA

1867 — 1872

ANO	1867	1868	1869	1870	1871	1872
PESSOAS	154	303	371	564	496	+ de 500

FONTE: Falas dos Presidentes da Província dos anos de: 1868, 1869, 1870, 1871, 1872 e 1873.

Do ano de sua fundação até 1870, a população da Colônia Comandatuba aumentou consideravelmente. Apenas no ano de 1871 houve um decréscimo na população da colônia. Segundo a Fala do Presidente da Província, no ano de 1872, esse decréscimo ocorreu devido a uma pequena evasão de colonos para a Colônia Cachoeira dirigida pelo Frei Luiz de Grava, seduzidos "pelos boatos espalhados de contos de réis dados pelo Governo para ella"²⁷.

Em 1868, por ato de 24 de outubro, foi criada uma escola primária na Colônia Comandatuba, sendo nomeado um professor²⁸. Além do mais, o estado sanitário da colônia era considerado satisfatório e seus terrenos férteis. Em 1872, existiam na colônia 19 "fábricas de farinha", uma olaria, além de terem sido iniciadas as obras de construção de uma capela e uma casa de detenção²⁹. Por tais informações, pode-se afirmar que essa colônia conheceu um momento de acelerado desenvolvimento, principalmente quando se observam as informações encontradas sobre a produção agrícola da Colônia Comandatuba que, com apenas dois anos de criada, já exportava alguns dos

seus produtos para Salvador, Canavieiras e para a povoação de Una.

TABELA Nº 5

PRODUÇÃO DA COLÔNIA COMANDATUBA NO SEGUNDO SEMESTRE DE 1869

PRODU- ES TOS PECI- FICAÇÃO	FARI- NHA	TAPIO- CA	MILHO	FEI- JÃO	ARROZ	MAMO- NA	COCO	ESTEI- RA	LENHA DE MANGUE p/feixe
	p/alq.	p/alq.	p/alq.	p/alq.	p/alq.	p/alq.	p/unid.	p/unid.	
Consumi- dos	1.981	57	92	129	96	187	3.713	138	4.000
Exporta- dos pa- ra Sal- vador, Cana- viei- ras e Una	5.043	19 1/2	-	35	100	231	27.325	371	-
TOTAL	6.024	76 1/2	92	164	196	418	31.038	509	4.000

FONTE: FALA de 1870, p.35.

É curioso que não apareça, nesta lista de produtos, o cacau, que constava na lista de produtos da colônia referente ao ano de 1867. Os demais produtos continuaram a ser produzidos e ganharam maior expressão. A produção de farinha de mandioca, por exemplo, que em 1867 foi de 521 alqueires, em 1869 passou a ser de 6.024 alqueires; do mesmo jeito, o feijão e a mamona que triplicaram sua produção nesses dois anos. Vale ressaltar ainda que os dados apresentados se referem apenas à produção da colônia relacionada ao segundo semestre de 1869, não representando, portanto, tais cifras o volume total da

produção da colônia durante o ano de 1869.

Para o ano de 1870, encontramos dados da produção da colônia referentes aos dois semestres deste ano que, somados, fornecem os seguintes dados de produção para o ano de 1870:

TABELA Nº 6

PRODUÇÃO DA COLÔNIA COMANDATUBA NO ANO DE 1870

PRODUTOS	FARINHA	TAPIOCA	MILHO	FELJÃO	ARROZ	MAMONA	COCO	ESTEIRA
ESPECIFICAÇÃO	p/alq.	p/alq.	p/alq.	p/alq.	p/alq.	p/alq.	p/unid.	p/unid.
Consumidos	5.933	143	283	395	162	466	9.019	321
Exportados para Salvador	5.704	-	-	-	-	437	14.450	-
Exportados para Canavieiras	1.887	16	-	-	-	-	6.950	178
Exportados para Una	156	-	-	-	-	-	-	65
TOTAL	13.680	159	283	395	162	903	30.469	564

FONTE: Relatório do Presidente da Província de 1870 e Fala de 1871

Além desses produtos, a Colônia Comandatuba exportou, no segundo semestre de 1870, 34 peças de jacarandá para

Salvador e 76 peças para o Rio de Janeiro. Como demonstra a TABELA Nº 6, a produção desta Colônia permitiu exportar exce dentes de esteiras, cocos, mamona, farinha e tapioca.

No entanto, não se verifica a ocorrência de produ tos não tradicionais da região, donde se infere. que os colo nos sô tentaram a exploração agrícola tradicional. Através desses dados, ~~tem-se~~ a certeza de que essa Colônia estava man tendo ritmo de produção bastante animador.

No ano seguinte, os dados relativos à produção da Colônia evidenciam para ela um desenvolvimento muito grande, pois nesse ano, aparece, além dos produtos já citados, o ca fé, exportado para Salvador, além de também ter sido introdu zida a pecuária.

(Vide TABELA 7 a seguir)

TABELA Nº 7

PRODUÇÃO DA COLÔNIA COMANDATUBA NO SEGUNDO SEMESTRE DE 1871

ESPECIFICAÇÃO	PRODUTOS	FARINHA DE MANDIOCA	TAPIOCA	ARROZ	MILHO	FELJÃO	MAMONA EM CAROÇO	AZETTE DE COCO	AZETTE DE MAMONA	CAFÉ LAVADO	COCO SECO	ESTEIRA	COURO SECO	TABUADO DE LOURO*	GADO VACUM	CAPADO
		p. alq.	p.alq.	p.alq.	p.alq.	p.alq.	p.alq.	p.alq.	p.alq.	p.alq.	p.unid.	p.unid.	p.unid.	p.unid.	p.cabeça	p.cabeça
Consumidos		2.669	58	139	71	245	195	53	74	-	4.163	96	-	20	11	18
Exportados	p/Salvador	928	-	-	-	-	164	10	-	22 ¹ / ₂	6.525	-	7	-	-	-
	p/Canavieiras	1.714 1/2	-	-	-	-	13	-	-	-	2.240	302	-	-	-	-
	p/Belmonte	722	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-
	p/Povoação de Una	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54	-	-	-	-
TOTAL		6.033 1/2	58	139	71	245	372	63	74	22 1/2	12.928	472	7	20	11	18

FONTE: Fala de 1872 — Anexo, p.5

*Serrado no País

Sem nenhuma dúvida, a Colônia Comandatuba conseguiu em pouco tempo, depois de criada oficialmente, produzir não apenas para o seu auto-consumo, mas também contribuir para o abastecimento — principalmente de farinha — da capital da Província e de algumas cidades (Canavieiras, Belmonte e povoação de Una).

Embora sem dispor de dados de sua produção agrícola para os anos posteriores a 1871, as informações a respeito da vida da Colônia demonstram que, pelo menos durante o ano de 1872, ela continuou no mesmo ritmo de produção. Para o ano de 1873, já não dispomos de outros dados a ela referentes que não a sua população, estimada em mais de 500 pessoas.

Na fala presidencial de 1874, paradoxalmente aos dados anteriormente apresentados sobre a produção agrícola, encontramos apenas a informação de que a Colônia Comandatuba não tinha prosperado, achando-se quase dissolvida naquele ano. Salienta o Presidente da Província que não lhe constava que houvesse uma organização séria na colônia que facilitasse o seu desenvolvimento³⁰. A partir daí, não encontramos mais nenhuma informação sobre essa colônia, nem tampouco notícias sobre o destino dos colonos ali estabelecidos..

. Colônia Cachoeira

Sobre a data de fundação desta colônia de nacionais, existem três informações diferentes, todas elas citando o dia 23 de abril, porém diferindo quanto ao ano da criação:

1869³¹, 1870³² e 1871³³. O ano de 1871, no entanto, pode ser desprezado pois documentos datados do ano de 1870 já trazem a informação sobre a criação dessa Colônia³⁴.

Localizada no município de Ilhéus, Sul da Bahia, a primeira notícia sobre essa colônia é um pedido do seu Diretor ao Presidente da Província, no sentido de que fossem tomadas as providências para dar início aos trabalhos de roçado e plantação, além da construção de casas para receber os primeiros colonos. Seu Diretor, Frei Luiz de Grava, Capuchinho, nomeado pelo Presidente da Província, chegou à área destinada à colônia no dia 27 de julho de 1870 para dar início aos trabalhos preliminares de sua instalação. Ao chegar ao local, Frei Luiz de Grava escreveu à Presidência da Província dizendo que já se podia enviar os primeiros colonos para o referido local³⁵.

Ainda em 1870, o Presidente da Província cita no seu relatório que, durante a sua administração, encaminhou para a colônia 20 emigrados, sendo 6 homens, 4 mulheres, 3 meninos e 7 meninas. No final deste mesmo ano, a colônia dispunha em seus roçados da plantação de mandioca, milho, feijão, arroz e algodão, sendo este último considerado como, talvez, o melhor dos produtos da colônia, visto o terreno ser apropriado a este tipo de cultura. Começou-se também o fabrico de telhas e os melhoramentos da estrada geral que ligava a Província da Bahia à Província de Minas Gerais³⁶. Para a distribuição dos lotes com os colonos foi seguido o seguinte plano:

...que cada família, tomando em consideração as justas proporções, recebesse 400 a 500 braças quadradas, sempre rio abaixo, na extensão de dez legoas até o lugar denominado — Estiva —, 3 legoas acima da fazenda Rio Salgado...³⁷

A população da colônia seguiu de 1870 a 1874 uma marcha acelerada de crescimento. No final do ano de 1870, nela habitavam apenas 3 famílias e dois homens solteiros, num total de 24 pessoas. Consta, porém, no documento pesquisado, que uma das famílias citadas ainda não havia chegado à colônia. A ausência de tal família, que era composta de sete membros, reduzia a população local para apenas 17 pessoas, no final de 1870³⁸. Um ano depois, em 1871, a colônia contava com 60 pessoas, formando 11 famílias, em dezembro de 1872, a população era de 218 pessoas e, no final de 1873, de 264 pessoas. No ano de 1874, a população da colônia atingiu o seu maior número, nela habitando 421 pessoas.

TABELA Nº 8

POPULAÇÃO DA COLÔNIA CACIQUEIRA — 1870 a 1874

ESPECIFICAÇÃO	A N O S				
	1870	1871	1872	1873	1874
Nº de famílias	3	11	-	-	-
Homens	9	34	119	143	214
Mulheres	15	26	99	121	207
Total de Pessoas	24	60	218	264	421

FONTE: Colonos e Colônias - Maços 4605 e 4608

TABELA Nº 9

POPULAÇÃO DA COLÔNIA CACHOEIRA - 1870 a 1871

ANOS	I D A D E					
	0 a 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60
1870	9	7	4	1	3	-
1871	23	15	10	3	7	2
TOTAL	32	22	14	4	10	2

FONTE: Colonos e Colônias, Maço 4608 — Relató-
rio do Diretor — 28.01.71 (1870)
Idem, Jan/1873 (1871/1872)

TABELA Nº 10

POPULAÇÃO DA COLÔNIA CACHOEIRA

1879 a 1874 — POR SEXO

ANOS	S E X O			
	MASCULINO		FEMININO	
	ADULTO	CRIANÇA	ADULTO	CRIANÇA
1872	52	67	50	49
1873	60	83	58	63
1874	105	109	102	105
TOTAL	217	259	210	217

FONTES: Colonos e Colônias — Maços 4605 e
4608 — Relatórios dos Diretores
(Jan./1873 (1871/1872), 12/02/74 (1873) e
2/01/75 (1874)

Apenas para os anos de 1870 a 1871, temos dados referentes ao número de famílias e sua composição. Por esses dados, nota-se que a quase totalidade da população dessa colônia era formada por famílias, sendo irrisório o número de solteiros que se engajavam como colonos. As famílias dos colonos eram formadas, na sua maioria, pelo chefe da família, sua esposa e filhos. Poucas famílias apresentavam na sua composição outros parentes, como irmãos, mãe, pai, etc., ou pessoas agregadas, conforme os documentos, utilizados para a elaboração das Tabelas apresentadas.

No tocante à idade dos colonos, dispomos de poucos dados, com exceção dos anos de 1870 e 1871. Para os anos seguintes até 1874, as informações encontradas dividem apenas essa população em homens e mulheres (adultos e crianças), conforme consta da TABELA nº 10, apresentada anteriormente.

Um fator que desde cedo começou a abalar a tranquilidade da colônia foram os ataques dos índios da região. Em 17 de janeiro de 1871, o negociante Patrocínio de Brito foi atacado a flechadas perto da colônia, morrendo instantaneamente. O Diretor da colônia comunica esse fato do Presidente da Província acrescentando que:

*...cada vez mais torna-se melindrosa a situação dos colonos da Cachoeira, e igualmente da dos Passageiros e Negociantes, que frequentam a estrada, que da Vila d'Ilheos se dirige ao centro da Província, em virtude do horrível assassinato praticado ultimamente pelos índios bravios...*³⁹

A colônia, no entanto, segue sua marcha de progresso, mesmo ameaçada continuamente pelos índios, ocorrendo no

vos incidentes em agosto de 1871⁴⁰ e julho de 1872⁴¹, o que não impediu os colonos de darem continuidade aos seus trabalhos. Assim, no ano de 1872, os colonos começaram a trabalhar na abertura de uma estrada até Ilhêus, já existindo, nesse mesmo ano, uma olaria e um forno para preparação de telhas, além de uma produção relativamente significativa de gêneros alimentícios⁴².

A produção de gêneros da Colônia Cachoeira, nos anos de 1872, 1873 e 1874, toda ela serviu para o consumo local. Em 1874, seu Diretor encontrava-se animado quanto ao progresso da Colônia e os colonos também estavam satisfeitos, com as roças plantadas prometendo colheita. Durante este ano de 1874, afirma o Diretor da Colônia que "não foi preciso comprar mais mantimento de fora para o sustento dos povos..."⁴³. Portanto, a Colônia Cachoeira conseguiu ser, durante o ano de 1874, auto-suficiente, a nível do consumo alimentar.

Além das roças e casas, existia ainda na Colônia, nesse mesmo ano, uma rua de 149 metros de comprimento e mais duas em construção. As casas eram cobertas de telhas, fabricadas no próprio local, tendo-se iniciado a criação de gado vacum⁴⁴.

TABELA Nº 11

PRODUÇÃO E CONSUMO DA COLÔNIA CACHOEIRA — 1872 a 1874

ANOS	1872				1873				1874			
	Q U A N T I D A D E S											
	Alquei res	Arro bas	Dú zias	Mi lhei ros	Al quei res	Ar ro bas	Dú zias	Al quei res	Ar ro bas	Dú zias	Mi lhei ros	Ca be ças
Produtos												
Farinha	480				1.460				3.600			
Feijão	100				200				250			
Arroz	300				150				250			
Milho	500				500				1.000			
Mamona	40				30				40			
Algodão		200				100				200		
Fumo		20				24				35		
Toucinho		30				50				65		
Tabuados			20				30				60	
Telhas				6								20
Açúcar										80		
Reses												30

FONTES: Maço 4608 - Relatório do Diretor da Colônia — Jan/1873 - 1872
 Maço 4605 - Relatório do Diretor da Colônia — 13/02/1874 - 1873
 Maço 4605 - Relatório do Diretor da Colônia — 02/01/1875 - 1874

Pelos dados da Tabela anterior, pode-se observar que houve um aumento de produção em quase todos os gêneros cultivados na colônia. Apenas o arroz, a mamona e o algodão apresentaram queda de produção, principalmente no ano de 1873, porém a mamona e o algodão conseguem elevar a produção em 1874, para as mesmas cifras referentes ao ano de 1872. O arroz, embora se recupere um pouco, apresenta em 1874 uma cifra inferior à produção de 1872.

Os demais gêneros alimentícios aumentaram suas produções até 1874, ressaltando-se a farinha de mandioca, que deveria ser alimento básico dos colonos e que aumentou de 480 alqueires, em 1872, para 1.460, em 1873 e 3.600, em 1874. O açúcar, que dependia de uma estrutura mais sofisticada para sua produção inclusive máquinas, e a criação de reses, que dependia de pastos apropriados e cercados, para evitar a fuga de animais e o estrago das plantações, só aparecem no ano de 1874.

Os produtos que não se destinavam à alimentação (tabuados e telhas) sofrem uma queda de produção de 1873, pelo fato de serem utilizados em maior escala na fase de implantação da colônia, na construção de casas. No ano de 1874, no entanto, a sua produção chega a ser mais do triplo de 1872, o que demonstra estar acontecendo um processo de ampliação da colônia.

O estado sanitário da colônia era considerado satisfatório⁴⁵, Além disso, foi construído, em 1873, um prédio escolar⁴⁶, criada uma cadeira de ensino primário⁴⁷, e a colônia recebeu 400\$000 da Tesouraria Geral e 202\$000 da provincial "... para serem applicados à abertura de picadas, que pozessem aquella em comunicação com os centros povoados"⁴⁸. Nota-se, portanto, que o ano de 1873 foi para a colônia, um ano de bastante progresso.

No início de 1874, em janeiro, os índios da região voltaram a atacar nas proximidades da colônia, desta feita matando apenas um cavalo e um boi, sem no entanto criar situação

de pânico para os colonos, pois estes já se encontravam preparados para a defesa, inclusive armados⁴⁹.

Essa colônia diferia um pouco das demais colônias nacionais no tocante aos objetivos de sua criação, pois o seu Diretor cita como principais objetivos de sua criação "... a catequese dos índios que ainda se andão dispersos...", a proteção dos negociantes da importante estrada geral que ligava a Província da Bahia a de Minas e a outros pontos do centro do Império, além de "...dar impulso ao comercio e felicidade dos povos contra a invasão dos ditos selvagens, desenvolver finalmente a lavoura destes terrenos ubertísimos por meio da colonização espontânea..."⁵⁰. Comenta ainda o Diretor da colônia a natureza primitiva da região, antes selvagem e sem religião, sendo no entanto, a partir da criação da colônia.

*...substituída pela agricultura, pela arte, pela indústria, pela civilização e pela moral de Jesus Christo, dando finalmente vida a esses imensos desertos, ainda que com passos vagarosos, toda vida e seu progresso é incontestável...*⁵¹

O objetivo da catequese é bastante claro na colônia Cachoeira, muito embora não se tenha notícias concretas dessa obra, pelo seu Diretor. O fato dela ser dirigida pelos frades capuchinhos, aos quais cabia a direção dos aldeamentos indígenas ao Sul da Bahia e que tinham como objetivo a catequese dos índios para utilizá-los como força de trabalho, além das próprias declarações do Frei Luiz de Gravas e sua sugestão ao Presidente da Província no sentido de incorporar os índios às colônias agrícolas, deixam visível essa particularidade da Colônia Cachoeira. Frei Luiz de Grava sugere ao Presidente que a

Província precisava ficar livre do obstáculo que eram os Índios, e que poderia também contar com este grande número de braços:

...hoje inúteis e bastante prejudiciais a sociedade que sendo aproveitados nos serviços mais rústicos prestariam não pequenos serviços ao país, tão preciso na epocha presente com a liberdade do elemento servil, e que com effeito podem ser considerados como os mais proprios em relação ao clima do que qualquer povo Europeo (...). E assim no meu fraco entender julgo que a colonização indigena deve ser protegida pelo melhor modo possível, pois, também é a menos custosa ao Estado.⁵²

Essa posição de utilização do índio como colono, foi posta em prática na Bahia, no sec.XIX, através dos vários aldeamentos de índios criados, os quais objetivam não apenas, a utilização do índio como força de trabalho, como também a liberação das terras originariamente por ele ocupadas⁵³.

Voltando à situação da Colônia Cachoeira, podemos dizer que, de 1870 a 1874, ela cresceu em ritmo acelerado de desenvolvimento até que sofreu um grande corte, quando, no primeiro semestre do ano de 1875, morreu o seu Diretor, Frei Luiz de Grava. Devido a esse brusco acontecimento, e enquanto não foi nomeado outro Diretor, vários colonos abandonaram a Colônia Cachoeira. Um outro capuchinho, Frei João Batista foi nomeado Diretor da colônia, procurando fazer com que os colonos retomassem as suas habituais atividades:

...quando aqui cheguei (diz o novo diretor) a nimeí os colonios a continuarem em seos serviços como d'antes, apoiarão logo e continuarão (...). já tendo entrado algumas famílias de novo...⁵⁴

Embora entusiasmado e tendo feito inúmeros pedidos, à Presidência da Província, de equipamentos para aprimorar o fabrico do açúcar e o descaroçamento do algodão, esse novo Diretor não conseguiu fazer a colônia retornar ao seu antigo ritmo de trabalho.

Em fevereiro de 1876, os colonos da Cachoeira, em número de 24 chefes de família, encaminharam à presidência da Província um abaixo-assinado, solicitando que fossem tomadas providências para o bom andamento da colônia. Diziam eles que, depois da morte do Frei Luiz de Grava, muitos colonos abandonaram o local e que os selvagens — os índios, continuavam atacando os colonos. Ameaçavam abandonar toda a colônia, caso não fossem tomadas providências por parte do governo.

A única providência que parece ter sido tomada pelo governo foi a substituição do Diretor da colônia, Frei João Batista, por outro capuchinho, o Frei Damião Severino, em novembro de 1876. O novo Diretor deixa claro a sua visão pessimista quanto ao futuro da Colônia. Diz ele que "...a raça mais apropriada para o segredo da colonização no Brasil é sem dúvida a européia..." e que a Colônia Cachoeira nunca poderia ser uma boa colônia, por ela ser formada por nacionais. Considerou mesquinha a verba dada pela Província para as despesas da referida Colônia e acrescentou que os índios Tapuias ameaçavam constantemente os colonos. Finalizando, pediu demissão do cargo de Diretor da Colônia⁵⁵.

Ao mesmo tempo em que o novo Diretor não acreditava

no futuro da Colônia, as atitudes do governo em relação à mesma pareciam também de um total descrédito, pois relutava em atender às solicitações de verbas, feitas pelo Frei Damião, e que deveriam ser utilizadas para a normalização da vida da Colônia. Segundo Frei Damião, a Província havia cessado de enviar verbas para a colônia desde a morte do Frei Luiz de Grava, e as despesas cresciam a cada dia, a tal ponto que, no final de 1876, Frei Damião escreve ao Presidente da Província pedindo que fosse resolvido com urgência "...ou pró ou contra acerca da dita Colônia Nacional..."⁵⁶

A resolução da Província, tudo indica que tenha sido "contra" pois, a partir de 1877, não se encontra mais nenhuma notícia sobre essa Colônia Nacional.

A vida da Colônia Cachoeira, portanto, durou seis anos; iniciada em 1870, progride timidamente até 1872. Durante os anos de 1873 e 1874, alcança um grau de produção que permite o seu auto-sustento. No ano de 1875, com a morte do seu Diretor, Frei Luiz de Grava, no mês de abril, iniciou o seu processo de decadência e, no final de 1876, a sua situação demonstra poucas possibilidades de sobrevivência como colônia agrícola. Ao se iniciar o ano de 1877, essa colônia praticamente não mais existia ou, se ainda existia, já estava praticamente esquecida, o que demonstra a ausência de notícias a seu respeito, a partir desse ano.

. Colônia Jequiçá

Sobre essa colônia agrícola nacional, encontramos pou

cas informações, pelas quais podemos deduzir que tal empreendimento não chegou a se estabelecer de modo a permitir um funcionamento satisfatório como colônia agrícola.

Sabemos apenas que a Colônia Jequiriçã foi, provavelmente, criada em 1877 e era formada por imigrantes cearenses chegados à Bahia em virtude das secas que estavam ocorrendo no Ceará. Foi estabelecida no local denominado Engenho Jequiriçã, em terras que haviam pertencido ao Coronel Hygino Pires Gomes, no Sul da Bahia, e dirigida pelo Frei Carlos Maria, da ordem dos capuchinhos⁵⁷.

No mesmo ano de 1877, uma comissão, nomeada pela Presidência da Província para analisar os motivos do insucesso da Colônia Jequiriçã, chegou às seguintes conclusões:

- . o clima, a fertilidade do solo e a salubridade da colônia eram bons, não podendo ser considerado como motivo de sua decadência;
- . os motivos reais da decadência da colônia foram os seguintes:
 - . a escassez das madeiras, que constituíam a principal base de comércio da região;
 - . o mau estado da barra, localizada na foz do rio, e que dificultava a saída e entrada de barcos carregados, sujeitos a ventos e marés;
 - . a preferência dos colonos pelo corte de madeira, ao invés da lavoura;
 - . a retirada do proprietário mais abastado do lugar — o Coronel Hygino Pires Gomes⁵⁸.

A quase total ausência de informações sobre essa última colônia agrícola, criada no período em estudo, leva-nos a crer que a sua criação não passou de uma atitude do Presidente da Província, no sentido de retirar da Capital da Província o contingente de flagelados da seca do Ceará que, certamente, poderia acarretar um grave problema social. Desse modo, enviando-os para terras despovoadas do Sul, jogava-os à sua própria sorte, em lugar menos perigoso à "tranquilidade pública". Fato semelhante ocorreu em 1878, quando 400 retirantes cearenses chegaram até Salvador desprovidos de recursos para se manterem. Esses retirantes ficaram hospedados no "Arsenal da Marinha", e custaram aos cofres públicos a quantia de duzentos e quarenta mil réis diários. Em um mês, os gastos provinciais eram de sete contos e duzentos mil réis⁵⁹. Em vista de tais despesas, resolveu a presidência da Província estabelecê-los como colonos, no Sul da Bahia pois, segundo o mesmo documento citado, tal estabelecimento seria muito mais barato do que manter os flagelados na cidade, além do fato de deslocar esse contingente para o campo, "livrando" a cidade de uma população pobre, o que poderia provocar, futuramente, um grave problema social.

Segundo os cálculos feitos no documento referente ao orçamento para o estabelecimento desses cearenses como colonos, as despesas necessárias para a criação da colônia, incluindo desde abertura de estradas, construção de casas, ferramentas etc., seriam inferiores à manutenção desses flagelados durante o espaço de dois meses na capital, além de que se estaria realizando uma obra de investimento para a Província.

No entanto, não existe nenhum documento que compro
ve o estabelecimento dessa leva de 400 cearenses chegados à
Bahia em 1878.

NOTAS AO CAPÍTULO 4

- 1 Cf. REGULAMENTO para as Colônias, documento datado de 1860. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4607. São destacados, em seguida, alguns trechos deste documento.
- 2 Cf. REGULAMENTO para a emigração (nacional). Documento e laborado por uma comissão nomeada pela presidência da Província, formada por Abílio César Borges e outros, datado de 22 de dezembro de 1860. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4607.
- 3 Cf. SINIMBU, J.V.L. Cansação de. Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o Desembargador ... no 1º de setembro de 1857. Salvador, p.100.
- 4 Cf. Quatro abaixo-assinados solicitando ao Delegado de Polícia atestado para se estabelecerem na Colônia do Rio de Contas no ano de 1857. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.
- 5 Cf. LEÃO, Manoel Messias de. Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo Vice-Presidente da Província. Desembargador ... em 15 de setembro de 1858.
- 6 Cf. BARRETO, Francisco Xavier Paes. Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o doutor ... em 15 de março de 1859.
- 7 Cf. D'SOUZA, José Antonio. Relatório do Diretor da Colônia Nacional do Rio de Contas ... ao Presidente da Província, datado de 29 de janeiro de 1860. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4607.
- 8 Ibidem.
- 9 Ibidem.
- 10 Ibidem.

- 11 Cf. VALENÇA, Antonio Duarte da Silva. Ofício do Superintendente da Colônia Nacional do Rio de Contas ... ao Presidente da Província, datado de 25 de outubro de 1860. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonose Colônias*. maço 4607.
- 12 PENNA, Herculano Ferreira. Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o Conselheiro e Senador do Império ... em 10 de abril de 1860. Salvador, p.80.
- 13 Cf. MELLO, O. *Causas que entorpecem o desenvolvimento da lavoura nacional e meios de combatel-as*. Salvador, Imprensa Popular, 1898. Tese apresentada à Escola Agrícola da Bahia para obtenção do grau de Engenheiro Agrônomo.
- 14 Cf. MELLO, João Tavares de. Relatório do Diretor da Colônia Sinimbu ao Presidente da Província, datado de 1º de agosto de 1861. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4607.
- 15 Ibidem.
- 16 PINTO, Antonio da Costa. Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província ... no dia 1º de março de 1861. Salvador, Bahia, p.35.
- 17 Cf. BAHIANA, José Vasconcelos de Souza. Ofício de ... ao Presidente da Província, datado de 15 de dezembro de 1857. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.
- 18 PENNA, Herculano Ferreira. Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o Conselheiro e Senador do Império ... em 10 de abril de 1860. Salvador, p.82.
- 19 FONSECA, Joaquim José. Relatório do diretor da Colônia do Salto do Rio Pardo ... datado de 19 de junho de 1861. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4607.
- 20 Cf. Atestados de conduta moral e religiosa, 1857. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.

- 21 Cf. NASCIMENTO, José Francisco Thomás do. Ofício de ... ao Presidente da Província, datado de 26 de janeiro de 1857. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.
- 22 Cf. Abaixo assinado dos colonos da Colônia Nacional Agrícola, datado de 10 de setembro de 1857. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.
- 23 OFÍCIO do Superintendente da Colônia Nacional Agrícola ao Presidente da Província, datado de 11 de dezembro de 1857. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4604.
- 24 Cf. AZAMBUJA, José Bonifácio Nascentes de. Relatório com que o excelentíssimo Senhor doutor, Presidente da Província, abriu a Assembléia Legislativa da Bahia, no dia 1º de março de 1868. Salvador p.38.
- 25 Ibidem, p.37.
- 26 Ibidem, loc. cit.
- 27 HENRIQUES, João Antonio de Araújo Freitas. Fala com que o excelentíssimo Senhor Desembargador ... abriu a 1ª sessão da 19ª Legislatura da Assembléia Provincial da Bahia, em 1º de março de 1872. Anexos. Salvador, p.5.
- 28 Idem Nota 24, p.37.
- 29 Idem Nota 27, p.143.
- 30 Cf. MACHADO, Antonio Cândido da Cruz. Fala com que o Exmº Sr. Comendador ... abriu a 1ª sessão da vigésima legislatura da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, no dia 1º de março de 1874. Salvador, p.134.
- 31 Cf. OFÍCIO do Diretor da Colônia Cachoeira ao Presidente da Província, datado de 14 de junho de 1870. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4607.
- 32 Cf. RELATÓRIO do Diretor da Colônia Cachoeira ao Presidente da Província, datado do ano de 1870. Salvador, p.14-6.
- 33 Cf. Nota 27.
- 34 Cf. documentos das Notas 31 e 32 e mais BAHIA. PROVÍNCIA.

Lei Provincial nº 1131, de 17 de junho de 1870, autorizan o governo a fazer as despesas necessárias para a Colônia Cachoeira.

- 35 Cf. GRAVA, Frei Luiz de. Ofício do Diretor da Colônia Cachoeira ... ao Presidente da Província, datado de 2 de a gosto de 1870. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colô*nias. maço 4607.
- 36 Idem, Relatôrio ao Presidente da Província, datado de 28 de janeiro de 1871, op. cit. maço 4608.
- 37 Ibidem.
- 38 Ibidem.
- 39 Ibidem.
- 40 Cf. Nota 27, p.142-3.
- 41 Cf. GRAVA, Frei Luiz de. Relatôrio do Diretor da Colônia Cachoeira ... ao Presidente da Província, datado de 13 de janeiro de 1873. In: BAHIA. Arquivo Público, op. cit. maço 4608.
- 42 Cf. Nota 27, p.142-3.
- 43 GRAVA, Frei Luiz de. Relatôrio do Diretor da Colônia Cachoeira ... ao Presidente da Província, datado de 17 de junho de 1875. In: BAHIA. Arquivo Público, op. cit., maço 4605.
- 44 Ibidem.
- 45 Cf. Nota 30, p.135.
- 46 Cf. GRAVA, Frei Luiz de. Ofício do Diretor da Colônia Cachoeira ... ao Presidente da Província, datado de 6 de novembro de 1873. In: BAHIA. Arquivo Público, op. cit., maço 4607.
- 47 Cf. Nota 30, p.136.
- 48 Ibidem, loc. cit.
- 49 Ibidem, loc. cit.

50. GRAYA, Frei Luiz de. Relatório do Diretor da Colônia Cachoeira ... ao Presidente da Província, datado de 12 de fevereiro de 1874. In: BAHIA. Arquivo Público, op. cit., maço 4606.
- 51 Ibidem.
- 52 Idem. Relatório datado de 13 de fevereiro de 1873. In: BAHIA. Arquivo Público, op. cit., maço 4608.
- 53 Cf. PARAÍSO, Ma. Hilda Baqueiro. Dissertação sobre os aldeamentos indígenas no Sul da Bahia no século XIX. Em elaboração e a ser apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da F.F.F.C.H./UFBa., 1982.
- 54 BATISTA, Frei João. Relatório do Diretor da Colônia Cachoeira ... ao Presidente da Província, datado de 17 de junho de 1875. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4604.
- 55 Cf. SEVERINO, Frei Damião. Relatório do ... ao Presidente da Província, datado de 12 de novembro de 1876. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4605.
- 56 SEVERINO, Frei Damião. Ofício do Diretor da Colônia Cachoeira ... ao Presidente da Província, datado de 15 de dezembro de 1876. In: BAHIA: Arquivo Público, op. cit. loc.cit.
- 57 Cf. GALVÃO, Major Ataliba. Ofícios do ... ao Presidente da Província, datados de 2, 10 e 23 de dezembro de 1877. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4606.
- 58 Cf. COSTA, et alii. Ofício da Comissão encarregada de proteger o núcleo colonial de Jequiriçã, formada por ..., datado de 26 de dezembro de 1877. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.
- 59 Cf. ORÇAMENTO de despesa para estabelecimento dos retirantes cearenses como colonos nos terrenos banhados pelo rio Pardo na Comarca de Caravelas. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4606.

5 AS EXPERIÊNCIAS COLONIZADORAS — COLONIAS ESTRANGEIRAS

Podemos dizer que a colonização estrangeira na Bahia, na segunda metade do século XIX, dividiu-se basicamente em dois períodos: primeiro, no final da década de 1850, quando foram estabelecidos colonos portugueses na fazenda denominada Engenho Novo, de propriedade de Thomas Geremoabo e tentado o estabelecimento de uma colônia agrícola, pelo cidadão Hygino Pires Gomes, segundo, em 1873, quando, através da Empresa Moniz, formada pelos fazendeiros Egas Moniz Barreto de Aragão e Policarpo Lopes de Leão, foram criadas quatro colônias agrícolas no Sul da Bahia.

Entre esses dois períodos, existiu ainda, na Província da Bahia, por volta de 1867/68, uma certa procura de terras por fazendeiros do Sul dos Estados Unidos da América do Norte, os quais, em virtude da abolição do regime de trabalho escravo naquele país, procuravam terras onde ainda perdurava esse tipo de relação de trabalho, chegando inclusive algumas famílias de norte-americanos a se estabelecerem na Província da Bahia nesse período.

Todas as iniciativas de colonização estrangeira ocorridas na Bahia, nesse período, foram feitas por iniciativa particular. No entanto, em todas elas, o Governo Provincial atuou decisivamente, inclusive fornecendo aos empresários empréstimos em dinheiro, sem juros e a longo prazo, além de outros tipos de ajuda, tais como: prêmio por

imigrante importado, construção de estradas na região onde se estabeleciam as colônias, e em alguns casos, pagamento de passagens dos imigrantes para o percurso Salvador até a Colônia. Para a criação dessas colônias estrangeiras, o Governo Provincial ou o Imperial firmava um contrato com os referidos empresários, no qual geralmente ficava estabelecido o compromisso de empréstimos de dinheiro por parte da Província, o regulamento das colônias e os direitos e deveres dos empresários.

A colonização estrangeira para a Bahia foi sempre justificada pelos presidentes da Província como sendo uma política capaz de suprir a paulatina falta de braços para a grande lavoura. No entanto, a forma como foi estabelecida a grande maioria dos colonos importados não estava de acordo com uma política de importação de mão-de-obra.

Com exceção dos portugueses, importados por Thomas Geremoabo, os colonos estrangeiros que chegaram à Bahia, foram sempre estabelecidos no Sul da Província, distantes portanto da região "crítica" do Recôncavo, sob a forma de núcleos coloniais característicos de uma política de colonização para povoamento de áreas virgens.

Por outro lado, tendo chegado à Bahia, em 1858, 150 alemães, trazidos pela Associação Baiana de Colonização, entidade cujo objetivo era trazer colonos da Europa "para serem empregados nas Fazendas"¹, tais alemães foram destinados, assim que chegaram, ao trabalho de mineração na Compa

nhia Metalúrgica do Assuruá ². Dessa forma, negava-se a participação dos colonos estrangeiros como força de trabalho para a grande lavoura baiana.

No caso da região cafeeira, ao Sul do País, a colonização foi também justificada como uma política de importação de mão-de-obra. No entanto, mesmo sendo isso uma contradição, pois a colonização propalada previa o assentamento de colonos em lotes futuramente próprios, podemos perceber qual o jogo de interesses em questão. A idéia de emigrar para um país desconhecido, em condições proletarizadas, não seduziu os europeus desejosos de terra e de fazer fortuna. Os próprios países exportadores de mão-de-obra, como a Alemanha e a Itália, não viam com bons olhos a emigração para o Brasil, pois como se tratava de um país que ainda possuía escravos, temia-se que os imigrantes fossem utilizados como tal. Por outro lado, a perspectiva de que seus emigrantes estabelecidos como proprietários era muito mais interessante para o Governo desses países do que a situação de assalariamento a que eles podiam estar sujeitos. No entanto, sabe-se que, embora tenha sido divulgada pelas províncias do Sul — principalmente São Paulo — que os imigrantes que para lá se dirigissem seriam estabelecidos como proprietários, na verdade, tal justificativa não passava de uma forma de camuflar o verdadeiro destino dos estrangeiros importados: sua utilização como trabalhadores.

Para a Bahia, no entanto, tal situação não ocorreu a semelhança de São Paulo. Ocorreu de maneira inversa,

pois, mesmo sendo a colonização justificada como uma política de mão-de-obra, a grande maioria dos imigrantes chegados foi estabelecida como pequenos proprietários de terra. Por tal fato, fica mais uma vez evidente que a Província não precisava realmente de mão-de-obra, ou que os grandes fazendeiros locais não se sensibilizaram o bastante, ou não dispunham de capital para financiarem o processo de transformar as relações de trabalhos nas suas propriedades.

Que justificativas, portanto, podemos encontrar, para que fosse incrementada a colonização estrangeira na Bahia, pós 1850? Nas falas dos presidentes da Província, encontra-se um discurso bastante racista, exaltando sempre a superioridade do imigrante europeu. Já em 1852, tendo o Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins, visitado a Colônia Leopoldina, mostra-se entusiasmado com a receptividade e a organização dos colonos estrangeiros, assim se expressando: "Tive ocasião de visitar as plantações dos Colônos e seus bens mantidos estabelecimentos, em que a ordem e a perfeição indicam a presença da esclarecida indústria Européa"³.

Por sua vez, Antonio da Costa Pinto, também presidente da Província, assim se refere aos colonos europeus:

*Cada colono europeu,, inteligente, laborioso e moralizado, que introduzirmos na Província, é além de uma força productiva, em relação a agricultura, um elemento também de civilização para o país, que, ainda com algum sacrificio, deve aproveitar o concurso de todos esses homens, filhos de uma civilização mais a purada, e portanto capazes de ensinar, pelo exemplo, a nossa população do interior, ainda em atrazo.*⁴

Ainda Antonio da Costa Pinto, referindo-se às vantagens da criação de colônias estrangeiras na Província, considera que:

Cada uma d'essas Colônias, assim collocadas, será uma escola de civilização para os homens ainda rudes do interior, pois lá vão elles aprender a trabalhar, vendo cada índio duplicar e quaduplicar as suas forças por meio de machinas e aparelhos próprios.⁵

Porém, outros fatores, além da crença na superioridade dos colonos europeus, devem ter despertado o interesse, principalmente dos empresários da colonização, para mobilizá-los a ingressar em tal empreitada. Em 1857, por exemplo, foi criada na Província a Associação Baiana de Colonização que, pelos seus estatutos, deixa claro os seus objetivos de uma empresa com finalidades lucrativas.

Foi formada por iniciativa do presidente da Província, João Vieira Lins Cansação de Sinimbu, o qual manteve inúmeros contatos com fazendeiros do Recôncavo baiano no sentido de organizar tal associação. Esses contatos no entanto, na maioria das vezes, não conseguiram despertar o interesse desses fazendeiros. Vale ressaltar que a postura dos grandes proprietários baianos em relação à proposta de importação de estrangeiros para trabalharem nas suas fazendas, sempre foi muito contraditória. Se, por um lado apoiavam tal proposta, por outro, não chegaram a executá-la.

Com finalidade de criar a Associação Baiana de Colonização, Sinimbu convidou para uma reunião dezoito proprietários de terra da Região do Recôncavo, especificamente

das comarcas de Cachoeira, Santo Amaro e Maragojipe. Localizamos as cartas-respostas enviadas por esses fazendeiros ao presidente da Província, nas quais todos acatam a idéia da tal associação, consideram importante e necessário promover a imigração estrangeira para a Bahia e até prometem colaborar. No entanto, dos dezoito convidados, dezessete dizem não terem comparecido a tal reunião, alegando motivos de saúde, por já terem marcado compromisso inadiável para aquele dia, ou então devido ao mau tempo. Um dos convidados não respondeu ao convite ⁶.

Por causa disso, Sinimbu nomeou uma comissão formada por Francisco Vieira Tosta, Manoel Antonio Passos e Egas Moniz Barreto de Aragão, para dar início aos trabalhos de criação da referida associação e que foi a responsável pela elaboração dos seus Estatutos.

Segundo esses Estatutos, a Associação Baiana de Colonização deveria atuar nas províncias da Bahia e Sergipe, e sua finalidade era "a importação de emigrantes morigerados, agricultores industriais, que espontaneamente ou subsidiadamente queiram vir para o Império" ⁷. Esses emigrantes, deveriam ser, principalmente, estabelecidos como colonos, proprietários dos seus respectivos lotes. No entanto, os mesmos estatutos prevêm a construção de "depósitos para os colonos, afim de facilitar aos lavradores a escolha dos mesmos..." ⁸, lembrando desse modo o mesmo mecanismo utilizado para a venda de escravos.

A associação seria formada por acionistas brasileiros

leiros e estrangeiros, organizada com o capital de quinhentos contos de réis, representado por cinco mil ações de cem mil réis cada uma.

As formas pelas quais a associação previa auferir lucros eram muitas. Iam desde a exploração do colono ou do emigrante espontâneo, até as concessões que esperava conseguir por parte do Governo. Seriam os seguintes os mecanismos de lucro citados nos estatutos da associação:

- . o preço da passagem dos colonos ou emigrantes transportados em seus navios ou por ela fretado, inclusive as comedorias, tratamento a bordo e frete de cargas, instrumentos e bagagens de cada indivíduo maior de dois anos;
- . o produto do arrolamento, aforamento e venda de terras que distribuir;
- . comissão paga por depósito, agência, oferecimento de trabalhos e socorros, paga por cada emigrante espontâneo que procurar a proteção e intermédio da Associação;
- . comissão por engajamento de colonos, para pelos engajadores (Governo, companhias ou particulares);
- . juros de lei sobre as quantias adiantadas aos colonos mediante garantias convenientes;
- . juros de lei sobre as quantias emprestadas aos engajadores para despesas de viagens, inclusive as de embarque e outras feitas com os colonos até chegarem aos seus destinos ou serem entregues a quem os tiver encomendado;

- . Subvenções dadas pelo Governo à Associação em benefício da imigração e desenvolvimento da colonização no País;
- . favores e isenções que lhe fossem outorgadas pelos poderes do Estado;
- . concessões de terras devolutas ou outras pertencentes ao domínio público que viessem a obter do Governo para os fins da colonização⁹.

Segundo a fala do presidente da Província da Bahia, no ano de 1859, Francisco Xavier Paes Barreto, dois anos após, portanto, de ter sido criada, a Associação Baiana de Colonização já havia perdido as esperanças de chegar a se estabelecer satisfatoriamente, principalmente por não ter conseguido encontrar o necessário número de acionistas. Relata ainda a mesma fonte que a única atuação da referida Associação foi a importação de 150 alemães para trabalharem nas minas de ouro de Assuruã. Notícias posteriores confirmam que a Associação Baiana de Colonização não chegou a se estabelecer efetivamente na Província, encerrando suas atividades logo após a importação dos alemães acima citados.

Por esse quadro, nota-se que não só a Associação estava interessada em transformar a colonização em uma empresa lucrativa, mas também proporcionar lucros a particulares que viessem a se transformar em engajadores de colonos, prevendo empréstimos a tais engajadores que, por sua vez, receberiam dos fazendeiros encomendas de imigrantes, lucrando certamente com tal atividade.

Da mesma forma, o contrato celebrado entre o Governo Imperial e os empresários Egas Moniz Barreto de Aragão e Policarpo Lopes de Leão previa uma considerável margem de lucro com a atividade de importação de estrangeiros. Nesse contrato, era permitido aos empresários a compra de terras para o estabelecimento dos colonos pelo preço mínimo, estabelecido no decreto de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras), a sua venda pelo preço máximo e ainda, a cobrança de juros nos adiantamentos e gastos feitos com os colonos. Além disso, o governo se comprometia a pagar certa quantia por colono importado¹⁰.

Sobre a situação de exploração das empresas particulares no tocante à importação de emigrantes, Avê-Lallemant, viajante alemão que percorreu o Sul da Bahia em 1859 assim se refere:

Em todas essas empresas particulares no Brasil, que engajam gente na Alemanha, mediante dinheiro, o pessoal preso por contratos insidiosos acaba na desgraça material e, ainda por cima na miséria moral, na desmoralização e de pravação. Os maus imigrantes tornam-se, sob a pressão das empresas particulares, criminosos e malandros; os bons, antes homens diligentes e calmos, tornam-se mal humorados, preguiçosos, rebeldes e, em ambos os casos, por fim, a miséria exterior acarreta também a da alma, que se perde. E por isso concordo inteiramente convencido, com a expressão "comércio de carne humana", e não a retiro, enquanto o Brasil e seu governo derem a mão a engajamentos particulares, prêmios por cabeça e concessão para aliciamento.¹¹

Portanto, essa atividade de importação de europeus para o trabalho agrícola, deveria estar diretamente ligada

ã possibilidade de lucro, principalmente se levarmos em conta a perda da atividade do tráfico de escravos ocorrida em 1850, quando este foi abolido. Da mesma forma que o regime escravista brasileiro se estabeleceu durante mais de 300 anos, movido principalmente pelos lucros auferidos através da venda e tráfico de escravo, acreditamos que o caráter lucrativo da atividade de importação de estrangeiros pode ter sido o fator determinante para que tal política tivesse sido incrementada.

O Presidente da Província de Sergipe, em 1859, por exemplo, recebe da Associação Central de Colonização do Rio de Janeiro, esclarecimentos solicitados quanto à aquisição de colonos europeus:

Ora, creio que nada é mais conveniente para um proprietário do que obter trabalhadores para seus terrenos por espaço de 4 anos, pela quantia de 1.500\$ pagáveis em dois anos, em quãtro prestações. Supondo mesmo o máximo preço, 130\$ por cabeça, importaria os 15 colonos em 1.650\$ pagáveis da mesma forma.¹²

Dessa forma, fica bastante claro o comércio do colono estrangeiro, efetuado no Brasil no século passado, inclusive com pagamento à prestação. Sô a nível de ilustração, vale dizer que o preço médio de um escravo do sexo masculino, nesse mesmo ano de 1859, segundo cálculos feitos por Maria José Andrade, era de pouco mais de 800 mil réis por cabeça ¹³. Desse modo, ficava bem mais barato adquirir-se colonos a, no máximo, 130 mil réis. Vale ressaltar, também, que a situação dos colonos não era diferente da situação dos escravos, nem quanto ao lucro que poderiam gerar, nem quanto

ao tratamento recebido, em alguns casos.

A dívida contraída pelo colono com as companhias, associações ou engajadores particulares, determinava em alguns casos o seu valor de venda, como bem relata Thomas Davatz, colono alemão engajado pelo Senador Vergueiro em Ibicaba, São Paulo:

Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado tornam-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade de Vergueiro e Cia. E em virtude do espírito de ganância, para não dizer mais, que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a idéia de que são tratados como simples mercadorias, ou como escravos.¹⁴

Os lugares onde eram depositados os colonos para escolha dos fazendeiros, eram os mesmos utilizados para o depósito de escravos. Nesses depósitos, eram os colonos "comprados" pelos engajadores como relata Davatz nessa dramática descrição referente aos colonos trazidos pela Vergueiro & Cia. e recém-chegados no Porto de Santos:

Outras novidades os colonos aprenderão mais tarde após o desembarque, se viram trancados em um prédio enorme, cercado de um lado pelo porto, de outro por muros e casas, com portas bem aferrolhadas e guardadas por sentinelas armadas, onde vários senhores, entre eles o Sr. Vergueiro, discutem em português — língua desconhecida para os imigrantes. E depois de paga ou bem garantida a dívida dos colonos (ou se já, o dinheiro da passagem reduzido à moeda brasileira mais a comissão) ouvem eles em bom alemão:

. Agora o senhor irá com o Sr. X (a pessoa que comprou o colono à firma Vergueiro) para a colônia Z.

E dessa forma o colono se apercebe finalmente

de que acaba de ser comprado. Nem mais nem me nos. É o que acontece a todos os parceiros endividados, quando a firma Vergueiro não os necessita para as suas próprias colônias, que são apenas duas — ou quando não delibrou retê-los para si. Se porventura um pobre pai preocupado com a sorte de sua família numerosa dirigir-se ao Sr. Vergueiro e, com lágrimas nos olhos, pedir-lhe pelo amor de Deus que o leve à sua colônia de Ibicaba em vez de desterra-lo a um lugar tido por insalubre e de mau nome, Ubatuba, por exemplo, não faltará a pergunta:

. Mas o senhor pagou a sua dívida?

E quando o colono é forçado a responder negativamente, virá talvez a sentença terrível:

. Pois então que vá para o inferno; o Senhor não tem escolha.¹⁵

Continua Thomaz Davatz:

O pátio que nos seus traços gerais descrevemos acima abrange um grande prédio sobre colunas, que serviu de albergue noturno àqueles dentre nós que ali encontramos cómodos, embora ofereça pouco agasalho contra o vento e, pelo aspecto das paredes e outros pormenores, lembre muito uma prisão brasileira. No pátio e no prédio era costume outrora, ao que consta, encerrarem-se e venderem-se os escravos negros logo após sua chegada. Nesse lugar permanecemos quatro dias, sendo que nos dois primeiros quase inteiramente fechados ao resto do mundo e nos outros com permissão para dar passeio pela cidade.¹⁶

Avê-Lallemant, a quem já nos referimos anteriormente na sua viagem pelo Extremo-Sul da Bahia, encontrou-se com um grupo de alemães e alsacianos, os quais haviam fugido de uma colônia da Empresa Mucuri¹⁷. As queixas dos colonos eram principalmente contra o inspetor da Colônia, um alemão chamado Otto Vogt, o qual desfrutava de grande prestígio com o Diretor da Empresa Mucuri, o Sr. Theofilo Ottoni:

Maltratavam ao seu arbítrio, como me asseguraram os imigrantes queixosos em geral. Mandou

*prendê-los no tronco, deixando-os passar fome, e quando dois colônos, numa tentativa de fuga, atravessando o Mucuri a nado, para se livrarem desse Gessler moderno, não tendo podido alcançar a outra margem do rio, pedindo socorro, Otto Vogt, proibiu que os socorressem e deixou-os afogarem-se.*¹⁸

Portanto, o tratamento recebido pelo colono não era nem um pouco diferente, pelo menos nesse caso acima citado, do tratamento dado ao escravo. Em vista disso, e principalmente pelo apresentado em relação aos lucros obtidos com o tráfico de imigrantes, somos levados a acreditar que não só a política de imigração brasileira, na segunda metade do século XIX, foi motivada, pelos interesses de lucros saciados depois de abolido o tráfico de escravos, como também que toda a política de desvalorização e menosprezo pelo trabalhador nacional pode ser devida ao fato de que o aproveitamento desses trabalhadores, da mesma forma que o aproveitamento dos índios brasileiros no período colonial, não era capaz de gerar tantos lucros como seria o tráfico e o engajamento de colonos europeus. .

A própria situação de abandono dos colonos importados, depois de estabelecidos em condições subumanas, como transparece da documentação pesquisada, demonstra que o principal interesse com esses emigrantes residia exatamente no processo que se iniciava com seu aliciamento no país de origem, até o seu estabelecimento no Brasil, a partir daí, entregues à sua própria sorte.

Resta, no entanto, perguntar-se porque o tráfico

de colonos, não chegou a se estabelecer de maneira sistemática e por longo tempo na Bahia. Em outras palavras, por que o tráfico de colonos não obteve bons resultados.

Talvez uma possível via de explicação para tal fato resida na forma de tratamento e no caráter compulsório do trabalho aplicados ao colono. Pelas descrições dos Testemunhos da época, fica evidente que, da mesma maneira que no trabalho escravo, tentou-se estabelecer com os estrangeiros importados uma relação compulsória de trabalho. Não tão compulsória como no caso dos escravos, mas bastante próximo destes. No entanto, esse tipo de trabalho aplicado a estrangeiros, brancos, europeus, levava consigo uma série de fatores desfavoráveis.

A escravidão no Brasil foi marcada pela diferença racial. Os pretos eram escravos principalmente por serem pretos. Acreditava-se na época que a raça negra era inferior à branca, a nível intelectual. Esse argumento, no entanto, não podia ser aplicado aos próprios brancos. Com base ainda na diferença racial, foi que se estabeleceram todos os mecanismos de controle e dominação dos escravos negros. Para procurar um escravo fugido, a sociedade escravista já possuía todos os seus códigos e instrumentos de repressão. Procurar um "branco fugido", contudo, era muito difícil numa sociedade onde os brancos eram os dominadores.

As próprias diferenças culturais existentes entre os africanos e os europeus, principalmente no que se refere à noção de trabalho e de "direitos", contribuíram para a im

possibilidade do trabalho compulsório ser aplicado aos colo
nos europeus.

Um fato também decisivo nesse sentido foi a atua
ção dos países europeus exportadores de mão-de-obra. Como nos referimos anteriormente, a esses países não interessava a utilização dos seus emigrados como escravos e, nesse sentido, atuaram decididamente para a proteção dos seus interesses. Na Bahia, por exemplo, por intermédio do Cônsul do Reino da Saxônia, foram rescindidos os contratos de vários co
lonos saxões, que deveriam ser estabelecidos pelo cidadão Hygino Pires Gomes, devido ao não cumprimento de cláusulas do contrato. Esses colonos reclamaram por não encontrar uma colônia já organizada como lhes fora prometido, com casas provisórias e começo de plantação, além de terem sido trazidos por um fazendeiro, o Major Bernadino José de Magalhães Menezes e Aragão e transferido para outro, o cidadão Higino Pires Gomes, fato também não previsto no contrato.

Portanto, a relação entre o Brasil e os países europeus era bem diferente da relação mantida com os países africanos a nível de relações diplomáticas. O Brasil respeitava os países europeus, e esses dispunham de instrumentos legais para aqui intervirem, no caso de qualquer ameaça aos seus interesses, o que não acontecia com os países africanos.

Mas, embora tenha sido organizada, planejada e até mesmo incentivada, a imigração estrangeira para a Bahia no século XIX não chegou a assumir um caráter volumoso. Nos anos imediatos à extinção do tráfico de escravos, quando começou

a ser mais difundida a idéia de importação de emigrantes, os dados relativos à entrada de estrangeiros mostram como foi pouco significativa essa imigração para a Bahia. Vale ressaltar, inclusive, que os dados apresentados se referem à entrada de estrangeiros no porto de Salvador, e não a imigrantes chegados no mesmo porto. Portanto, estão computados, nesses totais, todos os estrangeiros chegados, inclusive aqueles que estavam apenas em viagem de turismo, ou então aqueles em viagem de negócios. (Cf. TABELA nº 12, a seguir).

Nos nove anos que cobrem o período de 1856 a 1864, o movimento de entrada de estrangeiros vindos do Exterior para a Bahia foi apenas de 4.456 pessoas. A maioria desses estrangeiros era de portugueses. Apenas no ano de 1859, nota-se uma grande quantidade de italianos vindos da Sardenha, que, segundo observação nos próprios livros de passageiros da Alfândega, vieram para trabalhar na construção do "Caminho de Ferro". Analisando o quadro referente às profissões dos estrangeiros que entraram na Bahia, nesse período, fica bastante clara a pouca significação da imigração estrangeira no período. (Cf. TABELA nº 13, a seguir).

De início, pode-se notar a pouca quantidade de estrangeiros agricultores aportados na Bahia no período. Por aí se vê que, se a imigração externa tinha como objetivo a utilização de estrangeiros na agricultura, tal objetivo não foi alcançado nesse período.

Predominam os estrangeiros que se dedicavam ao comércio, atividade profissional geralmente executada por

TABELA Nº 12

ENTRADA DE PASSAGEIROS NO PORTO DE SALVADOR POR NACIONALIDADE 1856/1864

NACIONALIDADE	ANO	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	TOTAL
ALEMANHA		13	49	95	26	26	40	19	16	15	299
ÁUSTRIA		-	-	01	02	03	-	-	01	-	07
BÉLGICA		01	02	01	-	01	-	-	04	04	13
BOLÍVIA		-	-	-	-	01	-	-	-	01	02
DINAMARCA		01	03	-	02	02	-	-	01	01	10
ESPAÑA		09	25	5	12	-	01	13	12	03	80
ESTADOS UNIDOS		02	02	-	-	05	-	-	-	-	09
FRANÇA		19	64	20	30	51	17	31	18	31	281
GRÉCIA		-	-	-	-	07	02	-	-	-	09
HOLANDA		-	-	-	-	01	-	-	02	02	05
HUNGRIA		-	-	-	-	01	-	-	-	-	01
INGLATERRA		38	47	97	111	125	77	62	68	36	661
ITÁLIA		16	48	30	948	20	35	64	34	72	1.267
PORTUGAL		250	171	255	290	150	91	127	141	147	1.622
PRÚSSIA		01	02	06	01	01	01	03	-	02	17
PERU		-	-	-	-	-	-	-	-	01	01
RÚSSIA		-	-	-	02	-	-	-	-	01	03
SUÉCIA		-	-	-	-	-	-	-	01	-	01
SUIÇA		10	07	10	15	12	07	16	09	11	97
URUGUAI		-	-	-	-	01	-	-	-	-	01
OUTRAS NAÇÕES		-	-	03	-	01	-	03	03	07	17
SEM DECLARAR		-	14	07	05	21	06	-	-	-	53
TOTAL		360	434	530	1.444	429	277	338	310	334	4.456

FONTE: Livros da Alfândega de Salvador

TABELA Nº 13

ENTRADA DE PASSAGEIROS NO PORTO DE SALVADOR, POR ATIVIDADE PROFISSIONAL 1856/1864

ANOS	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	TOTAL
PROFISSÃO										
AGRICULTURA	37	37	32	13	7	12	11	13	14	176
ARTE	60	46	145	75	78	66	73	49	59	651
CLERO	18	29	4	11	3	4	7	-	2	78
COMÉRCIO	182	203	283	315	181	109	163	156	196	1.788
INDÚSTRIA	22	15	-	946	62	41	17	11	8	1.122
LETRAS	12	19	25	53	32	15	23	26	17	222
NÁUTICA	7	30	10	5	10	11	12	8	9	102
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	6	11	6	1	7	-	3	9	10	53
SEM OFÍCIO	16	31	22	25	45	19	28	25	15	226
SEM DECLARAR	-	13	3	-	4	-	1	13	4	38
TOTAL P/ANO	360	434	530	1.444	429	277	338	310	334	4.456

FONTE: Livros da Alfandega de Salvador

tuqueses viajantes, sem caráter de permanência. Outra atividade que se apresenta com relevância é a *indústria* e isso se deve ao fato de que a quase totalidade dos italianos, vindos em 1859 para a construção do "Caminho de Ferro", foi registrada nessa categoria profissional na Alfândega de Salvador. As demais atividades apresentam quantidades numéricas irrelevantes, ressaltando-se entre elas a de *artes*, a qual deveria englobar um elenco muito extenso de profissionais de atividades manuais.

As primeiras experiências de importação de estrangeiros para a agricultura na Bahia, após 1850, foram levadas a efeito por Thomas Geremoabo e Hygino Pires Gomes, como se pode observar a partir das descrições sobre os núcleos de colonização pelo elemento estrangeiro na Bahia, em meados do século XIX.

. A Experiência de Parceria no Engenho Novo

Thomaz Pedreira Geremoabo, rico fazendeiro de açúcar do Recôncavo Baiano¹⁹, proprietário da Fazenda Engenho Novo, foi o autor dessa experiência singular na Bahia. Em 1857, o Governo Imperial autorizou a celebração de um contrato entre o referido fazendeiro e a Província da Bahia, para a criação, na sua propriedade, de um núcleo colonial baseado no sistema de parceria²⁰.

Foram feitas duas tentativas de estabelecimento de colonos na Fazenda Engenho Novo, ambas com colonos portugueses. A primeira em 1857, tendo sido importados 40 colonos,

e a segunda em 1859, quando foram estabelecidos 105 colonos portugueses.

O Engenho Novo localizava-se à margem do Rio Paraguaçu na "...Comarca de Cachoeira, Termo da cidade de Maragogipe", cultivava cana-de-açúcar e, como engenho que era, dedicava-se ao fabrico de açúcar ²¹.

Situado, portanto, na Região do Recôncavo baiano e dedicando-se à atividade agrícola tradicional de exportação, o Engenho Novo foi a única propriedade com essas características que tentou, na Bahia, uma experiência de importação de mão-de-obra livre estrangeira no período em estudo.

Dos 40 colonos estabelecidos em 1857, todos, com exceção de dois, abandonaram em pouco tempo a colônia "...rompendo sem o menor motivo plausível os compromissos a que se haviam contratado" ²². Fato semelhante ocorreu também com a segunda leva de imigrantes estabelecidos por Geremoabo, em 1859.

Conforme os termos da proposta de Thomas Geremoabo para a criação da colônia no Engenho Novo, os colonos deveriam ser de preferência suíços e alemães, embora tenha importado apenas portugueses, todos robustos e morigerados. Não seriam incluídos como trabalhadores os meninos menores de 14 anos e nem as mulheres e filhas dos colonos. Não se contrataria colono algum maior de trinta anos, salvo os chefes de famílias. A colônia teria como base o sistema de parceria e seria nomeado um diretor que a representasse e dirigisse.

A colônia seria também regida pelas leis do Império e começaria a funcionar a partir da reunião dos primeiros 50 colonos; deveria ser, além do mais essencialmente agrícola tendo como principal atividade a lavoura da cana "... da qual se não poderá distrahir sem ter preenchido a obrigação de plantar, beneficiar, cortar e conduzir para o lugar do embarque duzentas e dez tarefas de terra collectivamente, que sahe a trez tarefas por cada trabalhador"²³. (Esse cálculo foi feito por Gere moabo, tendo em vista o estabelecimento de 70 colonos). Depois de satisfeitas tais obrigações em relação ao cultivo da cana, ficava livre a colonia para aumentar a sua lavoura, fosse em cana ou em quaisquer outras plantações, de subsistência ou não.

As principais restrições impostas por Thomas Gere moabo para o funcionamento da colônia eram as seguintes:

A Colonia não poderá exercer o commercio, e nem arte alguma, a excepção dos officios indispensaveis à lavoura, como ferreiro, pedreiro, carpinteiro, oleiro, tecelão, e outras indispensaveis ao vestimento como alfaiates e sapateiro.

A Colonia não poderá em tempo algum erigir fabrica de qualquer denominação para moer cannas, sendo-lhe porém livre levantar quaesquer fabricas e maquinas para trabalhar em outros ramos de lavoura.

A colonia moerá todas as cannas que plantas, tanto as marcadas no contracto, como as que plantar de acrescimo no Engenho Novo, propriedade do proponente.

*A Colonia não poderá possuir escravos, e nem algum dos seus membros, em quanto fizer parte da Colonia.*²⁴

Ao proprietário do Engenho Novo cabia as seguintes obrigações:

- . Garantir a colonia a posse de meia legua de terra quadrada, tocando alguma porção deste terreno na margem do rio Guahy, sobre o qual se farão o embarque das canas.
- . A moer todas as canas que a colonia plantar, sem dispendio algum da colonia, quer no transporte do embarque para o Engenho, quer no fabrico do açúcar.
- . A prestar auxilio gratuito de bois e carros no primeiro ano, assim como de instrumentos agrários, que não vieram da Europa.
- . A fornecer por adiantamento, que lhe será pago pela colonia, os generos alimentícios do país no primeiro ano.
- . A dar morada provisoria aos colonos até que estes construam suas habitações.
- . A prestar gratuitamente as sementes para as primeiras plantações, assim como um casal ou mais de animais vacum, ovelhum, cabrum e suino, que serão criados reclusos.
- . O produto do trabalho das canas, tanto o açúcar como o mel, será dividido em duas partes iguais. Uma destas partes pertence ao proprietário, a outra a colonia. O produto dos demais generos que não forem a cana, pertencerá em sua totalidade a colonia enquanto for limitado a alimentação da mesma, passando a ser dividida meio a meio entre a colonia e o proprietário, logo que for levado ao mercado.
- . Quanto ao trabalho, é livre a colonia empregar na preparação das terras, e direção do trabalho aquele processo que julgar mais conveniente para facilitar o trabalho e tornar mais produtiva a colonia.²⁵

O autor da proposta faz a seguinte demonstração sobre o trabalho na colônia e a sua previsão de lucro para os colonos:

Um homem de mediana robustez, lavra sô com a força natural, e beneficia em metade de hum anno trez tarefas de terra, base que se tomou por ser o termo medio. Si este mesmo homem em pregar instrumentos e animais pode lavar o duplo, ou triplo, contentemo-nos com o mínimo para não haver erro de cálculo.

Um homem planta em metade de um anno e beneficia tarefas - 3 - e multiplicando este trabalho pelo número de Colonos, teremos, tarefas -210-, huma tarefa produz assucar liquido trinta pães, e um pão equivale a 3 arrobas, produz pois huma tarefa de terras 90 arrobas de assucar, que multiplicadas pelas tarefas teremos arrobas 18.900.

O assucar do Engenho Novo, como o mais perfeito no fabrico, tem sempre no mercado hum preço superior ao commun, e que calculado pelo preço medio, attesta a qualidade do assucar e seus valores differentes, a trez mil reis por arroba teremos 56:100\$00.

Este producto he acrescentado com o valor do mel, que importando em 240 pipas de cem cana da' cada huma, e vendidas no mercado por preço medio a 40\$000 rs., teremos, mel 9:600\$000 liquido producto d'assucar e mel....66:300\$000

Divididos pelo fabricante e colonos toca a cada hum 33:150\$000. Esta metade pertencente a Colonia, e dividida por setenta, numero dos colonos, toca a cada um 473\$000.

He este o lucro liquido de cada hum colono, trabalhando só com as forças naturaes, em metade de um anno. Si este mesmo trabalho for auxiliado, e aperfeiçoado com instrumentos agrarios, e melhor amanho da terra, ter-se-ha hum lucro duplo, triplo conforme se duplicar ou triplicar o trabalho da colonia. Si se attender ainda que este lucro he só o producto de hum anno d'agricultura, e da canna, no que se limita o contracto, terá a Colonia o maior incentivo para apressar sua reunião, pois que empregando-se ella em outros ramos da lavoura no tempo que lhe deixa livre o trabalho da canna, terá hum novo lucro, que sobrarã para sua commoda subsistência, capitalizando o lucro principal da canna, e assim virã cada Colono no fim de cinco ou seis annos a ser hum capitalista, ou proprietário, si dirigir sua conducta pela regra da economia, que reunida ao trabalho é a fonte serena e infallivel da riqueza.²⁵

Esse cálculo de produtividade feito por Geremoabo pode ser considerado como fantasioso, pois prevê que cada colono produzisse 90 arrobas de açúcar por tarefa de terra cultivada, sendo que, segundo suas previsões, cada colono cul

tivaria três tarefas, produzindo dessa maneira 270 arrobas de açúcar no espaço de um ano. Tomando como base a produtividade de um escravo, vê-se o quanto a previsão de Geremoabo estava distante da realidade. Em 1852, o Presidente da Província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins, calculou que um escravo em bons terrenos, sendo ele trabalhador e ativo e tendo um dirigente senhor, produzia em média 100 a 120 arrobas de açúcar anualmente. Portanto a previsão de Geremoabo era de que um colono tivesse uma produtividade maior do que a de dois escravos agrícolas, no mesmo espaço de tempo²⁷.

Por outro lado, a renda prevista para o mesmo colono pelo empresário, estimada em 473\$000 réis anuais, pode ser considerada como bastante baixa. Essa renda correspondia aos ganhos anuais de um pedreiro na Cidade do Salvador, no período de 1858 a 1866, que era de 400\$000 réis²⁸. No entanto, como se pode ver na TABELA nº 14 a seguir, alguns colonos, depois de um ano de estabelecidos, já possuíam dívidas equivalentes a essa quantia.

Dos colonos que se registraram no Consulado português na Bahia ²⁹ tomando-se o total de colonos registrados das duas levas trazidas por Geremoabo, observa-se que 52% dos colonos registrados eram solteiros, 43% casados, e 5% viúvos. Além desse alto percentual de colonos solteiros, que não era comum aos imigrantes destinados ao estabelecimento na agricultura, apenas 21% dos colonos casados trouxeram suas famílias (mulher e filhos)³⁰.

Em novembro de 1860, portanto no ano seguinte à chegada da última leva de colonos, um relatório de Thomaz Geremoabo informa a Presidência da Província o fim de tal empreendimento. Do total de 105 pessoas, apenas 14 colonos pagaram suas dívidas, ou melhor foram desonerados por particulares³¹.

TABELA Nº 14
COLONOS DESONERADOS

Quantidade	Valor da Dívida	Responsável pela Desoneração do colono
1	152\$469	Desonerado por "Letra"
2	220\$600	Manoel José D'almeida Couto
3	209\$840	Manoel M. Torres
4	210\$260	Espinheira
5	215\$720	Espinheira
6	209\$300	João Duarte Ferreira
7	170\$000	Antonio Pereira Magalhães
8	226\$880	Maria Souza Castro
9	454\$000	Manoel Andrade Bastos
10	232\$520	José Vasco
11	215\$720	Francisco Adaes V.Boas
12 e 13	412\$280	Francisco Adaes V.Boas
14	278\$532	Barroso
TOTAL	3.208\$121	-

FONTE: Relatório de Thomas Geremoabo ao Presidente da Província - 1860

Um dos colonos voltou para seu país e os noventa restantes debandaram do Engenho Novo sem pagamento algum, e, conforme consta do documento referido Thomas Geremoabo teve um grande prejuízo com tal empreendimento:

Do capital despendido com a incorporação da Colonia, e das despesas de alimentação, morada, adiantamento, e factura de hũa Capella para o Culto Divino — a saber —

- . Importancia despendida pelo Consul Francisco Machado em passagens, conforme sua conta 15:911\$514
 - . Importancia que despendeo Antonio José da Silva Pinto em Portugal 5:807\$724
 - . Idem, idem em generos para os colonos 1:041\$040
 - . Idem, idem por adiantamento a 22 colonos, na Fazenda Guahy, e que não pagarão 1:232\$514
 - . Idem, idem despendida com a factura de 13 propriedades envidraçadas para morada da Colonia 3:945\$000
 - . Idem, idem com hũa Capella para o Culto Religioso 1:837\$000
 - . Idem, idem pelo prejuízo que tive no arrendamento que fiz ao Engenho da Serra visinho a Fazenda Guahy, para melhor comodidade da Colonia, e para cujo arrendamento tive de perder maõs de 30:000\$000
- Prejuizo occasionado pelos colonos 56:566\$671
32.

Finalizando, o documento ainda fala a respeito dos colonos debandados:

A maior parte dos Colonos existe na Capital, alguns na Cidade de Nazareth, outros em Santo Amaro, e por diversos lugares que não sei precisamente. Faleceo José Pinto dos Reis em 30 de junho do corrente anno no Engenho Novo, sendo sepultado no Convento de São Francisco do Paraguassu. Havia-se retirado para a Capital, e da hĩ para a Cidade da Cachoeira, voltando em 25 de junho atacado de febre amarela, do que falleceo.

Existem no Engenho, Custodio dos Reis e Francisco da Costa, sendo este menor.³³

Thomas Geremoabo não se refere, no relatório citado, aos motivos que levaram os colonos a debandarem do Engenho Novo, pois certamente o esclarecimento de tais motivos

poderia comprometê-lo. Dessa forma, sem citar os motivos do abandono da sua propriedade pelos colonos, fica a impressão a quem lê o relatório, de que os colonos encontraram toda a estrutura prometida para o bom funcionamento da colônia, excelentes condições de trabalho e de subsistência mas que, simplesmente, num gesto inexplicável e surpreendente, abandonaram todas aquelas "vantagens" que lhes garantiria um futuro promissor.

. A Experiência de Hygino Pires Gomes

Em 1857, Hygino Pires Gomes celebrou com o Governo Provincial um contrato para introduzir em suas terras, no município de Jequiçá, Comarca de Valença, mil colonos europeus, no prazo de 3 anos.

Sem ter conseguido realizar tal projeto, o qual assumiu proporções maiores do que o acima citado, Hygino Pires Gomes se envolveu não só com a importação de estrangeiros como também com colonos nacionais. Essa experiência acidentada de colonização serve como subsídio para um melhor delineamento do quadro da colonização na Bahia na segunda metade do século XIX.

Antes mesmo de celebrar o contrato para a importação de colonos estrangeiros, Hygino Pires Gomes comunica ao Governo Provincial a criação, em suas terras, na comarca de Valença, de uma colônia, que a dezoito meses estava sendo montada. Tal colônia teria a capacidade para estabelecer duzentas famílias de colonos, os quais deveriam ser europeus, de

preferência alemães e suíços. Em tal colônia, seria inteiramente proibido o trabalho escravo. O regime da colônia seria a "parceria", sendo que as principais culturas seriam o café e a cana-de-açúcar. O empresário adiantaria as passagens dos colonos, alimentação e roupas, instrumentos agrícolas, animais, médico e remédios, enquanto não pudessem os colonos subsistir por si mesmos. Seria propiciada também a cada família, uma casa assoalhada, com trinta palmos de frente e cinquenta de fundos, com mobília e apetrechos de cozinha. Comunica ainda o empresário que já existia na colônia 400 mil pés de café plantados, duas casas já prontas, além de 6 em andamento. Toda essa estrutura, portanto, já estava criada, pelo menos é o que afirma Hygino Pires Gomes, em 1856, antes mesmo da celebração do contrato entre ele e o Governo Provincial³⁴.

Segundo o contrato firmado em 1857, seriam engajados mil colonos, sendo 300 no primeiro ano (1858), 300 no segundo ano, e 400 no terceiro e último ano. O empresário se obrigava a estabelecê-los como proprietários independentes ou foreiros, a conceder-lhes terrenos a preço que não excedesse a dois reais por braça quadrada³⁵ aos colonos que chegassem no primeiro ano, a três reais para os que chegassem no segundo ano e a quatro reais para os que chegassem no terceiro ano.

Esse preço de terras, cobrado por Hygino Pires Gomes apresenta-se abaixo do preço mínimo fixado pela Lei de Terras de 1850 para os colonos chegados no primeiro ano,

de acordo com tal preço, para os colonos chegados no segun
do ano e acima do preço mínimo previsto na referida lei, pa
ra aqueles estabelecidos no terceiro ano de criação da colo
nia³⁶.

Durante o primeiro ano de estabelecimento os colo
nos teriam direito a receber auxílio de alimentação, ferra
mentas e ainda casais de animais domésticos, como adianta
mento. A dívida dos colonos, referente ao lote de terras por
eles adquiridos e aos adiantamentos feitos, deveriam ser pa
gos no prazo de quatro anos sem juros. Das dívidas que ul
trapassarem esse limite o empresário poderia receber juros
de 6%³⁷.

Para a realização desse projeto de colonização, vã
rias foram as facilidades criadas pelo Governo, o qual con
cedeu ao empresário o empréstimo de trinta contos de rês,
sem juros, como auxílio para as despesas preliminares da cria
ção da colônia. Tal quantia deveria ser paga em três presta
ções que venceriam no prazo de seis, oito e dez anos. Conce
dia ainda o Governo os seguintes auxílios:

- . 4:000\$000 para a construção de um templo católi
co na colônia;
- . 2:000\$000 para construção de uma casa de oração
"sem forma exterior de templo" para os colonos
de religião discidente;
- . 8:000\$000 para a abertura de uma estrada de Ser
ra Grande a colônia e desta até Valença.

Garantia ainda o Governo, como prêmio para o em
presário, a quantia de 15:000\$000 por cada 500 colonos impor

tados. Por essa garantia, a dívida do Coronel Hygino Pires Gomes contraída com a Província, estaria liquidada quando fossem importados os mil colonos previstos no contrato.

Um termo de ajuste feito entre o empresário e o Governo Provincial no referido contrato, ampliou consideravelmente a proposta inicial, que ganhou uma maior dimensão. Conforme esse termo de ajuste, o empréstimo que seria feito ao empresário pelo Governo subiu de 30 para 80 contos de réis. O número de colonos ficou estabelecido em 5.200 colonos, e o prazo para engajamento seria de dez anos³⁸. Como garantia das obrigações contraídas por Hygino Pires Gomes foram hipotecadas o seu Engenho, situado na Freguesia da Esteira, termo de Nazaré, com 220 escravos de trabalho e seis lêguas de terra, além de sua fazenda denominada Camusim, com uma lêgua de terra e as 4 lêguas de terra, em Valença, onde seria estabelecida a colônia.

O orçamento feito por Hygino Pires Gomes para a implantação da colônia previa um gasto inicial de 49:300\$340 réis, assim distribuídos:

. construção de 100 casas para os colonos..	36:132\$500
. construção de uma casa de ferraria e oficina	388\$200
. construção de uma casa para moinho e forno..	260\$820
. construção de uma casa para depósito	280\$820
. compra de diversos utensilios para a colonia	3:238\$000
. compra de 50 bestas arriadas	7:500\$000
. construção de um armazém para desembarque em Valença	<u>1:500\$000</u>
Total	49.300\$340

Nesse total não estavam incluídos outros gastos previstos, como construção de 6 léguas de picadas, manutenção dos colonos por 12 meses e despesas eventuais³⁹.

Três anos depois de ter celebrado o contrato com a Província e recebido 30:000\$000 de adiantamento, Hygino Pires Gomes ainda não havia introduzido nenhum colono em suas terras⁴⁰. Solicitava sempre à Presidência da Província adiamento do prazo para a introdução do primeiro lote de colonos, que já havia vencido desde 31 de dezembro de 1858.

Em julho de 1861, o empresário comunicou à Presidência da Província que havia estabelecido em sua fazenda, no Rio de Contas, 19 famílias de colonos europeus composta por 100 indivíduos. Tais colonos, no entanto, foram conseguidos por Hygino Pires Gomes, não por ele tê-los trazido da Europa, e sim através de uma transação feita com o Major Bernadino José de Magalhães Menezes e Aragão, o qual havia estabelecido, através da Associação Central de Colonização do Rio de Janeiro, tais colonos em uma sua propriedade no Sul da Bahia, e tendo desistido de tal empreendimento, transferiu-os para o Coronel Hygino Pires Gomes⁴¹. Essa transação criou um grande tumulto para os colonos, pois esses não aceitavam tal transferência. Eram colonos da Saxônia, e para defendê-los entrou em ação o Cônsul do Reino da Saxônia, o qual requereu e conseguiu a anulação do contrato realizado entre os colonos e o Major Bernadino, alegando que estava ocorrendo o não cumprimento de itens do contrato por parte do Major Bernadino, pois os colonos nada encontraram do que lhes

fora prometido, e além disso,, haviam sido transferidos para uma pessoa totalmente estranha ao acerto firmado. Rescindido o contrato, foram considerados os colonos livres de qualquer ônus ou responsabilidade e, depois de transferidos, para Salvador retornaram para o Sul do País⁴².

Sem ter conseguido realizar sua proposta de criação de uma colônia estrangeira, tudo indica que a tentativa de Hygino Pires Gomes com os colonos nacionais também não chegou a se concretizar. São poucas as informações a esse respeito. Sabe-se apenas que o referido empresário imprimiu folhetos nos quais dizia que estava disposto a "engajar e receber até o número de 100 famílias d'esses infelizes que corridos da sêca, que tem dissolado o centro da Província, procuram recursos n'esta cidade, (São Felix) e seus arrebaldes..."⁴³.

Portanto, no mesmo ano em que iniciou a execução do seu projeto de colônia estrangeira, Hygino Pires Gomes também tentava aliciar nacionais para o trabalho agrícola em suas terras. A falta de outras informações sobre essa última experiência (a de nacionais) indica que o referido empresário não deve ter chegado a executar tal idéia pois, se assim o tivesse feito, certamente haveria alguma referência nos documentos que tratam das transações feitas com a Província para o estabelecimento da colônia estrangeira que tentuou criar. Principalmente porque 1857, quando foi impresso o panfleto, foi o ano em que se começou a incentivar a criação de colônias formadas por nacionais.

A impressão que deixa transparecer o material pesquisado sobre Hygino Pires Gomes é que a sua atividade como empresário de colonização não passou de uma tentativa de auferir alguns lucros, pois em nenhum momento ele se refere à importação de estrangeiros ou ao aliciamento de nacionais como uma forma de incorporar força de trabalho na sua propriedade agrícola. Isso fica bastante claro no já citado contrato celebrado com o Governo Provincial para a criação da colônia estrangeira, onde está definido que os colonos seriam estabelecidos como proprietários. Portanto, essa iniciativa de Hygino Pires Gomes não se preocupava em utilizar os colonos como mão-de-obra.

Depois dessas duas experiências, ficou a Província da Bahia mais voltada para a criação de colônias nacionais. Na década de 1860, a imigração estrangeira para a Bahia se resumiu a alguns poucos norte-americanos que se fixaram no Sul da Província.

Da mesma forma que a política governamental da colonização serviu para motivar iniciativas particulares locais para importação e estabelecimento de colonos, como nos casos da Empresa Moniz, Hygino Pires Gomes e Thomas Geremoabo, a divulgação dessa política governamental cumpriu também seu papel no sentido de despertar interesse em indivíduos de outras partes do globo que desejavam ou precisavam abandonar seus países à procura de outro.

Fato semelhante ocorreu também em outras regiões do país, principalmente no Centro-Sul onde chegaram a se es

tabelecer várias famílias de norte-americanos⁴⁴.

A documentação encontrada sobre essa tentativa de estabelecimento de norte-americanos resume-se a nove cartas escritas por cidadãos dessa nacionalidade ao Presidente da Província da Bahia, nas quais geralmente solicitavam informações sobre as possibilidades de estabelecimento em terras baianas, e a tradução de um contrato celebrado entre o Governo Imperial e o Senhor John Wetson, no qual ficaram definidas as bases para o estabelecimento de colonos norte-americanos na Bahia.

Alguns norte-americanos, por exemplo, foram despertados, através da propaganda da colonização feita pelo governo baiano, no sentido de virem se estabelecer na Província da Bahia.

Após a Guerra de Secessão, várias famílias norte-americanas desejosas de se estabelecerem em "algum país onde ainda existisse a instituição da escravatura..."⁴⁵, procuraram a Província da Bahia para se estabelecerem por conta própria como agricultores. Vários são os pedidos de informação feitas por tais indivíduos sobre as vantagens que o governo poderia oferecer-lhes. Alguns norte-americanos chegam a vir à Bahia, visitam as terras do Sul da Província e aprovam o lugar para seu futuro estabelecimento. Geo Litner, um desses norte-americanos estabelecido próximo ao Rio Pardo, Sul da Bahia, dizia-se satisfeito e julgava que grande número de amigos seus e conhecidos dos Estados Unidos "... não de vir estabelecer-se na minha vizinhança dentro dos próxi

mos futuros doze anos, como já aconteceu com uma família que, depois de ter permanecido n'este Império durante doze meses, sem encontrar lugar que lhe conviesse, preparava-se a tornar para os Estados Unidos e ouvindo dizer que eu aqui estava veio procurar-me"⁴⁶.

Outros norte-americanos solicitaram ao Presidente da Província compra de terras, 2 léguas para os solicitantes, e mais reserva de 8 a 10 léguas para seus amigos, para se estabelecerem nas margens do rio Caié e se dedicarem ao cultivo de cana-de-açúcar, algodão, café, arroz e tabaco⁴⁷. No entanto, não dispomos de informações que permitam averiguar se tais colonos se estabeleceram ou não no Sul da Bahia.

Essa procura de norte-americanos por terras brasileiras, no entanto, não ocorreu apenas devido à Guerra de Secessão e a existência do regime de trabalho escravo ainda posto em prática no Brasil. O aliciamento de imigrantes norte-americanos interessava diretamente ao governo brasileiro, pois tais imigrantes significavam uma pequena população que dispunha de capital para investir na nova pátria. Um dos pretendentes a vir para o Brasil, por exemplo, em carta ao Presidente da Província da Bahia, cita que despertou interesse em emigrar para a Bahia em virtude de ter recebido um folheto no qual se convidava emigrantes a se estabelecerem na Bahia⁴⁸. A existência de tal folheto, portanto, serve como indicador de que o governo brasileiro e baiano estava se empenhando no aliciamento de norte-americanos para se estabelecerem como agricultores em terras brasileiras.

. As solicitações de terras por norte-americanos foram freqüentes no período de 1866 a 1870 e, por ser uma situação de natureza distinta ao processo de criação das colônias agrícolas estrangeiras já descrito, não exigia envolvimento por parte do Estado, principalmente a nível de celebração de contrato com particulares para importação dos colonos e até mesmo criação de infra-estrutura para o funcionamento de uma colônia e sua fiscalização no caso de estabelecimento dos imigrantes. Os norte-americanos seriam estabelecidos através da compra de terra direta ao Estado sem interferência de terceiros, inclusive sem características, de uma colônia agrícola organizada como no caso das colônias estrangeiras já descritas. Talvez por tais características, o estabelecimento de norte-americanos dispensasse toda a burocracia comum à criação das colônias estrangeiras, daí não constar na documentação pesquisada maiores informações a esse respeito. Apenas em um documento encontramos referências ao estabelecimento de 14 norte-americanos nas margens do Rio Pardo, no Sul da Bahia, e que tais colonos estavam bastante satisfeitos com a produção de suas terras⁴⁹.

Esses norte-americanos eram geralmente proprietários de terras dos Estados do Sul, os quais, ameaçados pela abolição da escravidão no seu país, propunham-se a vender suas propriedades e adquirirem terras no Brasil.

Ao se iniciar a década de 70 do século XIX, as expectativas da Província se voltaram para a importação de estrangeiros, mais uma vez a cargo de empresários locais.

As Colônias da Empresa Moniz

Egas Moniz Barreto de Aragão e Policarpo Lopes de Leão, importantes fazendeiros baianos, foram os dois grandes empresários da colonização estrangeira na Bahia e juntos formaram a Empresa Moniz. Celebraram em 1872, um contrato com o Governo Imperial para a importação de 10.000 colonos europeus, agricultores e trabalhadores rurais⁵⁰. Tais imigrantes deveriam ser do Norte da Europa e seriam estabelecidos nas Províncias da Bahia e do Maranhão, no prazo de cinco anos⁵¹.

As colônias agrícolas estrangeiras estabelecidas na Bahia, na década de 1870, precisamente no ano de 1873, foram criadas por esses dois empresários que eram pessoas ligadas à elite agrária local.

Conforme o contrato celebrado entre os dois empresários e o Governo Imperial, no número dos colonos importados não compreenderia aqueles maiores de 45 anos e os menores de um. Antes de embarcarem, os imigrantes deveriam assinar uma declaração em duplicada de que tinham conhecimento das condições dos contratos que celebravam com os empresários para a sua vinda ao Brasil. Uma cláusula expressa nessa declaração era a de, que os imigrantes não estariam vindo para o Brasil por conta do Governo Imperial, do qual "em tempo algum, e sob qualquer pretexto, nada poderão reclamar além da protecção que as leis garantem aos estrangeiros laboriosos e morigerados."⁵². As despesas referentes ao transporte, desembarque, agasalho, sustento, tratamento e quais

quer outras que necessitassem os imigrantes ficariam a cargo dos empresários, nos termos dos contratos que fossem celebrados. O estabelecimento dos imigrantes poderia ser feito, ou como trabalhadores nas fazendas e estabelecimentos agrícolas, ou como pequenos proprietários, em terras que para esse fim tivessem os empresários adquirido. Essas terras deveriam ser juntas, ou nas proximidades de até duas léguas das estradas de ferro, dos grandes mercados ou de outros lugares designados ou aprovados pelo governo. Poderiam igualmente os empresários estabelecer colônias em qualquer local próximo dos pontos da costa servidos pela navegação, ou até uma légua próxima de rios, desde que fossem francamente navegáveis. Para que os imigrantes rescindissem o contrato, celebrado com os empresários ou particulares com os quais tivesse ajustado seus serviços, teriam de pagar, tanto aos empresários como aos particulares, não só a importância de sua passagem, como a de todos e quaisquer adiantamentos que tivessem recebido para o seu estabelecimento. O governo se comprometia a auxiliar os empresários com a doação de certa quantia por colono importado a qual seria de 60\$00 réis por colono maior de 10 anos e metade dessa quantia para os menores de 10 e maiores de um ano que fosse introduzidos para serem empregados como simples trabalhadores. E, para colonos que fossem estabelecidos como proprietários, a quantia de 150\$00 (cento e cinquenta mil réis), para os maiores de 10 anos e 75\$00, para os menores de 10 e maiores de um ano.

Além desse "prêmio por cabeça" concedido pelo Governo Imperial, contava ainda a Empresa Moniz com a subven

ção provincial de trinta mil réis por colono adulto e vinte mil réis por colono menor de 14 anos e maior de quatro, que fosse introduzido na Província⁵³.

Aos colonos que quisessem ser proprietários, os empresários deveriam vender um lote de terra com trinta e dois mil metros quadrados, quando solteiros, e sessenta e quatro mil metros quadrados, se fossem chefes de família. Além disso, deveriam construir casas provisórias nas quais acomodariam os colonos e suas famílias. Aos colonos que fossem considerados como simples trabalhadores, os empresários deveriam dar alojamento e sustento até que fossem empregados.

Todas as despesas feitas pelos empresários com os colonos, assim como as dívidas de compra de lote, deveriam ser pagas pelos colonos. No entanto, os empresários não poderiam cobrar juros nos dois primeiros anos, passando a cobrá-los a partir do terceiro ano, sem ultrapassar de 6% ao ano. O prazo para pagamento das dívidas pelo colono seria de cinco anos, contados a partir da data do estabelecimento do imigrante.

Os preços das terras a serem vendidas aos colonos, não poderiam exceder o preço máximo previsto na Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, assim como as despesas de medição e demarcação dos lotes seriam fixadas em uma tabela, a qual deveria ser analisada e aprovada pelo Governo Imperial. No contrato que os empresários celebrassem com os imigrantes, na Europa, deveria ser literalmente incluída a referida tabela para conhecimento dos interessados. O título de posse

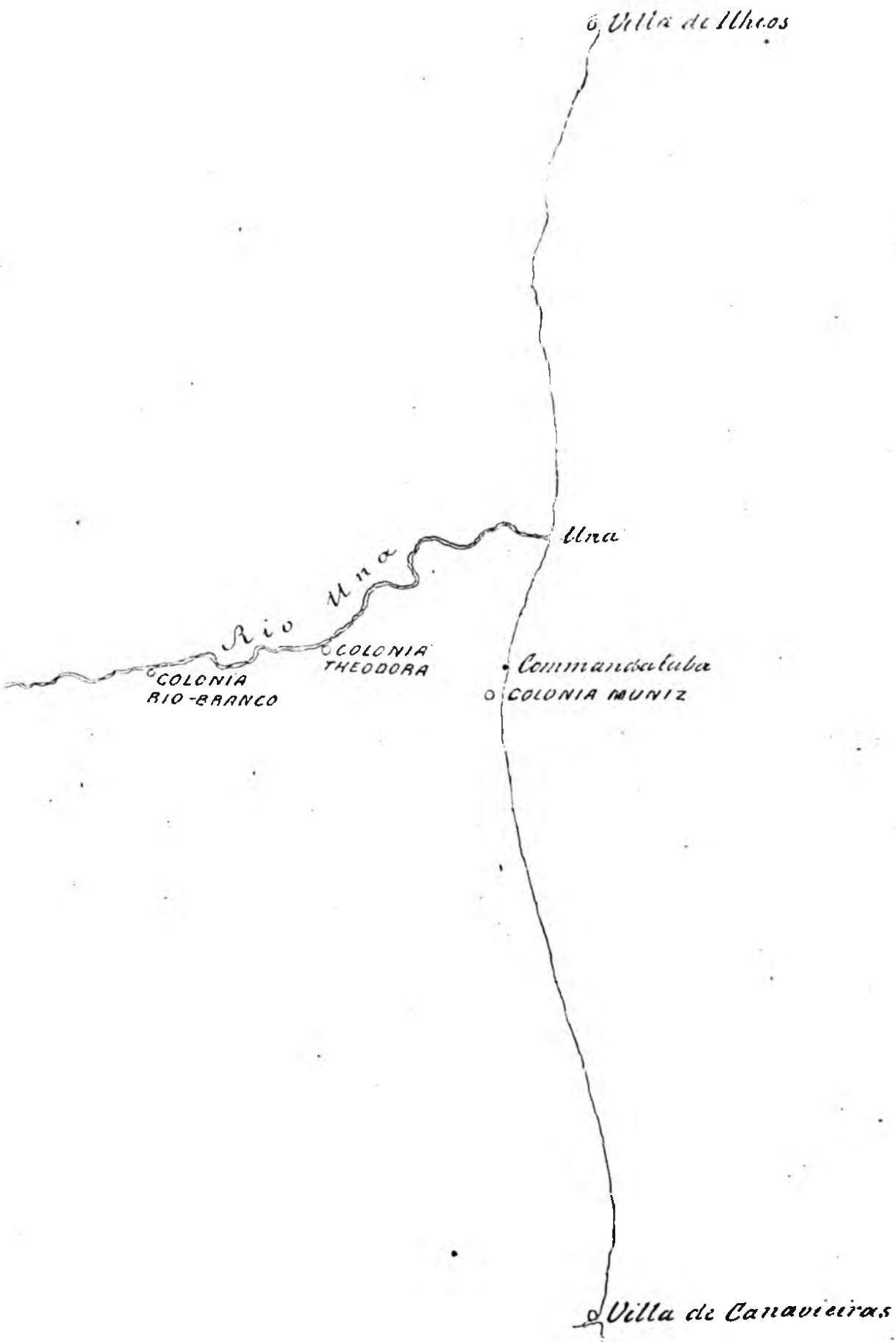
definitivo do lote de terras sô seria entregue ao colono que houvesse realizado o seu pagamento total.

A partir da data da celebração do contrato entre os empresários e o governo, o governo se obrigaria a vender aos empresários, pelo preço mínimo previsto na Lei de Terras, e pelo prazo de seis anos, as terras devolutas existentes nas duas Províncias (Bahia e Maranhão), e as quais os empresários precisassem para a fundação da colônia. Obrigava-se ainda o Governo a conceder aos imigrantes importados pelos empresários, passagem gratuita e transporte para suas bagagens nas companhias de navegação do Governo ou por ele protegidas, assim como na Estrada de Ferro da Bahia. Dessa forma, o deslocamento dos colonos de Salvador até as colônias ficaria a cargo do Governo.

Regia ainda, no contrato, que os empresários ficavam sujeitos à multa de vinte mil réis (20\$000) por Emigrantes que importarem de menos, do número fixado de 10.000 indivíduos⁵⁴.

A Empresa Moniz criou 3 colônias estrangeiras durante o ano de 1873: a Colônia Muniz a Theodoro e a Rio Branco. Além disso, celebrou ainda um contrato com Jorge Adolfo Stolze, em setembro de 1873, para estabelecer em sua fazenda, no Rio Pardo, 50 famílias alemães, núcleo esse que se denominou Colônia Carolina.

Conforme o contrato firmado, ficaria a cargo de George Stolze todas as despesas relativas às edificações necessárias para a Colônia, obrigando-se ainda George Stolze



o Villa de Ilheos

Una

Rio Una

o COLONIA
RIO-BRANCO

o COLONIA
THEODORA

• Commandaluba
o COLONIA MUNIZ

o Villa de Canavieiras

a estabelecer os colonos como proprietários de terras e a conceder a cada família de colonos 3 meses de alojamento gratuito em acomodações compatíveis com o número de membros de cada família.

Egas Moniz e Polycarpo L. de Leão seriam os diretores da colônia, os quais, de direito, poderiam inspecioná-la, além de dar as instruções que julgassem necessárias. Os colonos seriam financiados pelos dois empresários, sendo Stolze obrigado a restituir a importância por eles gasta referente às dívidas contraídas pelos colonos. Para a construção da Colônia, Stolze recebeu dos empresários da Empresa Moniz, a quantia de 20.000 \$000 réis, como empréstimo, para serem pagos depois de cinco anos.⁵⁵

Pouco tempo depois de estabelecida a colônia por motivos ignorados, a quase totalidade dessas famílias abandonou o estabelecimento de Stolze não se sabendo o rumo que tomaram⁵⁶. Não encontramos maiores informações a respeito da vida e dos acontecimentos que levaram essa colônia a tão curta existência.

As demais colônias da Empresa Moniz foram estabelecidas entre Ilhéus e Canavieiras, no Sul da Bahia. A colônia Moniz situava-se a meia légua ao Sul do Porto de Comanduba. As colônias Theodoro e Rio Branco, à margem direita do rio Una, conforme descrição e mapa feitos em 1875 pelo Engenheiro da Província Manoel Joaquim de Souza Brito, encarregado das Colônias do Estado ao Sul da Província⁵⁷. A Colônia Moniz ficava a 3 léguas da Theodoro, pelo interior, e a

Theodoro distanciava-se 2 léguas e meio da Rio Branco. Para se ir da Colônia Moniz à Theodoro, embora fosse curta a distância pelo interior (apenas 3 léguas) os caminhos eram tão precários que se preferia o caminho mais longo e dispendioso através do litoral até o porto de Una e daí pelo rio Una até a Colônia Theodoro. Desta, à Rio Branco, em virtude de cachoeiras que impossibilitavam o percurso fluvial, costumava-se seguir por "uma verêda interna, tortuosa e de difícil transito, cuja distancia é de 2 léguas e meia"⁵⁸.

As primeiras levas de estrangeiros trazidas pela Empresa Moniz começaram a chegar à Bahia em março de 1873, e vieram acompanhadas de um Sacerdote, um professor, um médico, um boticário e um enfermeiro.

Ao findar esse ano, o total de colonos importados chegou a 1.825, todos provenientes da Europa (na sua quase totalidade alemães e poloneses), a fim de serem estabelecidos nas quatro colônias criadas.

Na colônia Moniz, foram estabelecidos 400 colonos, na Theodoro, 800, na Rio Branco 60 e na Carolina 160, perfazendo um total de 1.420 colonos engajados. Os 405 colonos restantes, em relação ao total de colonos importados, faleceram ou abandonaram as colônias por nelas não terem encontrado as condições que esperavam encontrar ⁵⁹.

Esse grande número de colonos que deixaram de se engajar, indica que, ou as condições de transporte e estabelecimento dos colonos, eram por demais precárias causando grande índice de mortalidade, ou que, já de início, as colô

nias não correspondiam às expectativas dos estrangeiros importados. E tanto isso ocorria que, em junho de 1873, os colonos estabelecidos não estavam nada satisfeitos com as condições encontradas nesses locais. Recusavam-se a trabalhar, exigiam aumento das diárias (ganhavam 1\$500 por dia), ameaçaram invadir a casa do empresário Polycarpo Lopes de Leão, roubar o dinheiro e alimentos do armazem e abandonarem a Colonia. Inclusive, ameaçaram de morte o empresário⁶⁰. Chegaram a um grau de insatisfação tal que o empresário Polycarpo Lopes de Leão dirigiu-se ao Presidente da Província solicitando que fosse enviado para a colônia Moniz, 200 homens a fim de estabelecer a ordem na colônia, processar e prender os culpados.

Os poloneses eram os mais turbulentos e, segundo o empresário, alguns dos colonos estavam bem armados, tendo trazido as armas da Europa⁶¹. Menos de um mês depois, no entanto, as notícias são de que a situação de revolta da Colônia Moniz já havia sido resolvida através de uma comissão enviada pelo Presidente da Província e dirigida pelo Chefe da Policia⁶².

Em outubro do mesmo ano, teve lugar um levante de colonos na Colônia Theodoro. Os colonos revoltados, em número superior a 100, cercaram a casa do Agrimensor da colônia, armados, tendo a sua frente o feitor de serviço Jacob Gali Kowski. Ameaçavam matar o agrimensor se este não tomasse providências no sentido de sair da colônia juntamente com os trabalhadores, todos brasileiros. Em conflito estabelecido,

foi morto um colono e dominada a revolta, sendo os seus ca
beças presos na prisão da colônia⁶³.

A situação das colônias da Empresa Moniz estava
tão delicada no que diz respeito aos ânimos revoltados dos
colonos que o seu Diretor, Polycarpo L. de Leão, tendo que
se ausentar da colônia devido, a estar doente, solicita do
Presidente da Província um destacamento militar, a fim de
que não houvesse tumulto nas colônias durante a sua ausência.
A essa altura, a Colônia Theodoro já contava com população
de mais de 900 colonos e a Moniz perto de 500 colonos, entre
adultos e menores.

Não apenas as revoltas dos colonos perturbavam a
ordem das colônias da Empresa Moniz. Uma epidemia de febre
tífica, cuja origem foi atribuída a alguns emigrantes que
vieram doentes da Europa, matou, num espaço de seis meses,
105 pessoas da Colônia Moniz. Uma comissão de médicos nomea
dos pela Província, para estudar as condições de higiene e
salubridade da colônia, concluiu que as contínuas febres das
quais eram vítimas os colonos, foram originadas por ocasião
das derrubadas de matas, necessárias para a implantação des
sas colônias. Nada teria a ver, então com o local onde estava
implantada a colônia, que era considerado como de boas con
dições de salubridade⁶⁴.

No final do ano de 1873, a Empresa Moniz declarou
o seu insucesso. Egas Moniz B. de Aragão e Polycarpo Lopes
de Leão dirigiram-se à presidência da Província solicitando
que fosse encaminhado ao Governo Imperial o cancelamento do

contrato celebrado em 1872, que deu origem à Empresa Moniz, no qual se comprometiam estabelecer 10.000 estrangeiros agricultores na Bahia. Pedem, também, que fiquem a cargo do governo as colônias por eles estabelecidas. Justificaram tal atitude pela impossibilidade de continuarem a fazer as grandes despesas que inesperadamente começaram a aparecer. Tais gastos, inclusive, foram considerados como sendo a principal causa da ruína da fortuna de Polycarpo Lopes de Leão⁶⁵.

João Antonio de Gões Tourinho, Comissário do Governo Imperial, baseando-se em dados retirados do Diário Particular de Egas Moniz Barreto de Aragão, calculou que os dois empresários receberam o montante de 183:280\$330 réis do Governo Imperial e Provincial para por em prática os seus planos de colonização. E que as despesas da Empresa Moniz, referentes a fretamento de vapores, instalação e custeio das colônias; fornecimento de gêneros, fazendas, ferragens, etc. para os armazens, além de outras despesas, foram superiores às suas receitas. Somando-se as subvenções recebidas do Governo e comparando-as com os gastos da Empresa Moniz, constata-se um *deficit* de 72:324\$645 réis⁶⁶.

Durante o curto espaço de tempo em que as colônias da Empresa Moniz estiveram a cargo dos seus respectivos diretores, não encontramos nenhuma indicação que demonstrasse o desenvolvimento nessas colônias de algum tipo de cultura, nem mesmo alguma referência à cultura de subsistência. As notícias se referem apenas às revoltas de colonos e às epidemias de febre. Pelo visto, imperou nessas colônias uma *si*

tuação de grande tumulto.

O testemunho de Durval Vieira de Aguiar deixa bastante esclarecida não só a situação geral das colônias da Empresa Moniz, como também a atuação dos seus diretores.

Descreve Durval Vieira de Aguiar:

Se bem que as terras fossem de superior qualidade e o clima verdadeiramente europeu, todavia não foi acertada a escolha do local, não só pela distância do porto e mesmo do rio, como por estar junto de matas, em cima de frescas derubadas, longe do mar, visto entretanto ao longe interceptado por íngreme ribanceira e um cerrado e impenetrável mangue; pelo que a colônia só tinha de bom a bela posição.

Por outro lado os colonos importados eram péssima mistura da escória austríaca, alemã e polaca, compradas livremente no porto de Antuárpia, a tanto por cabeça; gente ruim, sem profissão, na maioria viciosa, ignorante de lavoura que passava a vida a beber cachaça e a fumar cachimbo dentro do povoado, cujo serviço administrativo era pessimamente dirigido pelo Conselheiro Leão, sócio diretor, o qual levava dias a repetir e exaltar seus serviços na magistratura e os seus foros de fidalguia palaciana; brigando fútilmente com quem lhe omitia o tratamento de excelência, e nisso gastava o tempo, enquanto tudo mais corria por água abaixo. Os colonos principiaram antipatizando-o, depois desrespeitaram-no e acabaram por desacatar o Excellence, como geralmente o chamavam. Devido a intervenção da força pública, sob o nosso comando, restabelecia-se rapidamente a ordem, às vezes pela força do sabre ou de arma carregada.

Tudo era feito mal, morosamente e fora do tempo. Cada homem ganhava 1\$500, mulher 1\$000 e menino 500 réis, para nada fazerem. Valia bem ser-se colono, e muitos nacionais suplicavam essa honra. Quando as fontes foram secando, pagou-se em fichas, as quais o armazém trocava por gêneros. Estabeleceu-se a comidela pelos espertos, e o desagrado para os mais tolos. Tudo andava a matroca na ausência do barão, moço de ilimitada boa fé e generosidade, sempre ocupada na corte e na Europa com a direção geral da colônia.

Seriam longas e enfadonhas as minuciosidades. Em resumo: A imprevidência da administração ocasionou a aglomeração nas habitações provisórias; daí o desasseio, unido aos miasmas próximos das recentes derrubadas, as péssimas e próximas latrinas; ainda mais tudo isto auxiliado pelas frutas quentes, águas muitas vezes toldadas da chuva, falta de precaução e asseio corporal; concorrendo o conjunto de tais causas para o desenvolvimento do bicho de pé e o de mosca até a gangrena e o aleijamento; da praga do piolho pelo mais leve contacto; das inflamações, desinterias, intermitentes ou sezões, e, por fim, da epidemia das febres de mau caráter, com pleno império da morte.

Apesar do hospital, dos enfermeiros e dos boticários, dos médicos e até das mulheres pagas para tirar bichos em pé, mão e cara, nada se adiantou; pois que aumentava diariamente a viuvez e a isolada orfandade. Famílias inteiras no leito; vendo-se uns morrerem e outros agonizantes. Já se julgava infelicidade quando algum deles escapava da morte para entrar na miséria.

Por fim, escassearam gradualmente os gêneros alimentícios e os recursos do armazém, o que ocasionou uma espécie de revolta, felizmente abafada pela última vez; pois que, após a nossa retirada, estabeleceu-se a debanda e a pilhagem. Quem escapou da morte fugiu para não morrer, e veio esmolar, febril, andrajoso e fomento nas ruas desta capital, até que a caridade pública abrigou a uns e o governo repatriou outros⁶⁷.

Declarada, portanto, a falência da Empresa Moniz, o Governo Provincial, através do decreto 570 de 31 de julho de 1874, passou as colônias dessa Empresa para o domínio do Estado. Tal mudança causou, de imediato, um transtorno relativamente grande para os colonos que, a partir dessa data, perderam o seu principal ponto de referência — os empresários com os quais haviam assinado contrato. Por outro lado, iniciou-se uma série de visitas às três colônias da ex-Empresa Moniz, por comissões nomeadas pela presidência da Província

cia e pelo Império, a fim de avaliarem as condições das colônias e averiguarem quais as medidas que poderiam ser tomadas, no intuito de preservá-las. Esse vai-e-vem de agentes do governo e a falta de uma maior segurança para os colonos levou a maior parte deles a abandonarem as colônias e se encaminharem para a capital da Província em busca de uma solução para os seus problemas. Em setembro de 1874, a população existente nas três colônias somavam apenas 266 pessoas, sendo 29 colonos na Rio Branco, 133 na Theodoro e 104 na Moniz⁶⁸. Portanto, a maior parte dos colonos estabelecidos em 1873, que somavam um total de 1420 pessoas, já havia abandonado as colônias quando essas passaram para o domínio do Estado.

A atuação do Estado como dirigente das colônias estrangeiras no Sul da Província demonstrou, primeiramente, que os dirigentes não sabiam muito bem o que deveriam fazer com elas. Primeiro, foi feita uma tentativa de extinguir as colônias Moniz e Theodoro, transferindo-se os colonos que nelas residiam para São Fidelis, antigo aldeamento indígena, situado ao Sul da Bahia, próximo às colônias e que estava desocupado. Encontraram no entanto resistência por parte dos colonos em tal transferência, pois alguns deles já haviam começado alguma plantação nos seus lotes, das quais não queriam se desfazer para começar tudo do início. Depois, tentaram conservar a colônia Rio Branco, a qual receberia os colonos das outras duas. Essa constante ameaça de transferir os colonos, colocava-os em um clima de contínua insegurança. Primeiro che

gava a notícia da transferência, depois sem se concretizar tal ameaça, passavam meses sem diretor, sem víveres e sem saberem ao certo o que lhes aconteceria em futuro próximo.

No início do ano de 1875, os colonos estavam em uma situação de quase total abandono. O principal problema era a falta de alimentação. Na colônia Moniz, os colonos viviam, segundo seu Inspetor, Frederico Julio Werger, em estado de completa miséria "...e cada vez mais desanimados; pois esperam an ciosamente, de boa fé e confiança inpertubável, o seu desti no..."⁶⁹. Diz ainda o mesmo Inspetor que esses colonos se sujeitariam a qualquer determinação da Província, e que es peravam ansiosamente que tal decisão fosse tomada de imedia to⁷⁰.

Ainda em início de 1875, em fevereiro, os inspeto res das colônias Theodoro, Rio Branco e Moniz, abandonaram as ditas colônias. Em interrogatório feito pela Presidência da Província sobre os motivos que os levaram a abandonar as colônias, foram unânimes em citar como principal motivo a fal ta de recursos para continuarem a fornecer víveres para os colonos. O Inspetor da colônia Moniz, melhor detalhando a situação, relatou que a sua atitude de abandonar a colônia foi devido:

...ao estado deploravel, a que se estava redu zida a colonia, sem víveres para o sustento dos imigrantes, ao ponto de se ver elle respon den te [o Inspetor] forçado a vender telhas de zin co e também de barro para com o seu product o comprar generos para sap prir os colonos; subin do a ponto de se ver obrigado a empregal-os na linha telegraphica, para assim conserval-os, até que viesse a esta capital pedir providen ça

cias a S.Exa. o senhor Presidente da Província.⁷¹

Para resolver a situação de desespero dos colonos, a Província resolveu então estabelecer o núcleo São Fidélis, para o qual se transferiram apenas 7 colonos. Devido a essa resistência dos colonos em se transferirem para a nova colônia, o Governo resolveu extingui-la pouco tempo após tê-la criado.

Por aviso de 1875, foi extinta a colônia Moniz e, ao mesmo tempo, ordenava-se a transferência dos alemães nela residentes para a colônia Rio Branco. Em 27 de outubro de 1876, foi extinta a colônia Theodoro tendo sido permitido aos polacos nela estabelecidos se retirarem para onde eles desejassem.

O nível de desestruturação chegou a tal ponto que, para os colonos da Moniz serem estabelecidos na Rio Branco, fazia-se necessário criar toda uma nova estrutura na colônia Rio Branco, desde a preparação de lotes e casas provisórias até a se iniciar as anotações em livros para registro das transações de débitos e créditos entre a Diretoria e os colonos. Esse material era fundamental para o bom funcionamento das colônias e era justamente o que não existia em nenhuma das três colônias, até então.

Ficou, portanto, estabelecida em abril de 1876, a continuação de apenas uma das colônias criadas pela empresa Muniz sob a direção do Governo Provincial.

Tendo sido os colonos da colônia Moniz transferi

dos, em maio de 1875, para a Rio Branco, em janeiro de 1876 — oito meses portanto depois da transferência — continua ram tais colonos no mesmo estado de insegurança pois nenhu ma medida foi tomada pelo governo nesses oito meses no sen tido de criar condições necessárias que permitissem o come ço dos trabalhos por parte dos colonos. Durante o ano de 1877 poucas noticias encontramos da situação da colonia so brevimente, a não ser que o Governo estava tentando criar condições para o seu funcionamento como por exemplo abrindo lotes, construindo casas provisórias, nomeando funcionários abrindo picadas etc. Porém tais medidas parecem não ter si do executadas pois em julho de 1878 um emissário do Governo foi até a colonia com objetivo de extingui-la. Com a extin ção da colonia Rio Branco, as 19 famílias que nela habita vam resolvem abandona-la. Apenas um único colono, Jacob Müller, em virtude de ter se casado com uma brasileira da região, de cidiu permanecer com o seu lote de terras. Os dezenove che fes de família que resolveram se retirar da colonia, assina ram um documento no qual concordavam em serem removidos pa ra uma outra colonia do Imperio nas seguintes circunstâncias: a passagem até a nova colonia que escolhessem, assim como as demais despesas, correriam por conta do colono; seriam abatidos nos seus débitos o valor das benfeitorias que hou vessem feito nos seu lotes.

Ao colono que resolveu ficar no seu lote cabia: pa gar as suas terras, casa provisória e mais adiantamentos fei tos até a data da extinção da colonia em cinco prestações

iguais durante o prazo de dois anos; dispensar daquela data em diante todos os favores do Governo⁷³. A dívida desse colono para com o Estado foi calculada em 628\$998 réis, o que equivalia a muito dinheiro na época.

A dívida desse colono, a título de ilustração, pode ser comparada ao preço de 6,896 toneladas de açúcar em 1878⁷⁴, e à folha de pagamento semanal da Fábrica de Tecidos Nossa Senhora da Penha para 98 operários, e que no ano de 1877 era de 653\$592 réis⁷⁵. Além disso, essa dívida representava um valor bastante superior aos ganhos anuais de um pedreiro na cidade de Salvador, no ano de 1878, os quais eram de 450\$000 réis⁷⁶.

Em 1877, portanto, encerra-se a mais importante tentativa de estabelecimento de estrangeiros em núcleos coloniais agrícolas feita na Bahia, na segunda metade do século XIX. Tentativa essa iniciada em 1873, por particulares, que embora ficando a cargo do Governo a partir de 1874, não teve condições de mantê-la a não ser por um curto espaço de tempo, e de forma bastante tumultuada.

Segundo J.Fernando Carneiro, dos 1.800 colonos importados pela Empresa Moniz, "faleceram ao todo 738 pessoas, 1.005 repatriaram-se e 160 ficaram ou se transferiram para Blumenau"⁷⁷.

NOTAS AO CAPÍTULO 5

- 1 BARRETO, Francisco Xavier Paes. Fala recitada na abertura da Assemblêia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província ... em 15 de março de 1859.
- 2 Cf. PINTO, Antonioda Costa. Fala recitada na abertura da Assemblêia da Bahia pelo Presidente da Província ... no dia 19 de março de 1861.
- 3 Cf. MARTINS, Francisco Gonçalves. Fala que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Dereembargador Conselheiro ... na abertura da Assemblêia Legislativa da Bahia, em 19 de março de 1852.
- 4 Cf. Fala da Nota 2, p.32.
- 5 Ibidem, loc. cit.
- 6 Cf. RELAÇÃO dos cidadãos que responderam ao convite de S. Exa. para o estabelecimento de uma Associação que promova a emigração de colonos para esta Província. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.
- 7 ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE COLONIZAÇÃO. Estatutos. In: *Colonos e Colônias*. maço 4606.
- 8 Ibidem, art. 39, §89.
- 9 Ibidem, Título 39, arts. 109, 119 e 129.
- 10 Cf. BRASIL. Leis, decretos. *Decreto Imperial nº 5117, de 19 de outubro 1872*.
- 11 Cf. AVÉ-LALEMANT, R. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe — 1859*. Belo Horizonte, Editora Itália; São Paulo, EDUSP, 1980. p.158-9.
- 12 MOTT, Luís R.B. *O Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e a ideologia do progresso*. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO NORDESTE, UFSe., Aracaju, ago.1973. mimeog. p.23.

- 13 Cf. ANDRADE, Ma. J.S. *A mão-de-obra escrava em Salvador de 1811 a 1860*; um estudo de História Quantitativa, Salvador, UFBA./F.F.C.H., Dissertação de Mestrado. Gráf. nº 11.
- 14 Cf. DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil — 1850*. Trad. e notas de Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, Martins, EDUSP, 1972. p.37.
- 15 Ibidem, p.38-9.
- 16 Ibidem, p.39-40.
- 17 Embora o viajante Avê-Lallemant se refira a tal empresa de colonização como sendo baiana, não encontramos nenhuma referência quanto à atuação dessa "Empresa Mucuri" na Bahia. Dirigida que era pelo mineiro Teófilo Benedito Ottoni, segundo as descrições do mesmo viajante, essa empresa de colonização era mineira e se dedicava ao estabelecimento de estrangeiros no Norte de Minas Gerais, em região fronteira com a Bahia.
- 18 AVÊ-LALLEMANT, R., op. cit. p.160.
- 19 Geremoabo se dedicava à fabricação de açúcar em Maragojipe, Recôncavo Baiano, tendo sido inclusive Diretor do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, segundo PANG, Eul-Soo. *Bahia's Plantes elites and their attempt to modernize agriculture — 1842-1889*. Wanderbilt University, Paper. mimeog.
- 20 Cf. SINIMBU, J.V.L. Cansação de. Fala recitada na abertura da Assemblêia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o Desembargador ... no 1º de setembro de 1857.p. 90.
- 21 GEREMOABO, Thomas Pedreira. Proposta para criação de uma colônia feita por ... ao Presidente da Província, datada de 20 de junho de 1857. In: BAHIAR Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4606.
- 22 Cf. Fala da Nota 1.
- 23 Ibidem.
- 24 Ibidem.

- 25 Ibidem.
- 26 Ibidem.
- 27 Cf. BAHIA. SEPLANTEC. CPE. *A inserção da Bahia na evolução nacional; 1a. etapa — 1850-1899*. Salvador, 1978, v.2. p.19.
- 28 Cf. MATTOSO, K.M.Q. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo, HUCITEC, p.369.
- 29 Da primeira leva, vinda em 1857, apenas 22 colonos se registraram no Consulado e, da segunda, apenas 43.
- 30 Cf. PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Habilitações*, 2a. série. Livros de inscrições de emigrantes. Documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados).
- 31 Cf. GEREMOABO, T. Relatório ao Presidente da Província, de 15 de novembro de 1860. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.
- 32 Ibidem.
- 33 Ibidem.
- 34 Cf. GOMES, Hygino Pires. Comunicação feita por ... ao Presidente da Província sobre a existência em suas terras de uma colônia, em 17 de março de 1856. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.
- 35 Braça quadrada = antiga medida agrária, igual a 3.052m². In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 11.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. p.189.
- 36 O preço mínimo previsto na Lei de Terras era de 300\$ 000 réis o lote de 100.000 braças quadradas, o que equivale a 3 réis por braça quadrada de terra.
- 37 Cf. CONTRATO que faz a Presidência da Bahia com Hygino Pires Gomes para introdução de Colonos Europeos em suas terras. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.
- 38 Ibidem.

- 39 Cf. GOMES, Hygino Pires. Orçamento geral para a Colônia a ser criada por ... 1858. In: BAHIA, Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.
- 40 RELATÓRIO (do Palácio) sobre o requerimento em que o Coronel Hygino Pires Gomes pede revogação do prazo em que se obriga a introdução de colonos. In. BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4607.
- 41 Sobre esse engajamento de colonos pelo Major Bernardino, não encontramos nenhuma outra informação, a não ser a citada anteriormente (Nota 40). Não sabemos, portanto, de que forma esses colonos deveriam ser estabelecidos, se por "parceria" ou como proprietários. O certo é que essa experiência do Major Bernardino foi feita de maneira autônoma, sem interferência nem ajuda do Governo Provincial ou Imperial, e que não chegou realmente a ser concretizada pois os colonos recém-chegados foram transferidos para a fazenda do Coronel Hygino Pires Gomes.
- 42 Cf. RIBEIRO, Joaquim da Paixão. Certidão do Juiz de Paz ... de 28 de outubro de 1861. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4607.
- 43 GOMES, Hygino Pires. Panfleto impresso, datado de 22 de outubro de 1857, intitulado "AVISO". In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4607.
- 44 A esse respeito, ver o trabalho de GOLDMANN, Frank. Aspectos das migrações norte-americanas após a guerra civil. In: BUARQUE DE HOLANDA, S. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967. v.3. t.2.
- 45 CONE, James. Carta de ... (norte-americano) para o Presidente da Província, datada de 25 de julho de 1867. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4607.
- 46 LEITNER, Geo. Ofício de ... ao Presidente da Província, datado de 30 de junho de 1868. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.

- 47 BRAXTON, Albert, JUKTER, John e Mc,MAINE. .Ofício assinado pelos norte-americanos ... ao Presidente da Província, datado de 15 de outubro de 1868. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.
- 48 BLACK, Henry. Carta de ... ao Presidente da Província, datada de 17 de maio de 1869. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4608.
- 49 WETSON, J. Carta de ... ao Presidente da Província, data da de 1870. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4607.
- 50 Cf. BRASIL. Leis e decretos. *Decreto Imperial nº 5117, de 19 de outubro de 1872*.
- 51 Cf. ARAGÃO, Egas Moniz B. de e LEÃO, Policarpo Lopes de. Requerimento de ... ao Presidente da Província, datado de 8 de novembro de 1873. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4606.
- 52 BRASIL. Leis e decretos., op. cit., cláusula IV do contrato regido pelo citado decreto.
- 53 Cf. BRASIL. Leis e decretos. *Lei Provincial de 27 de julho de 1872*.
- 54 Cf. BRASIL. Leis e decretos. *Decreto Imperial nº 5117, de 19 de outubro de 1872*.
- 55 Cf. CONTRATO para a criação da Colônia Carolina, datado de 22 de setembro de 1873. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4605.
- 56 Cf. BRITO, Manoel Joaquim de Souza. Relatório do Diretor provisório das Colônias ao Sul da Província ... datado de 18 de abril de 1876. In: BAHIA, Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4605.
- 57 O mapa apresentado consta do "Memorandum sobre as colônias do Estado ao Sul da Província da Bahia". Feito pelo Engenheiro Manoel Joaquim de Souza Brito, em 17 de agosto de 1875. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4605.

- 58 Idem, documento referenciado.
- 59 Cf. SINIMBU, J.V.L.Cansanção de. Fala de 1857 cf.Nota 20. p.132.
- 60 Cf. LEÃO, Policarpo Lopes de. Carta de ... ao Presidente da Província, datada de 29 de junho de 1873. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4606.
- 61 Ibidem.
- 62 Cf. LEÃO, Policarpo Lopes de. Ofício de ... ao Presidente da Província, datado de 17 de julho de 1873. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4606.
- 63 Cf. LEÃO, Policarpo Lopes de. Comunicação de ... ao Presidente da Província, datado de 9 de outubro de 1873. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4606.
- 64 SAMPAIO, Augusto César e LESSA, Antonio José da Fonseca. Relatório dos Doutores ... datado de 24 de setembro de 1873. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4606.
- 65 Cf. ARAGÃO, Egas Moniz B. de e LEÃO, Policarpo Lopes de. Requerimento de ... ao Presidente da Província, datado de 8 de novembro de 1873. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4606.
- 66 Cf. TOURINHO, João Antonio de Goes. Ofício de ... ao Presidente da Província, datado de 6 de novembro de 1873. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4606.
- 67 AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*. 2. ed. Rio de Janeiro, Catedra; Brasília, INC, 1979, p.270-2.
- 68 Conforme relação dos colonos das colônias Rio Branco, Moniz e Theodoro, datada de 25 de setembro de 1874. Cf. BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4606.
- 69 Cf. HENGER, Frederico Julio. Ofício de ... Inspetor da Colônia Moniz ao Presidente da Província, datado de fevereiro de 1875. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4605.

- 70 INTERROGATÓRIO feito pela Presidência da Província aos inspetores das Colônias Moniz, Theodoro e Rio Branco sobre os motivos que os leyeram a abandonar as colônias, datados de 29 de fevereiro de 1875. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4605.
- 71 Cf. BRITO, Manoel Joaquim de Souza. Relatório de ... diretor provisório das Colônias do Estado ao Sul da Província ao Presidente da Província, datado de 7 de janeiro de 1877. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4606.
- 72 Ibidem.
- 73 Cf. ALVES, Paulo Ferreira. Relatório de ... ao Presidente da Província, datado de 4 de julho de 1875. In: BAHIA. Arquivo Público. *Colonos e Colônias*. maço 4606.
- 74 BAHIA. SEPLANTEC. CPE. *A inserção da Bahia na evolução nacional; 1a. etapa — 1850-1899*. Salvador, 1978, v.2. p.25.
- 75 Ibidem, p.218.
- 76 MATTOSO, K.M.Q. , op. cit., p.371.
- 77 CARNEIRO, J. F. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, 1950. p.17. (Publicação avulsa, 2).

CONCLUSÃO

A política de colonização baiana no século XIX foi marcada, nos seus diversos momentos, por influências das diretrizes nacionais e fortemente influenciada por fatores regionais, principalmente a nível de sua condução prática, podendo-se distinguir três períodos importantes no seu desenvolvimento.

A evolução da política de colonização na Bahia no século XIX, pode ser sistematizada em três grandes momentos. O primeiro, em 1808 a 1824, caracterizado pela colonização espontânea e motivada pelo processo de modernização peculiar ao período de estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil. Ao mesmo tempo em que se abria o comércio brasileiro a outras nações, quebrando o monopólio português, abria-se também a perspectiva de atrair imigrantes estrangeiros. O quadro político brasileiro desse período se caracterizava pelo fim do sistema colonial.

Entre 1824 e 1850, a política de colonização vai se alterando, caracterizando-se pela imposição de sucessivas restrições à ocupação das terras. As constantes leis criadas nesse período começam a esboçar um novo rumo para a colonização brasileira, afetando principalmente o acesso à terra tanto pelos imigrantes estrangeiros como pelos migrantes nacionais.

Finalmente, o período da segunda metade do século XIX, quando a definição de uma política nacional de coloniza

ção a partir da Lei de Terras de 1850, volta-se para o acesso controlado à terra.

O estudo das experiências de colonização implementadas na Bahia ilustra e confirma essa evolução. Se, em 1818, ti vemos experiências como as das Colônias Leopoldina e São Jorge dos Ilhéus, em que a liberdade de ingresso no país, estabelecimento de núcleos coloniais e organização da produção nesses núcleos foram bastante notados, assim não mais ocorreu a partir de 1824. Na década de 1840, tem-se apenas o estabelecimento de uma colônia militar, do Mucuri, e as experiências implantadas após 1850, todas elas têm a marca do rígido controle, seja pelo Governo Provincial, no caso das colônias nacionais, seja pelos empresários particulares, no caso das estrangeiras.

A maior liberdade de ocupação ou a espontaneidade que marca a colonização experimentada entre a transmigração da família real portuguesa para o Brasil e a Independência, o corrida em 1822, deve ser entendida em um quadro de desestruturação final do sistema colonial português no Brasil; de evidente afrouxamento dos laços coloniais por um lado, e, por outro, de abertura a capitais, produtos e também populações oriundas de países não incluídos no Império português. É como se o Governo do Rei D. João VI pretendesse estender a não portugueses as práticas de ocupação do solo e exploração econômica já tradicionais e restritas, até então, às populações do Império Colonial lusitano. Como grande novidade, nesta política de D. João VI, estava a preocupação com a não utilização do traba

lho escravo, mas, mesmo essa orientação não é tão rigorosamente seguida nas colônias implantadas na Bahia. Das experiências desenvolvidas no período, uma delas — a Colônia Leopoldina — termina por estabelecer-se como uma exploração escravista sem maiores estorvos por parte da administração do Reino.

Essa liberdade de ocupação e exploração econômica pode ser caracterizada principalmente a partir das experiências da Colônia Leopoldina e da São Jorge dos Ilhéus, pela liberdade de imigração. Apesar da ajuda governamental, maior ou menor nos casos estudados, os estrangeiros que as compunham, para aqui vieram por iniciativa própria, não estando os mesmos obrigados por empréstimos contraídos para viagens nem manipulados por empresários ou aliciadores. Alguns até, como os da Leopoldina, gozaram dos favores e efetivas atenções da Princesa portuguesa, D. Leopoldina. Por outro lado, inexistiram instrumentos oficiais de controle ou qualquer outro tipo de coerção sistêmica após a implantação daqueles colonos em unidades de exploração econômica. Assim é que cada uma destas experiências desse primeiro período evoluíram de forma própria, em função dos seus próprios recursos e na medida das dificuldades encontradas.

Do segundo período, entre 1824 e 1850, que nacionalmente é marcado pela oposição de crescentes embaraços à imigração de estrangeiros, não se desenvolveu nenhuma experiência importante de colonização na Bahia. Os únicos núcleos coloniais implantados foram o de São Jorge da Cachoeira de Itabuna e o de Mucuri. O primeiro, formado por estrangeiros e nacionais

(militares) desapareceu com pouco tempo de instalado restando apenas o destacamento militar na região por mais algum tempo. O segundo, composto por trabalhadores nacionais, apresentou ca características bastante peculiares de uma colônia militar, colocada como ponta de lança no combate à população indígena. Na verdade, tinha muito mais um caráter de destacamento militar de proteção aos viajantes que, da Bahia, se dirigiam à Província de Minas Gerais do que de estabelecimento de uma população de agricultores.

No terceiro período, objeto de estudo mais detalhado nesta dissertação, a política imperial de colonização é marcada pelas contradições de um processo de substituição de mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre e contida na estrutura, institucional e ideológica de um Estado Nacional vocacionado para a manutenção até que possível do escravismo no Brasil, e comprometido com a preservação da grande propriedade agrícola.

No estudo das várias experiências que se implantaram na Bahia, emerge a evidência que a política geral e a condução prática das unidades coloniais implantadas tem sobre si dois pesadíssimos fardos que são a proteção das áreas a serem ocupadas para a grande propriedade e a preservação de práticas escravistas, que, provavelmente, impediram que se desencadeasse um processo amplo de colonização com produtores independentes. Assim, as colônias criadas nesse período jamais ultrapasram os limites da experimentação.

Os núcleos implantados na Bahia neste período, ad

ministrados pelo Governo Provincial e composto por lavradores nacionais, representaram um esboço de resposta e, mesmo assim, muito limitada à grande pressão de levradores livres e sem terras, agravada pela incidência de secas. Tiveram um caráter emergencial, mas não resultaram em ocupação mais permanente das áreas colonizadas, por força do descaso com que foram conduzidas pela administração provincial. Ao compararmos o excedente de população rural tratado no Capítulo 2, com a análise das experiências de experiências de colonização com lavradores nacionais contida no Capítulo 4, impossível não concluir que, em termos de política governamental, o elemento mais significativo é a não-colonização. Assim, uma política de colonização contida pela Lei de Terras de 1850 foi incapaz de oferecer alternativas concretas à massa de pequenos produtores desapropriados. O que se ofereceu como resposta a essa grande "fome" de terras foi o estabelecimento de algumas experiências localizadas, mal tratadas e frustradas de colonização.

No caso das colônias implantadas entre 1850 e 1889 por iniciativa de particulares, financiados e estimulados pelo Governo Provincial, não se pode afirmar que os resultados fossem mais eficazes em termos de política de colonização. A rigor, o que se pode afirmar é que ao invés de uma política de colonização indireta, ou seja, através da mobilização da iniciativa particular, ela terminou se transformando em uma política de auxílio aos fazedores de colônias. Na verdade, nenhuma frente agrícola foi aberta pelas colônias estrangeiras analisadas no Capítulo 5, que respondesse a uma necessidade de

diversificação da pauta de exportações ou aumento de rendas da Província. Tampouco difundiu a pequena propriedade volta da para a produção de subsistência e abastecimento interno. Se houve quem se beneficiasse com a colonização estrangeira na Bahia, nesse período, estes foram os empresários de colonização: não foram os colonos nem a economia da Província.

Outra consideração a ser colocada a propósito de colonos na Bahia, entre 1850 e 1889, é a persistência em núcleos destinados a trabalhadores livres de práticas bastante assemelhadas às tradicionalmente utilizadas com trabalhadores escravos. Evidentemente que as práticas de coação desenvolvidas contra os colonos não chegam à configuração do trabalho compulsório na sua forma extrema que é a escravidão, mas, ainda assim, marcaram as relações de trabalho nas colônias com fortes doses de obrigatoriedade. No caso das colônias nacionais, as constantes fugas de colonos conduzem a tal conclusão, e no caso das estrangeiras essa situação é bem mais evidente. Desde o aliciamento e a própria viagem e o estabelecimento, o tratamento dado aos colonos se assemelhava aos dispensados aos escravos.

Por tudo isso, a história dos colonos e colônias na Bahia, de 1850 a 1889, é a história da não-colonização. É também, para os grupos humanos nacionais e estrangeiros, a história da violência sofrida, do descaso e do abandono.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*. Bahia, Typografia do Diario Official, 1888.
- AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o "Enigma Baiano". *Planejamento*, Salvador, CPE, 1(1), set./out., 1973.
- ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. *Planejamento*, Salvador, CPE, 1(1), set./out. 1973.
- AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil — a Revolta dos "Mucker"*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- AMARAL, Braz do. *História da Bahia do Império à República*. Bahia, Imprensa Official do Estado, 1923.
- _____. Colonização na Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, (43), 1917.
- ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão-de-obra escrava em Salvador de 1811 a 1860; um estudo de História Quantitativa*. Salvador, UFBA./F.F.C.H., 1975, Dissertação de Mestrado, mimeog.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe — 1859*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1980.
- AZEVEDO, Thales de. A economia baiana em torno de 1850. *Planejamento*, Salvador, CPE, 1(1), set./out., 1973.
- _____. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, A Nação/Instituto Nacional do Livro, 1975.
- BAHIA. ARQUIVO PÚBLICO. *Colonos e Colônias*. Maços nºs.4604, 4605, 4607 e 4608.
- BAHIA. PROVÍNCIA. Leis e Decretos. *Leis da Província referentes ao período 1850 a 1889*.
- _____. *Presidentes. Falas referentes aos anos de 1850 a 1889*.

- BAHIA. Diário Oficial do Estado. Salvador, 1923. Edição co memorativa da Independência.
- BAHIA. SEPLANTEC. CPE. *A economia baiana de 1850 a 1930; al* gumas questões. Contribuição técnica à 33a. Reunião Anual da SBPC. Salvador, 1981.
- _____. *A inserção da Bahia na evolução nacional; 1a. eta* pa — 1850-1899; atividades produtivas, Salvador, 1978.
- _____. *A inserção da Bahia na evolução nacional; 2a. eta* pa — 1890-1930. Salvador, no prelo.
- BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. Rio de Janei ro, Difel, 1978.
- BEIGUELMAN, Paula. O encaminhamento político do problema de escravidão no Império. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *His* tória Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, v.3, t.2.
- BRASIL. Leis e Decretos. *Leis do Império referentes ao perío* do 1850 a 1889.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. As colônias de parceria. In: _____. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Di fusão Européia do Livro, 1967, v.3. t.2.
- CALMON, Jorge. *Imigração e colonização no Recôncavo; documen* to de trabalho. UFBA./F.F.C.H., Curso Interdisciplinar so bre o Recôncavo. Mestrado em Ciências Humanas, 1979, mimeog.
- CAMPOS, Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1981.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro, Difel, 1977.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capita* lismo. Petrópolis, Vozes, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Bra* sil meridional; o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, 1950 (Publicação Avulsa, nº 2).
- CEPLAC. Diagnóstico sócio-econômico da Região Cacaueira. In: *História econômica e social*. Rio de Janeiro, Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul, 1975, v.8.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil — 1850-1889*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil — 1850*. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, Martins, EDUSP, 1972.
- EISEMBERG, Peter. *O Homem Esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 3, Santos, set.1976. mimeog.
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Mecanismos de formação da propriedade cacaueira no eixo Itabuna/Ilhéus, 1890-1930; um estudo de História Agrária*. Salvador, UFBA./F.F.C.H., 1977. Dissertação de Mestrado. mimeog.
- GENOVESE, Eugene. *A economia política da escravidão*. Trad. Fanny Wrobel e Ma. Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro, Pallas, 1976.
- GOLDMAN, Frank. Aspectos das migrações norte-americanas após a Guerra Civil. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, v.3, t.2.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2.ed. São Paulo, Ática, 1978.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil — 1850-1914*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- GRAZIANO DA SILVA, J.F., coord. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1978.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital — 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

IANNI, Octavio. O progresso econômico e o trabalho livre. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, v.3. t.2.

_____. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

LYRA, Henrique J.B. *A crise de mão-de-obra na lavoura baiana; século XIX*. In: ENCONTRO DA ABEP — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2, Águas de São Pedro, São Paulo, out. 1980.

MARIANI, Clemente. Análise do problema econômico baiano. *Planejamento*, Salvador, CPE, 1(1), set./out., 1976.

MARTIN, Sebastian Sánchez. *A imigração espanhola no Nordeste*. Recife, UFPe., 1979, Dissertação de Mestrado. mimeog.

MATTOSO, Katia M. de Queiroz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo, HUCITEC, 1978.

_____. *Os escravos na Bahia no alvorecer do século XIX; estudo de um grupo social*. Separata da *Revista de História*, São Paulo, (97), 1974.

_____. *Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX; uma fonte para o estudo de mentalidades*. Salvador, UFBA./Centro de Estudos Baianos, 1979.

MELLO, Orlando. *Causas que entorpecem o desenvolvimento da lavoura nacional e meios de combatel-as*. Bahia, Imprensa Popular, 1898. Tese apresentada à Escola Agrícola da Bahia para obtenção do grau de Engenheiro Agrônomo.

MOTT, Luiz R.B. *O Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e a ideologia do progresso*. In: SIMPÓSIO DA HISTÓRIA DO NORDESTE, 5, Aracaju, UFSe., ago.1973, mimeog. (Comunicação).

_____. *Pardos e pretos em Sergipe — 1771-1851*. Separata da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, (18), 1976.

- NESSER, Hermann. *A Colônia Leopoldina, 1858*. Salvador, UFBA. Centro de Estudos Baianos, 1951. (Excerpto da dissertação do Dr. August Toelsner sobre a colônia Leopoldina-1858).
- NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial; século XVI-XVIII*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1978 (Cadernos CEBRAP, 17).
- OBERACKER JR., Carlos H. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967. v.3. t.2.
- PANG, Eul-Soo. — *Bahia's Planter elites and their attempt to modernize agriculture, 1842-1889*. Vanderbilt University, 1974. Paper. mimeog.
- PETRONE, Teresa Schorer. Imigração assalariada. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967. v.3. t.2.
- PINHO, Joaquim de Wanderley de Araújo. A cultura do cacau na Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 02 de julho de 1923, Edição Especial do Centenário.
- PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Documentos do Consulado de Portugal na Bahia. Habilitações, 2a.série. Livros de inscrições de emigrantes. não catalogado. micro filme.
- QUADROS, Consuelo Novais S. de. *Formação do regionalismo no Brasil: Bahia e São Paulo no século XIX*. Salvador, UFBA./ Centro de Estudos Baianos, 1977 (Publicação CEB, 77).
- QUEIROZ, Ma. Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1976.
- SANTOS, José Vicente Tavares de. *Colonos do vinho; estudo sobre a subordinação do trabalho ao capital*. Prefácio de José de Souza Martins. São Paulo.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *O problema da involução industrial da Bahia*. Salvador, UFBA., 1966.

- TAVARES, Vania Porto et alii. *Colonização dirigida no Brasil; suas possibilidades na Região Amazônica*. 2.ed. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974.
- TOLLENARE, L.F. *Notas dominicais*. Salvador, Livr. Progresso, 1956.
- VIANNA, Francisco Vicente. *Memórias sobre o Estado da Bahia*. Salvador, Typografia do Diário da Bahia, 1893,
- VIANNA, Hélio. *História do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1972.
- VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República; momentos decisivos*. São Paulo, Grijalbo, 1977.
- _____. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- _____. O escravo na grande lavoura. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, v.3. t.2.